

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TAMIRES LOMBARDI MEZZON

**Psicoterapia, adolescência e relações de gênero: contribuições da
Psicologia de fundamento marxista**

MARINGÁ
2024

TAMIRES LOMBARDI MEZZON

Psicoterapia, adolescência e relações de gênero: contribuições da Psicologia de fundamento marxista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para exame de qualificação.

Orientador: Dr. Alvaro Marcel Palomo Alves
Coorientadora: Dra. Hilusca Alves Leite

MARINGÁ
2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M617p

Mezzon, Tamires Lombardi

Psicoterapia, adolescência e relações de gênero : contribuições da Psicologia de fundamento marxista / Tamires Lombardi Mezzon. -- Maringá, PR, 2024.
124 f.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Marcel Alves.

Coorientador: Prof. Dr. Hilusca Alves Leite.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2024.

1. Psicologia histórico-cultural. 2. Adolescentes - Psicologia . 3. Psicoterapia. 4. Desenvolvimento Humano - Psicologia. 5. Psicologia - Gênero - Adolescência. I. Alves, Álvaro Marcel, orient. II. Alves Leite, Hilusca, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

CDD 23.ed. 150.23

TAMIRES LOMBARDI MEZZON

“Psicoterapia, adolescência e relações de gênero: contribuições da Psicologia de fundamento marxista.”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Alvaro Marcel Palomo Alves
(Orientador-Presidente)



Profa. Dra. Hilusca Alves Leite
Co-orientadora



Profa. Dra. Edneia José Martins Zaniani
Primeira Examinadora



Profa. Dra. Verônica Suzuki Kimmelmeier
Segunda Examinadora

Aprovado em: 19 de janeiro de 2024.
Defesa realizada na sala de vídeo do Bloco 118.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todos que fizeram esse trabalho ser possível.

Aos meus pais, Edison e Rosi que possibilitaram minha formação acadêmica e minha permanência na ciência, além de me encorajarem desde sempre, aos estudos.

Ao Pedro, meu companheiro de vida, por toda sua paciência e parceria durante todos esses anos. Sou grata pelo carinho, pelos abraços, pelo acolhimento que tornaram possível essa caminhada.

Aos meus avós, sempre exemplos de perseverança e dedicação.

À minha mãe Rosi, Avó Alice, irmã Tainara, minha sobrinha Alice, minha tia Vanda e prima Carol, que são o motivo do meu orgulho por ser mulher e desejo de estudos nesse campo da psicologia que possa cada vez mais trazer a nós mulheres, liberdade, respeito e segurança.

À Amanda, inicialmente minha professora, hoje uma grande amiga que me apresentou os estudos de gênero com tanto carinho e exemplo, onde a partir de minha admiração por seu trabalho e seus pensamentos, escolhi seguir caminhos semelhantes.

À Lorena, hoje minha grande amiga de vida, exemplo de dedicação que me inspirou a ser uma psicóloga pela abordagem Histórico-Cultural.

Ao meu amigo João, pelas palavras de conforto que muitas vezes, vieram de encontro com a minha auto-cobrança e que ajudaram a me manter na construção dessa narrativa.

Ao meu amigo e revisor Chico, que dedicou não apenas seu trabalho, mas seu tempo, sua atenção, sua paciência, carinho e companhia para que eu pudesse chegar até aqui. Sem ele, certamente, esse trabalho não seria tão completo.

Aos meus amigos Christian, Emerson, Carol, Bianca, Maynara e Dani, que durante e após a faculdade continuaram a compartilhar a vida ao meu lado, sempre me dando forças nas dificuldades e comemorando comigo as vitórias.

Aos meus amigos de vida, Vinicius, Maysa, Rodrigo, queridos sempre presentes em tudo o que alcanço.

À minha psicóloga, Fernanda Chiconato, por me apresentar mais uma vez a sensibilidade da psicologia, provando o quanto existem profissionais competentes.

Ao meu orientador, Álvaro Palomo Alves, por ter guiado até aqui os passos para que eu pudesse cumprir mais essa etapa da minha vida. Pelo compromisso com

que cumpriu as orientações. Pela aposta que fez em mim e em meu tema de estudo. Pela compreensão e generosidade com que conduziu esse processo.

À minha co-orientadora, Hilusca Alves Leite, pela sensibilidade e cuidado para conduzir esse processo, pelo acolhimento e palavras de afeto que fizeram dessa trajetória, por vezes dolorosa, mais leve e possível. Pela confiança que teve em mim, por fazer com que eu me sentisse validada, um sentimento tão importante pra quem produz dentro da academia.

Às minhas colegas de profissão Ligia, Isa, Gi, Aline Luz, Dani Fébole, Aline Bellafronte, Luna e Laís, sempre caminhando em harmonia com essa temática de gênero tão importante para o nosso trabalho. Vocês, muitas vezes, foram exemplos pra que eu continuasse aqui.

Ao meu amigo e colega de mestrado, Wellington Nisterac, paciente, companheiro e admirável psicólogo com quem eu tive a sorte de compartilhar essa trajetória e aprender muito. Obrigada, amigo.

À professor Lucinha, que me ensinou muito sobre o SER psicóloga, com sua delicadeza e amor pela profissão. Jamais esquecerei as emoções que senti em suas aulas.

A todas as pessoas que passaram por mim na clínica, desde o estágio até minha atuação profissional, que compartilharam processos tão íntimos e dolorosos, mas ao mesmo tempo satisfatórios comigo.

Aos profissionais que compõem o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pelo comprometimento na formação de psicólogos e pesquisadores.

À Universidade Estadual de Maringá. Agradeço por ter me apresentado uma nova possibilidade de ver o mundo, a consciência e a politização. Por ter dado quase todas as possibilidades profissionais e pessoais que me tornaram quem eu sou.

Mezzon, T. L. *Psicoterapia, adolescência e relações de gênero: contribuições da Psicologia de fundamento marxista*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa apresenta contribuições para a discussão crítica da atuação dos(as) profissionais de psicologia na área clínica com sujeitos adolescentes, buscando analisar a implicação de gênero nas demandas terapêuticas e como isso é abordado e direcionado pelos profissionais em questão. Encontra-se fundamentada no materialismo histórico-dialético e busca referenciais teóricos da psicologia Histórico-Cultural e Sócio-Histórica que contribuem com a discussão de desenvolvimento humano e gênero. Trata-se de uma pesquisa empírica, realizada através de entrevistas semi-estruturadas com psicólogos e psicólogas que atuam alicerçados pela teoria de base marxista. O objetivo deste estudo consiste em investigar as práticas e diferentes formas de atuação dos profissionais em relação aos adolescentes que buscam o tratamento psicoterapêutico. Discute-se como as relações de gênero, tomadas como particularidade do processo de desenvolvimento e construção da personalidade, perpassam as vivências dos adolescentes, trazendo impactos singulares na vida das meninas e meninos. Metodologicamente o estudo se apresenta como uma pesquisa empírica, partindo da necessidade de se discutir papéis de gênero ao longo do desenvolvimento humano e a formação de psicólogas(os) para atuarem na clínica sócio-histórico-cultural. Por fim, propõe analisar qualitativamente os conteúdos obtidos pelas entrevistas a partir do método de construção da informação (Aguiar & Ozella, 2006; 2013). Espera-se, com isso, problematizar as relações de gênero e sua relevância para o tratamento psicológico com adolescentes, além de contribuir com os estudos clínicos no referencial sócio-histórico-cultural.

Palavras-chave: Gênero. Adolescência. Psicoterapia. Desenvolvimento humano.

Mezzon, T. L. *Psychotherapy, adolescence, and gender relations: contributions from Marxist-based Psychology*. Dissertation (Master's in Psychology), Graduate Program in Psychology, State University of Maringá, 2024.

ABSTRACT

This research presents contributions to the critical discussion of the role of psychology professionals in the clinical area with adolescent clients, aiming to analyze the gender implications in therapeutic demands and how this is addressed and directed by the professionals in question. It is grounded in historical-dialectical materialism and seeks theoretical frameworks from Historical-Cultural and Socio-Historical Psychology that contribute to the discussion of human development and gender. It is an empirical research conducted through semi-structured interviews with psychologists who base their practice on Marxist theory. The aim of this study is to investigate the practices and various forms of engagement by professionals concerning adolescents seeking psychotherapeutic treatment. The study discusses how gender relations, regarded as particular aspects of the process of development and personality construction, permeate the experiences of adolescents, bringing about unique impacts in the lives of both girls and boys. Methodologically, the study is presented as an empirical research, stemming from the need to discuss gender roles throughout human development and the training of psychologists to work in socio-historical-cultural clinical settings. Finally, it proposes to qualitatively analyze the content obtained from the interviews using the information construction method (Aguiar & Ozella, 2006; 2013). The expectation is to problematize gender relations and their relevance to psychological treatment with adolescents, in addition to contributing to clinical studies within the socio-historical-cultural framework.

Keywords: Gender. Adolescence. Psychotherapy. Human development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E SÓCIO-HISTÓRICA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	14
1.1 Concepção de sujeito	17
1.2 A periodização do desenvolvimento na perspectiva marxista.....	23
1.3 A adolescência	28
2 SISTEMA SEXO-GÊNERO E FEMINISMO MARXISTA NA SOCIEDADE DE CLASSES	36
2.1 A família patriarcal e sua relação com a mulher e a adolescência	43
2.2 Adolescência e formação da personalidade: a vivência atrelada ao gênero	50
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	56
3.1 Fontes da pesquisa	56
3.2 A metodologia de construção da informação.....	59
4 PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO MARXISTA E NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO	67
4.1 A clínica psicoterapêutica na perspectiva marxista	67
4.2 Discussão das entrevistas e a construção dos núcleos de significação. 75	
4.2.1 <i>A vivência do psicoterapeuta e a psicoterapia de orientação marxista</i>	80
4.2.2 <i>Desenvolvimento humano, desnaturalização da adolescência e da saúde mental</i>	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos contribuir com a discussão de gênero dentro da psicologia de fundamento marxista, apresentando uma reflexão acerca de como esse fenômeno se apresenta na adolescência dentro da prática clínica. A partir de entrevistas com Psicólogos(as) que atuam na área clínica, fundamentamos nossas análises nos aportes teóricos da psicologia Sócio-Histórica e Histórico-cultural, embasados no materialismo histórico dialético e nos estudos feministas e de gênero produzidos neste campo.

O interesse pelo problema da pesquisa veio depois do envolvimento com a teoria, que me despertou a curiosidade de buscar entender os problemas de gênero a partir da lente marxista. Ainda no segundo ano de graduação, me envolvi com os estudos da psicologia marxista, gerando em mim um primeiro aprofundamento dos conhecimentos sobre a psicologia Histórico-Cultural. Também participei de grupos de estudo, projetos de extensão e projetos de pesquisa que buscavam compreender os fenômenos de forma materialista, respondendo às minhas perguntas sobre o mundo. Porém, diante de um curso de graduação com a presença de tantas mulheres, dentre alunas e professoras, passou a me chamar atenção o fato de que os estudos de gênero raramente apareciam nas discussões.

O contato com a temática de gênero surgiu durante a graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Maringá, quando, através de colegas discentes e docentes, me aproximei das discussões feministas e passei a me reconhecer nos relatos de outras mulheres estudiosas, geralmente acessados em outras abordagens teóricas. Esse cenário contribuiu ainda mais para a minha vontade de me aprofundar nas compreensões materialistas do fenômeno de gênero. Envoltos nos estudos requisitados pela grade, não havia menção à temática feminista ou de gênero, e que ao meu ver, tanto atravessava as histórias das relações interpessoais e também os relatos acolhidos nos estágios e práticas da psicologia. Foi no último ano de graduação que a prática clínica de estágio na unidade de psicologia aplicada da UEM revelou ainda mais a necessidade de aproximar as discussões da atividade psicoterapêutica, onde os atendimentos a adolescentes, nessa época, chamaram muito minha atenção pela imensa demanda que surgia desse meio, relacionados a

problemáticas de gênero e necessidade de compreensão das vivências de violência e silenciamento que partia, principalmente, de mulheres.

Após a graduação, continuei a atuar na clínica, agora a partir da abordagem Histórico-Cultural que trazia muitos questionamentos sobre como proceder diante das inquietações da temática de gênero na minha prática. Passei a buscar discussões teóricas que pudessem contribuir com a atuação e pouco encontrei sobre a práxis clínica dentro da teoria, tampouco sobre a questão do gênero. Apoiei-me em outros trabalhos que debatiam as necessidades das mulheres na sociedade, buscando a melhor forma de vincular e acolher essas demandas na clínica. Também encontrei apoio coletivo em grupos de estudos feministas e trocas com outras mulheres que atuavam na clínica, recebiam semelhantes demandas e encontravam dificuldades parecidas pela falta de trabalhos produzidos sobre a prática clínica dentro da teoria, bem como a discussão de gênero, feminismo e ferramentas de apoio para mulheres em situação de violência de gênero.

Perante tais vivências e impactada pela temática de gênero que circunda não só minha prática profissional, como também minha vida enquanto mulher, encontrei no mestrado a possibilidade de investigar essas inquietações e demandas, e, com isso, proporcionar a futuros profissionais da área conhecimentos importantes para a prática. Longe do anseio de esgotamento dessa temática, neste trabalho pretendo instigar ainda mais os estudos dentro da teoria. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa trata-se do interesse de compreender como a perspectiva de gênero é abordada na clínica psicológica, e como profissionais lidam com essa demanda presente na história dos adolescentes.

Aliado a isso, o objetivo específico do estudo concentra-se em despertar a importância de incluir essas discussões nas vivências e intervenções da clínica, pensando o entrelaçamento de gênero no desenvolvimento e construção do psiquismo dos seres humanos. Busco destacar a vivência dos psicoterapeutas na formação e prática a respeito do tema, nos sentimentos despertados por esse debate e na importância que os/as participantes relatam enxergar na articulação da temática com os/as adolescentes a quem eles atendem. Destaco a importância em descrever algumas intervenções específicas que envolveram gênero e adolescência por parte dos entrevistados, a fim de auxiliar na construção de planos terapêuticos de importante execução no atendimento aos/às jovens.

Pensando nisso, a escolha da pesquisa empírica deu sentido à motivação de compreender a prática, entendendo que essa construção passa pela abordagem teórica, construída na formação de profissionais, mas também na concepção de mundo individual de cada um e de suas vivências singulares que dão significado a essa concepção. A metodologia de análise das entrevistas por núcleo de significação, por se tratar de um método materialista histórico-dialético, nos permite compreender esses significados para os participantes, além de delinear as possibilidades de criação de motivos para que se discuta essa temática. Assim, propomos alinhar as perspectivas terapêuticas com a potencialidade de desenvolvimento a partir da consciência dos papéis de gênero que pode ser proporcionada aos adolescentes, desde que haja uma consciência também das(os) psicólogas(os) em relação a isso.

Para tanto, inicialmente este texto contempla a teoria que fundamenta a prática e os estudos de base marxista, em que são vislumbradas tanto as contribuições da Psicologia Sócio-Histórica quanto da psicologia Histórico-Cultural na compreensão do ser humano e desenvolvimento para amparar as discussões. A escolha da abordagem prioriza o embasamento marxista de pensamento, em que há a utilização das reflexões aqui expostas por todos que necessitarem de amparo teórico para pensar sua prática clínica. As concepções de sujeito, periodização do desenvolvimento com foco na adolescência também são desenvolvidas no primeiro capítulo, conforme as concepções vigotskianas de formação do psiquismo.

No segundo capítulo, inserimos de forma mais aprofundada o gênero na discussão, explicando o feminismo de base marxista e a utilização do sistema sexo/gênero sustentado pela socióloga Maria de Jesus Izquierdo (1988; 2013). Também abordamos a categoria gênero na sociedade capitalista, segundo Saffioti (2013); ambas autoras contribuem com a argumentação para a análise das entrevistas realizadas no quarto capítulo. A centralidade do patriarca na família, a constituição familiar burguesa e o lugar da adolescência nessa esfera privativa da vida também são contempladas a partir da análise de textos e conteúdos produzidos dentro do materialismo histórico-dialético, bem como a análise de obras fundamentais, como *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels, originalmente escrita em 1884. A partir daí, a construção da personalidade na adolescência é pautada, atrelada à vivência de gênero e agrupando os temas centrais do estudo.

Trata-se de uma pesquisa de campo cujas entrevistas foram realizadas e analisadas na sequência. Os conteúdos foram avaliados com base na metodologia de construção da informação desenvolvida por Aguiar e Ozella (2006, 2013), temas que encontram-se explicados ao longo do terceiro capítulo. Quatro entrevistas foram realizadas com profissionais da área. Neste capítulo, os participantes, as motivações para as escolhas dos entrevistados e as características principais a serem investigadas por meio das perguntas selecionadas são apresentadas.

Tratamos da adolescência enquanto um período de necessária desnaturalização. Nos respaldamos em Bock (2004), que discute sobre a obrigação da psicologia em superar a perspectiva anistórica e abstrata que em nada contribui para a valorização da juventude. A adolescência é uma construção social, repercutida na subjetividade como período natural, mas o jovem não é algo “por natureza”, a adolescência é social e histórica. A seu ver, “não há uma adolescência, como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas” (p. 42)

Já sobre a concepção de profissionais de psicologia que trabalham com a adolescência na atuação clínica marxista, há uma compreensão para este estudo, conforme Clarindo (2020), em que entendemos que o principal objetivo de um psicoterapeuta histórico-cultural é o de “assumir um papel de mediador na interação dialógica com o sujeito, visando à ressignificação de processos e posterior transformação da ação.” (p. 197). Junto a isso, acrescentamos a contribuição de Veloso e Busarello (2018) sobre o ponto de vista de uma profissional que se utiliza de uma ética que não nega os afetos, incluindo-os no seu âmbito de intervenções e ampliando o campo da psicologia para além das paredes de suas salas e consultórios, à medida em que acessa e busca conhecer a realidade para assim poder aplicar na práxis intervenções e conhecimentos necessários para o enfrentamento da realidade capitalista de produção, do sofrimento e das desigualdades.

A partir dessas visões sobre a adolescência, psicoterapeutas e suas atuações, discutimos os núcleos de significação no quarto capítulo, bem como desenvolvemos melhor a categoria vivência e desenvolvimento de personalidade na adolescência, destinados a ampliar os debates dos capítulos anteriores do texto. Objetivamos até aqui esclarecer o propósito do trabalho, que examinando o método e a teoria que alicerçam nossas discussões, propõe tencionar na teoria e na prática a lógica da

construção de gênero na adolescência, bem como sua influência sobre a vida das pessoas e a vivência de psicoterapeutas.

Esperamos com essa pesquisa contribuir com articulações entre teoria e prática na atuação de profissionais comprometidos(as) com o desenvolvimento dos sujeitos, da adolescência e dos processos clínicos, auxiliando os sujeitos a ampliar a consciência de si e do mundo. Almejando o crescimento dos estudos de gênero na área clínica da psicologia marxista, este estudo vem conceber a discussão dessas temáticas juntas no enfrentamento das resistências a essas tensões epistemológicas.

1 FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E SÓCIO-HISTÓRICA: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Neste primeiro capítulo são apresentados os conceitos centrais que caracterizam a teoria utilizada para fundamentar toda a discussão do trabalho. Também são explicados o contexto do surgimento da teoria e a compreensão do ser humano nela expressa. Segundo Tuleski (2008), resgatar a historicidade do pensamento de Vygotski significa entender sua concepção teórica à luz da história, ou seja,

como projeto coletivo pós-revolucionário, tal como se fez, sem julgar os acontecimentos como produto de boas ou más intenções dos homens¹, ou como fruto de equívocos teóricos ou práticos (Tuleski, 2008, p. 71).

A psicologia histórico-cultural surge no contexto da revolução russa – período marcado pela tentativa de organização da sociedade diante dos interesses divergentes entre burguesia, proletariado e campesinato. Antes da luta travada entre as classes, que se estende de fevereiro a outubro de 1917, a sociedade russa vivia uma transição do feudalismo para o capitalismo. Tratava-se de um país constituído majoritariamente por camponeses que, a partir da Revolução de Outubro, rompem com a burguesia e iniciam a tomada de posse de terras, principalmente da igreja e dos grandes proprietários rurais. Os interesses presentes na luta revolucionária divergiam. Enquanto o proletariado visava a socialização dos meios de produção e da propriedade privada, o campesinato expropriado visava a propriedade privada ou pequena propriedade, “[...] esta combinação de descontentamentos acabou por conduzir à Revolução de 1917, sob a liderança do proletariado enquanto classe politicamente organizada” (Tuleski, 2008, p. 74).

Embora a revolução tenha levado os capitalistas e proprietários rurais a perderem seus direitos de “dispor livremente” de seus meios de produção, a sociedade russa ainda se afogava em contradições em que perdurava a luta de classes pela permanência da relação burguesa de produzir, pois mantinha-se o mesmo tipo de divisão do trabalho entre intelectual e manual, tarefas diretivas e

¹ A palavra “homem” é utilizada nos escritos das teorias marxistas como generalização da raça humana. O termo irá se repetir em citações literais.

executivas, além da moeda, o preço, o salário, o lucro, etc. (Tuleski, 2008). Para a autora,

Esta contradição, intrinsecamente ligada à luta de classes no interior da Rússia e ao período de reconstrução da sociedade, que ora imprimia características burguesas, ora socialistas, às relações de produção, será o fio condutor para a análise da psicologia Vygotskiana. (Tuleski, 2008, p. 80).

É nesse contexto de necessidades e de constante convivência obrigatória entre essas classes e serviços que Vigotski se preocupou em postular uma “nova psicologia”. O objetivo dessa nova ciência era o de pensar soluções para os enfrentamentos no processo de construção de uma nova estrutura social, buscando superar a visão dicotômica entre mente e corpo, o que justifica sua classificação entre idealistas e materialistas (Tuleski, 2008). Essa visão traz para a Psicologia o método proposto por Marx e Engels, além de construir a ponte que eliminaria a cisão entre a matéria e o espírito,

A cisão existente na psicologia, entre dois posicionamentos aparentemente distintos, mostra que a discussão é ideológica e não científica, no sentido de buscar a verdade, ou apreender a natureza social das idéias. Neste sentido, a dicotomia entre teorias materialistas e idealistas não só representaria, na sociedade burguesa, a divisão entre duas classes que se opõem, como elas (as classes) expressam a divisão, no processo do trabalho, entre o pensar e o fazer, entre o interesse individual e a realização social. A superação de tal cisão no mundo das idéias está condicionada à superação dessa dicotomia na realidade objetiva (Tuleski, 2008, p.83).

Desta forma, as ideias até então discutidas na psicologia naquele momento estariam sendo enfrentadas na prática, diante das relações burguesas ainda postas sob os processos de produção. Tuleski (2008) aponta para determinadas concepções que mantinham as condições para a reprodução das necessidades antagônicas e a possibilidade do fortalecimento dessas características nas relações sociais, consolidando aspectos burgueses e fortalecendo o capitalismo. Tais atributos observados concretamente nas relações sociais, postulando e dividindo as classes como reflexo das divisões do trabalho, foi o que impulsionou Vigotski (1927/1996) a trazer para psicologia o método materialista-histórico-dialético, considerando o

desenvolvimento da complexidade da estrutura humana como um processo de apropriação pelo homem da experiência histórica e cultural (Rego, 1994).

De acordo com Cambaúva e Silva (2009), o fundamento materialista da Psicologia histórico-cultural propõe a relação de reciprocidade entre a subjetividade e objetividade, ou seja, “[...] para a compreensão do mundo interno, há que se compreender o mundo externo, as mediações sociais que expressam a constituição do que é particular” (p. 32). Sendo assim,

Compreender essa relação permite o entendimento do ser humano em sua totalidade, em um processo de constante transformação externa que produz a história que se manifesta na criação e aperfeiçoamento de instrumentos, e interna na reprodução desta história coletiva em cada indivíduo particular na apropriação dos signos culturais que possibilitam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Cambaúva & Silva, 2009, p. 32).

A partir da compreensão do surgimento da Psicologia Histórico-Cultural que nasce como produto das lutas vivenciadas na União Soviética (URSS), emerge na década de 1970, no Brasil, a criação da teoria Sócio-histórica, “[...] marcada pelo desejo da igualdade social, o que equivale ao desejo de conhecimento para a transformação social” (Sawaia, 2022, p. 5). Baseada nesta premissa está a gênese da Psicologia Sócio-Histórica no Brasil, introduzida por Sílvia Lane, nos anos 1970. Com o propósito de que a teoria fosse também um conhecimento prático, um conhecimento da ação, buscou-se um referencial metodológico que aguçasse o olhar crítico sobre o real, indo além da aparência, evitando pressupostos epistemológicos e categorias que viessem a ser naturalizantes. Nesse sentido, a teoria abraçou o materialismo histórico-dialético, o qual lhe “[...] permitiu trabalhar as dualidades: subjetividade-objetividade e determinabilidade-liberdade; e situar a configuração da subjetividade na história” (p. 5).

A Psicologia sócio-histórica é oriunda de um movimento interno de construção/revisão da psicologia no Brasil. Ela se apoia no materialismo histórico-dialético como base epistemológica, mas não necessariamente se ancora apenas em autores russos ou marxistas, ampliando seus conhecimentos diante das demandas sociais e da própria psicologia em sua consolidação como ciência e profissão no Brasil (Furtado *et al.*, 2022). Para os autores,

A Psicologia Sócio-Histórica busca tão somente continuar a desenvolver essa perspectiva, da construção de uma psicologia materialista histórico-dialética, com todo o conhecimento produzido na psicologia nos últimos 100 anos. Consideramos que as teses expostas inicialmente pelos pioneiros ainda estão válidas e merecem aprofundamento, mas também que novas condições históricas e mesmo novos estudos sobre as obras-chave dessa construção teórica permitem aprofundar a discussão sobre o psiquismo, a subjetividade e o fenômeno social. (p. 23)

Diante do exposto, o presente trabalho que aqui se encontra utiliza da produção de autores de ambas teorias, desde que seus métodos de análise e compreensão do sujeito estejam ancorados nos princípios marxistas. O sujeito histórico, para Marx, não é o indivíduo, mas sim os seres humanos de carne e osso que se apresentam enquanto classe social – ou pelo menos enquanto a forma do ser social estiver cindida por uma sociedade de classes (Carvalho, 2014). Ainda que as teorias em questão apresentem diferentes contextos de surgimento e desenvolvimento de conceitos, ambas têm como compreensão básica de constituição do ser humano a categoria *trabalho*. Dito isso, importante firmar que o *trabalho* é o que diferencia o ser humano do animal. Empregamos o conceito de trabalho como atividade vital, a qual permite não só a reprodução da espécie humana, como da sociedade, pelo fato de ser consciente e pelo que pode produzir de transformação da natureza pelos humanos, (Marx citado por Barroco, 2007). Moreira (2018) apresenta o trabalho como atividade humana transformadora da realidade, dirigida por finalidades conscientes, deliberadas e intencionais.

1.1 Concepção de sujeito

A superioridade dos seres humanos em relação aos animais pode ser pensada a partir da utilização de ferramentas simbólicas e instrumentos necessários para sua sobrevivência. É por meio do trabalho que a natureza biológica é transformada, sendo ele, portanto, essencial para o processo da humanização, levando as operações mentais a uma complexificação ante a constituição da linguagem; função exclusiva do ser humano na natureza. Porém, a formação do indivíduo é um processo duplo, dividida em duas categorias, a de espécie humana – que é de cunho biológico – e a

de gênero humano, que expressa a objetivação obtida pelo processo de apropriação em todo momento histórico vivido, em que o ser humano domina e internaliza as características do gênero, dadas historicamente. “O homem é aquele que, vivendo com outros homens, apropria-se e cria formas imediatas de estar no mundo, de apreendê-lo, de transformá-lo” (Barroco, 2007, p. 245).

Abrindo um parêntese na discussão, vale destacar aqui com mais afinco que as citações diretas utilizadas pelas autoras e autores para falar da constituição do ser, muitas vezes utilizam a palavra “homem” para se tratar de ser humano. Isso, historicamente, pode ser avaliado como um reflexo da generalização da raça humana, focada apenas em um gênero, o masculino, que ao longo da história ocupa os lugares de poder e comando da construção do conhecimento. Mäder (2015), estudante do sexismo gramatical, aponta o caráter androcêntrico da linguagem, ou seja, afirma que a linguagem é centrada na figura do humano macho, entendendo a existência de uma hierarquia nas representações cognitivas das categorias masculino e feminino, e não apenas na linguagem, mas na cognição em geral, onde a categoria “masculino” é uma categoria prototípica em relação à categoria feminino na representação do humano.

Entendendo que a construção social dos gêneros masculino e feminino é um produto das relações, não por acaso, a generalização do termo se apresenta como um efeito do sexismo que, ao longo dos séculos, reprime parte da sociedade (as mulheres) não autorizadas a participar da produção do conhecimento, nem mesmo como objeto do estudo das ciências; e, portanto, da produção da sociedade e formas de vida como um todo. A produção do conhecimento era realizada por homens e para homens, momento em que importava apenas que tais sujeitos se identificassem com os estudos. Tal destaque se faz importante para este trabalho, visto que almejamos compreender os papéis determinantes que nos trouxeram até aqui e que pretendemos modificar em função da consciência adquirida sobre a construção de gêneros e divisão dos sexos.

Retomando a discussão inicial de formação do sujeito, onde o ser humano internaliza características dadas historicamente, é na relação com outras pessoas e com o mundo que aprendemos comportamentos, formamos opiniões e desenvolvemos nosso psiquismo, ou seja, é agindo sobre o mundo que o transformamos, criamos e satisfazemos nossas necessidades. Para tanto, nos apropriamos do conceito de atividade, desenvolvido por Leontiev (2004), para quem este funciona enquanto ação do ser humano sobre a natureza que a adapta e a

modifica em função do desenvolvimento de suas necessidades. Ao mesmo tempo, no decurso da atividade, os conhecimentos e aptidões – chamadas pelo autor de saber-fazer –, se cristalizam, de certa maneira, nos produtos materiais, intelectuais e ideais. Desse modo, cada nova geração inicia a sua vida em um mundo de objetos e fenômenos criados pelas gerações precedentes, pois o que a natureza dá ao ser quando nasce, não lhe é suficiente para a vida em sociedade, é preciso adquirir o que foi alcançado no curso de desenvolvimento histórico da sociedade. Nas palavras do autor;

O indivíduo é colocado diante de uma imensidade de riquezas acumuladas ao longo dos séculos por inumeráveis gerações de homens, os únicos seres, no nosso planeta, que são criadores. As gerações humanas morrem e sucedem-se, mas aquilo que criaram passa às gerações seguintes que multiplicam e aperfeiçoam pelo trabalho e pela luta as riquezas que lhes foram transmitidas e passam o testemunho do desenvolvimento da humanidade (Leontiev, 2004 p.285).

Nesse sentido, quando falamos de atividade, também falamos do que foi produzido pela ação do ser humano e passado para as gerações seguintes. Assim, leis do desenvolvimento das pessoas são iguais para todos, o que muda é a forma do enraizamento na cultura, ou seja, como esse conhecimento é passado. Faz-se necessário esse enraizamento, pois é o que implica em uma reelaboração da conduta e redirecionamento do desenvolvimento na infância, visto que a mediação social, responsável por provocar a internalização da cultura, vai influenciar o curso do desenvolvimento de todos os sujeitos (Barroco, 2007). Logo, o indivíduo se desenvolve conforme o contexto cultural, momento histórico e sociedade em que se insere. Além disso, o indivíduo depende da mediação dos adultos desde a infância para que processos psicológicos instrumentais mais complexos tomem forma e se desenvolvam, tornando-se parte de seu arcabouço singular (Luria, 2001). Temos, por concepção, que o ser singular não é um indivíduo que, ao nascer, traz dentro de si uma essência delimitada, antes constrói sua essência em sociedade, sendo ela um produto histórico-social e não biológico.

À vista disso, e entendendo o ser humano enquanto construtor da sua singularidade em sociedade, essa construção torna-se, segundo Oliveira (2001), uma síntese complexa, atravessada pela universalidade e concretizada histórica e

socialmente através da atividade humana (uma atividade social): o trabalho. Mas em que consiste a universalidade dentro da história humana? Num primeiro momento, vale enfatizar que a concepção a ser exposta aqui trata-se de um movimento dialético entre “singular-particular-universal”, observado na teoria histórico-cultural como uma relação importante para se compreender a constituição humana em sociedade.

Assim como Oliveira (2001), entendemos que a singularidade se constrói na universalidade, tendo a particularidade como mediação. Nesse sentido, é importante compreender qual o elemento mediador (particularidade) que possibilita a relação entre esses polos opostos; a singularidade e a universalidade, “que permite o desenvolvimento do sujeito que se constitui como tal – que se transforma – à medida que se apropria daquilo que historicamente foi produzido” (Leite, 2015, p. 54). No caso deste estudo, a questão de gênero, apresentada mais adiante, pode ser um elemento mediador historicamente produzido e reproduzido em sociedade, que acaba se interpondo entre o sujeito singular, que está em formação, e a universalidade. Segundo Leite (2015),

Todo o processo entre indivíduo (singular) e o gênero humano (universal) se concretiza na relação que o indivíduo tem com a sociedade (particular). A dinâmica singular-particular-universal está inserida numa relação mais ampla (indivíduo-genericidade) que é a relação do homem com o gênero humano (Leite, 2015, p. 54).

Assim, a relação de mediação da singularidade pela particularidade na apropriação da universalidade se dá dentro de categorias desenvolvidas socialmente, como as de gênero, classe e raça. Tais concepções, ao longo da história da humanidade, vão se construindo e sendo ensinadas aos indivíduos. Desse modo, caracterizamos o processo da mediação dessas particularidades (categorias postas acima) enquanto situações entrelaçadas nas relações, em que os adultos, grupos e instituições reproduzem essas formas de se relacionar. Disto, cabe destacar também que tais categorias passam a ser naturalizadas dentro das relações, mas devem ser entendidas como uma articulação entre a sociedade e os modos de produção que continuam a favorecer classes, gênero e raças em detrimento de lucros e poder. Essa elaboração das ideias é enviesada pelos projetos sociais vigentes, os quais servem às formas mais lucrativas de produzir a vida pelo capital. Essa ideia será melhor

explorada nos capítulos seguintes, agora nos cabe aqui mencionar seu papel indissociável nas relações.

Na atual forma de produzir a vida, há uma divisão entre os que produzem e os donos dos meios de produção, transformando o resultado da atividade de trabalho em capital, o que domina e explora a atividade do trabalhador. Essa realidade caracteriza o processo de alienação, no qual o produto do trabalho se torna alheio aquele que o produz. Tal fenômeno, segundo Duarte (2013, p. 54), “é próprio de uma sociedade dividida em castas, onde o que humaniza o indivíduo, ao mesmo tempo, desumaniza os que forem impedidos de se apropriar de tais objetivações”.

Tomando essas concepções como fundamentais para se pensar a construção do indivíduo e de suas relações, retomo a necessidade de compreender o ser humano enquanto cultural, questionando o biologicismo que o reduz a um desenvolvimento maturacionista e apenas biológico. Pois, como visto acima, inúmeras perspectivas atravessam essa construção de ser. É fundamental para a atuação do(a) psicólogo(a), enquanto terapeuta e/ou pesquisador(a), na busca de possibilitar uma reflexão e transformação de um indivíduo ou comunidade, basear suas análises e intervenções em uma teoria que resgate a história humana com suas especificidades, entendendo seu desenvolvimento e considerando seu contexto histórico e cultural da construção de fenômenos.

Ao procurar desconstruir a visão que apresenta os fenômenos psicológicos como inerentes ao ser humano, adotamos a Psicologia Histórico-Cultural e Sócio-Histórica para apresentar a concepção histórica da construção humana. Bock (2004) traz as contribuições de Leontiev para a discussão, sustentando a teoria baseada em Engels, de que o ser humano tem origem animal, mas ao mesmo tempo se distingue dele a partir da humanização, na passagem da vida social organizada com base no trabalho, o que modifica a natureza e colocam estes segundos submetidos a leis sócio-históricas e não mais biológicas.

Segundo Leontiev (1978), o desenvolvimento do homem se deu sob a ação de duas leis; primeiro a biológica, em virtude da qual seus órgãos se adaptam às condições de produção, criando objetos que satisfazem sua necessidade; depois as leis sócio-históricas, responsáveis por reger o desenvolvimento da própria produção e dos fenômenos que delas surgem, criando objetos e o meio de produção desses objetos, dos instrumentos às máquinas mais complexas. “Os progressos realizados na produção de bens materiais são acompanhados pelo desenvolvimento da cultura

dos homens; o seu conhecimento do mundo circundante e deles mesmos enriquece-se, desenvolvem-se a ciência e a arte.” (p. 263)

O trabalho e a vida em sociedade passam a ser condições humanas que permitem um salto no desenvolvimento. Vigotski é quem vem apresentar o desenvolvimento das capacidades a partir da relação entre o trabalho e os signos, ou seja, entre o uso dos instrumentos e a atividade psicológica. Esse movimento permite que, por meio de uma operação externa, o homem reorganize seus processos internos, aquilo chamado pelo autor de “internalização”. Para essa compreensão, questionou-se como essas características são passadas em gerações se não fazem parte da carga genética. A esse respeito, Leontiev (citado por Bock, 2004) conclui que “foi sob uma forma absolutamente particular, forma que só aparece com a sociedade humana: a dos fenômenos externos da cultura material e intelectual.”

O ser humano humaniza o mundo a partir do momento em que transforma o mundo material a sua volta em função de suas necessidades. Momento em que ele passa a construir habitações, confeccionar roupas e objetos que exercem funções necessárias aos sujeitos. Ao mesmo tempo em que atua e trabalha, o seu conhecimento se consolida nos seus produtos, como coloca Bock (2004, p. 29):

Pensemos como a atividade de escrever, inventada pelo homem em um processo de milhares de anos, criou a habilidade de escrever e inventou, ao mesmo tempo, o lápis, a caneta, ou o pincel. Pensemos, agora, como esses objetos carregam em si a habilidade criada. Poderíamos fazer um exercício de imaginar os objetos e as máquinas existentes e verificarmos como carregam nossos movimentos em suas formas. Isso porque estão ali cristalizadas nossas habilidades.

Da mesma forma que aprendemos a lidar com os instrumentos criados pelos humanos, aprendemos a lidar com a linguagem, pois trata-se de um instrumento adquirido tal como todos os outros. Pela linguagem desenvolvemos a capacidade de produzir pensamentos lógicos abstratos. Nesta perspectiva, segundo Bock (2004), o homem é criador de suas criaturas, pois constrói o mundo material onde consolida suas habilidades e as deixa para as gerações futuras, e internaliza habilidades deixadas por gerações passadas, agindo sobre o mundo e transformando-o, ou seja, há um permanente movimento. O constante movimento se dá também pelo fato de que ninguém nasce dotado de tais habilidades de apropriação, elas são conquistadas

e criadas pelos seres humanos. A humanidade está cristalizada nos objetos, nas palavras e nos fenômenos, portanto, podemos dizer que está no mundo material construído historicamente.

1.2 A periodização do desenvolvimento na perspectiva marxista

Vigotski (1991) considerava que o desenvolvimento é uma cadeia de metamorfoses em um processo dialético complexo de transformações qualitativas, as quais esbarram em fatores internos e externos em um curso que não é linear. Partindo dessa premissa, é necessário compreender inicialmente que, para o desenvolvimento dos indivíduos, ele precisa encontrar o lugar que ocupa no sistema das relações sociais. Esse lugar não determina o desenvolvimento, mas indica o estágio já alcançado. Segundo Pasqualini (2010), o que determina diretamente o desenvolvimento da psique de uma pessoa é sua própria vida e o desenvolvimento dos processos reais desta vida, ou seja, a relação ativa com o mundo explica como e porque, ao longo da vida da criança, o psiquismo vai se transformando. Sendo assim, para compreender o desenvolvimento psíquico é importante analisar a atividade da criança ao longo de seu processo e a formação de novas atividades a partir do que já foi conquistado anteriormente.

Leontiev (2010) se lança a pensar o desenvolvimento a partir da infância, onde se inicia uma vida em sociedade e, portanto, tem-se a internalização da cultura e inserção da criança no mundo. Ele caracteriza o desenvolvimento buscando compreender as atividades exercidas pela criança, quer seja a atividade aparente, quer seja a atividade interna. Mas seu desenvolvimento, por sua vez, depende de suas condições reais de vida, pois são estas que explicitam o acesso ou não aos bens culturais e de que maneira esse acesso é dado.

O lugar que a criança ocupa no sistema das relações humanas se altera ao longo da vida. Na infância pré-escolar, o mundo da realidade humana se abre para a criança, ela o assimila e reproduz as ações humanas com os objetos que a cercam de forma lúdica, utilizando dos jogos e brincadeiras para tal feito. Porém, suas necessidades vitais ainda são satisfeitas pelos adultos; é o adulto que medeia a relação da criança com o mundo dos objetos, ele se interpõe entre esses dois polos (bebê – objetos sociais), proporcionando (por meio da linguagem), aos poucos, à

criança internalizar esse mundo (compreendendo os nomes, os significados, as funções) e a representá-los mentalmente. Ou seja, são produções universais que passam a compor uma singularidade, esse processo todo sempre acontece dentro de inúmeras particularidades; sendo a de gênero uma delas, como investigaremos posteriormente.

A criança entende essa relação de dependência e baseia suas ações levando em contas as exigências, pois seus êxitos, alegrias e tristezas dependem disso. Nesta etapa, as relações da criança com o mundo dependem das relações que esta possui com as pessoas mais próximas, a mãe, o pai, entre outras. A relação com as demais pessoas é mediada pelas pessoas mais próximas, do primeiro círculo (Leontiev, 2010). Desse modo, quando uma criança criada em família é posta na escola, seu modo de vida parece mudar totalmente. Mas, psicologicamente, sua atividade permanece a mesma. Por isso, a criança passa a depender agora da relação com o(a) professor(a) para mediar a sua relação com as demais crianças (Leontiev, 2010).

De acordo com Elkonin (2012), o processo de desenvolvimento mental do indivíduo, principalmente na infância e adolescência, está intimamente conectado à educação e criação nas quais se insere. Portanto, a organização e estrutura do sistema educacional precisam de uma fundamentação teórica concreta que responda a questões importantes; como exemplo, quando a educação escolar deveria começar, quais características especiais a educação deveria conter no momento de uma transição para um novo estágio e assim por diante. Além disso, é importante que a divisão do desenvolvimento em estágios seja de acordo com os objetivos pedagógicos e se aproximem da realidade dos sujeitos, criando sentido nas atividades praticadas por eles dentro da escola. Isso é necessário para que ocorra o desenvolvimento e as transições necessárias, entretanto, tais práticas não coincidem. Elkonin (2013) entende que o conceito existente de estágios de desenvolvimento está se aproximando de uma crise, de modo que precisamos de trabalhos que fundamentam a respeito desse problema atentado por Vigotski desde a década de 1930, quando a questão dos estágios de desenvolvimento recebeu grande quantidade de atenção, principalmente deste, que foi quem, aliás, lançou a fundamentação para a psicologia infantil soviética.

Segundo Pasqualini (2010), determinadas atividades exercem um papel essencial em cada estágio particular do desenvolvimento (particular, porque cada indivíduo tem suas condições singulares de vida que podem influenciar no potencial

desenvolvimento psíquico), enquanto outras desempenham papel secundário. A atividade dominante reorganiza os processos psíquicos, gerando outras atividades e marcando a transição para um novo período em que outra atividade irá dominar os processos de reorganização.

A atividade principal é então a atividade cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos da personalidade da criança, em certo estágio de seu desenvolvimento (Leontiev, 2010, p. 65).

Podemos dizer que cada estágio do desenvolvimento psíquico da criança caracteriza-se por uma relação explícita entre a criança e a realidade principal naquele estágio, e por um tipo de atividade dominante. O que determina a transição de um estágio para outro, como elucidado acima, é a mudança do tipo principal de atividade na relação da criança com a realidade. A atividade principal não é simplesmente aquela atividade na qual a criança dedica muito tempo, mas sim, a definida pelos três atributos. Como coloca Leontiev (2010), a atividade que dá oportunidade para que surjam outros tipos de atividades e dentro da qual elas são diferenciadas; a atividade pela qual os processos psíquicos são reorganizados e tomam forma; e a atividade que propicia as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil.

É importante destacar que as condições históricas concretas influenciam os estágios e o processo como um todo, seja na duração, conteúdo, etc. Assim, embora os estágios tenham certa ordem e se desdobrem ao longo do tempo, seus limites de idade, por exemplo, variam de acordo com os conteúdos e condições histórico-sociais nas quais está ocorrendo o desenvolvimento da criança. Pasqualini (2010) pontua não ser a idade cronológica o que determina o período de desenvolvimento em que ela se encontra, portanto, as referências a idades quando discutimos a periodização são relativas e historicamente condicionadas.

Desse modo, elaboram-se os estudos sobre a periodização histórico-dialética do desenvolvimento psíquico, que assume, por sua vez, o desenvolvimento como um processo histórico-cultural (Pasqualini, 2010). Logo, não segue um caminho natural pré-determinado, mas “se produz no interior de condições históricas e culturais particulares” (p. 78), não sendo possível identificarmos fases universais cabíveis a todo e qualquer ser humano. Diante disso, apresentam-se os períodos de crises ao

longo do desenvolvimento. Leite (2015) explica de forma resumida a ideia de Vigotski; a primeira crise é a pós-natal, que separa o período embrionário do desenvolvimento do primeiro ano de vida, a segunda crise é a passagem do primeiro ano para a primeira infância; e por volta dos três anos, uma nova crise marca a transição da primeira infância para a idade pré-escolar; e ainda abrangendo a infância, a crise dos sete anos configura o elo entre a idade pré-escolar e a idade escolar.

Segundo Vigotski (2010), a crise não é inevitável, tratam-se de mudanças qualitativas que correspondem a uma necessidade interior derivada do acúmulo no desenvolvimento, ou seja, não depende de marcos cronológicos ou exclusivamente biológicos para que ocorra. As crises vêm como momentos de virada, saltos qualitativos no desenvolvimento, nos quais “ocorre em conexão com o fato de a criança estar enfrentando a educação com novas tarefas correspondentes a suas potencialidades em mudança e a uma nova percepção” (Vigotski, 2010, p. 67).

No contexto da escola, é importante que a criança seja apresentada a atividades que proporcionem esses saltos no desenvolvimento. Sobre isso, Luria (2010) afirma que, quando uma criança entra na escola, ela não é uma tábula rasa a ser moldada pelo(a) professor(a) da forma que preferir, mas já existe em seu desenvolvimento anterior suas próprias habilidades culturais, adquiridas ao aprender a lidar com os complexos problemas de seu ambiente. Entretanto, esse equipamento é primitivo, não tendo sido forjado pela influência sistemática do ambiente pedagógico, mas sim pelas tentativas próprias feitas pela criança para lidar, por si só, com tarefas culturais.

Nesse sentido, Vigotski (2010) salienta que a aprendizagem da criança na escola nunca parte do zero, isto é, apresenta sempre um pré-história. Começa antes de adentrar a esse ambiente, como no caso da imitação dos adultos, o que possibilita às crianças repetir palavras, aprender pronúncias e seu significado conforme a orientação não-sistematizada na convivência com outros sujeitos. Segundo o autor, “A diferença entre o nível das tarefas realizáveis com o auxílio dos adultos e o nível das tarefas que podem desenvolver-se com uma atividade independente define a área de desenvolvimento potencial da criança.” (p.112). Ou seja, o que uma criança é capaz de fazer com a orientação de um adulto chama-se zona de desenvolvimento potencial, e através dessa análise podemos medir o processo de desenvolvimento da criança até o presente momento, assim como os processos ainda em curso de desenvolvimento. Nas palavras do autor:

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação. (Vigotski, 2010, p.113)

Portanto, para Vigotski (2010), é de suma importância para o ensino que este seja orientado com base no desenvolvimento já produzido, na etapa já superada. A aprendizagem, portanto, não é em si o desenvolvimento, mas uma correta organização dela conduz ao desenvolvimento mental. “Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente” (p.115). O papel da aprendizagem sistematizada como fonte de desenvolvimento permite que a criança internalize processos até então apenas reproduzidos, como a linguagem, que inicialmente apresenta-se como meio de comunicação para com as pessoas à volta e, depois, quando convertida em linguagem interna, fornece meios para orientação do pensamento. A aprendizagem e o desenvolvimento, ainda que diretamente ligados, não se produzem de forma simétrica e paralela como uma sombra que um objeto projeta, existe uma dependência recíproca, mas extremamente complexa e dinâmica que não pode ser explicada por uma única fórmula especulativa. (Vigotski, 2010)

Como conclusão, tem-se que cada um dos estágios do desenvolvimento apresenta uma atividade principal como direcionadora dos processos psíquicos. Pasqualini (2010) cita a comunicação emocional direta com o adulto como a atividade dominante do primeiro ano de vida; na primeira infância a atividade objetual manipulatória torna-se dominante, e os períodos seguintes são marcados pelos jogos de papéis e atividade de estudo. Finalmente na adolescência é a comunicação íntima pessoal seguida pela atividade profissional/de estudo que conquistam o posto das atividades que guiam o desenvolvimento psíquico, e é aqui onde esse estudo irá se aprofundar, no período da adolescência, sobre a qual, a seguir, iremos apresentar nossas concepções de acordo com a teoria que embasa a discussão.

O ponto principal é que nesse período, segundo Leontiev (2010), há uma transição para um novo estágio de desenvolvimento da criança, de sua vida e consciência, alterando novamente seu lugar na família. Trata-se de uma nova

satisfação nos grupos, pois seus conhecimentos, habilidades e capacidades adquiridas (de importante investigação também, pois o que adquiriu até agora possibilita o progresso de seu desenvolvimento), o colocam em um patamar cada vez mais igual a dos adultos. Interessa-lhe, agora, saber o que os adultos sabem, dominando as habilidades necessárias a este conhecimento. Diante disso, investigaremos quais conhecimentos postos pelos adultos em sociedade atravessam o desenvolvimento e formação da personalidade do adolescente, que desenvolve seu pensamento e constrói seus conceitos com base em seu contexto sócio-histórico-cultural, e também qual a contribuição da psicologia marxista para a construção desses conceitos e a desconstrução de algumas concepções sociais, como por exemplo, a de gênero, enfoque deste estudo.

1.3 A adolescência

Conforme já citado anteriormente, compreendemos o ser humano enquanto sujeito construído em sociedade, atravessado pela cultura e história produzidas desde os primórdios da humanidade. Segundo Bock (2004), essas ideias são importantes para nossas reflexões sobre a adolescência porque,

Primeiro, não supõe um desenvolvimento natural, do qual a adolescência é consequência; segundo, a diversidade que se apresenta como riqueza humana é construída pela humanidade por meio de sua ação transformadora sobre o mundo e, sendo assim, nada que se apresente em nosso mundo nos deve ser estranho; terceiro, se a humanidade é transmitida e apropriada pelo indivíduo a partir de seu contato com os instrumentos da cultura, fica evidente que as diferenças sociais, que implicam diferentes graus de acesso a ela, serão produtoras de diferenças no desenvolvimento psicológico dos homens (Bock, 2004, p. 31).

Em 2004, Bock publicou um estudo que analisou as concepções de adolescência presentes em livros para orientar pais e professores, e propôs uma leitura crítica das concepções naturalizantes que caracterizam essa fase. Durante o estudo, notou que a adolescência na psicologia tem sido tomada como uma fase

natural do desenvolvimento, a qual todas as pessoas sem deficiência² passam, na medida que superam a infância, sendo intermediária da vida adulta. A sociedade apropriou-se desse conhecimento que os estudos dispuseram, entendendo essa etapa como algo esperado, juntamente com as características biológicas e hormonais – pelos no corpo, crescimento repentino e características sexuais – vinham as insatisfações, rebeldias e crises existenciais. Bock afirma a necessidade da revisão dessa concepção, pois “a psicologia naturalizou a adolescência. Considerou-a uma fase natural do desenvolvimento, universalizou-a e ocultou, com esse processo, todo o processo social constitutivo da adolescência” (p. 33).

Já em 2007, em seus estudos sobre adolescência, a autora aponta como um elemento importante da crítica o fato de a conceitualização da adolescência estar fundamentada em um único tipo de jovem, centralizado como sujeito universal, o “homem-branco-burguês-racional-ocidental, oriundo em geral da Europa ou dos Estados Unidos.” Não havendo a busca das especificidades de outros grupos para a análise, “esses são buscados apenas para a aplicação dos conceitos já construídos” (Bock, 2007, p. 66).

Contraponto essa visão naturalizante do fenômeno, na visão materialista dialética da autora, o humano é um ser histórico, construído em seu movimento ao longo do tempo a partir da cultura e da sociedade em que está inserido. Essa concepção de indivíduo traz a visão de que ele é: “um ser que tem características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações, imerso nas relações e na cultura das quais retira suas possibilidades de ser e suas impossibilidades” (Bock, 2007, p. 67). Portanto, será um ser que terá sua constituição psíquica determinada pelas condições sociais, de acordo com o tempo histórico em que está inserido. Sua relação com a sociedade é dialética, ou seja, um constrói o outro.

Compreender a sociedade torna-se indispensável na busca da compreensão da constituição do ser humano.

Não se pode conhecer o humano se não for pela sua relação com as formas de vida e as relações sociais. O próprio fenômeno psicológico é histórico, permitindo que se entenda o que está aí como padrão, como algo mutável, resultante de um determinado padrão de relações e de critérios dominantes

² Pois trata-se do perfil dos sujeitos inseridos enquanto objeto do estudo realizado por Bock (2004), intitulado: “A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão”.

que respondem a interesses sociais de imposição de uma determinada visão de saúde (Bock, 2007, p. 67).

Após a introdução sobre a visão do ser humano na concepção sócio-histórica-cultural, tal perspectiva passou a observar a adolescência como uma formação social que reflete na vida subjetiva do sujeito, sendo significada, interpretada e construída pela humanidade. Há diversas características que constituem a adolescência, como as marcas corporais, não se tratam de características do corpo em si e, portanto, naturais, mas significadas socialmente, servindo de referência para a constituição da identidade de cada indivíduo e convertendo o social em individual. Segundo a autora,

A abordagem sócio-histórica, ao estudar a adolescência, não faz a pergunta “o que é a adolescência”, mas, “como se constituiu historicamente este período do desenvolvimento”. Isto porque para esta abordagem, só é possível compreender qualquer fato a partir da sua inserção na totalidade, na qual este fato foi produzido, totalidade essa que o constitui e lhe dá sentido (Bock, 2007, p. 68).

Partindo deste ponto de vista, entendemos que os fatores econômicos, sociais e culturais contribuem com essa construção, onde as necessidades capitalistas da sociedade moderna propiciaram o surgimento de uma fase entre a infância e a vida adulta que atrasasse a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. Devido ao fator do desemprego fruto do sistema vigente e da maior permanência do adulto no trabalho, já que a ciência proporcionou aos humanos maior tempo de vida, é que surge a adolescência. Esses fatores fizeram com que a sociedade se organizasse a fim de que o sujeito permanecesse mais tempo na escola, necessitasse de mais formação para o trabalho. E, após, passou a exigir dele um curso preparatório além da escola regular, fazendo desta fase preparatória um período que antecede as responsabilidades adultas. Mesmo que os indivíduos tenham condições fisiológicas e psíquicas de arcar com os afazeres do trabalho e responsabilidades do sustento, ele ainda é concebido como imaturo e despreparado, desvalorizando o papel ativo do adolescente na sociedade (Bock, 2007).

A sociedade, cultura e a economia que permeiam a vivência dos jovens no Brasil e seu desenvolvimento são atravessados por diferentes condições. Segundo dados de 2021 da fundação Abrinq, o Brasil tem 68,9 milhões de crianças e

adolescentes entre 0 a 19 anos de idade, o que representa 33% da população total do país. Na faixa de 0 a 14 anos, há no país 9,1 milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação domiciliar de extrema pobreza (renda per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo) e 9,7 milhões em situação de pobreza (renda per capita mensal de mais de um quarto até meio salário-mínimo). De acordo com a UNICEF Brasil, mais da metade de todas as crianças e adolescentes brasileiros(as) são afrodescendentes, e um terço de aproximadamente 820 mil indígenas do país é criança.

De 1990 a 2019, o percentual de crianças com idade escolar obrigatória fora da escola caiu de 19,6% para 3,7% (Pnad, 2019). No entanto, mesmo com tantos avanços, em 2019, 1,5 milhão de meninos e meninas ainda estavam fora da escola. Essa exclusão escolar tem rosto e endereço: quem está fora da escola são os pobres, negros, indígenas e quilombolas. Uma parcela tem algum tipo de deficiência e grande parte vive nas periferias dos grandes centros urbanos, no Semiárido, na Amazônia e na zona rural. Muitos deixam a escola para trabalhar e contribuir com a renda familiar (UNICEF, 2019).

Outro dado importante sobre a adolescência no país é o índice de suicídio e autolesão, que segundo o relatório da Situação Mundial da Infância 2021, no Brasil, estima-se que quase um em cada seis meninas e meninos entre 10 e 19 anos de idade, vive com algum transtorno mental, sendo uma parcela exposta ao risco de automutilações, depressão e suicídio. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o suicídio é hoje a terceira maior causa de morte de adolescentes entre 15 e 19 anos. Segundo o relatório da convenção dos direitos da criança (2020-2021), o suicídio de crianças e adolescentes de 10 a 19 anos aumentou significativamente nos últimos 10 anos, com uma linha crescente de aumento. Para esclarecer ainda mais os dados, segundo a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, entre 2012 e 2021, cerca de mil crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos de idade cometeram suicídio no Brasil a cada ano. O dado se baseia em registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Vale destacar que estes são dados notificados pelo Ministério da Saúde.

O cenário apresentado aqui nos mostra a dimensão do que é discutir a adolescência no Brasil. Muitas realidades são encontradas de norte a sul do país, e vemos diferentes condições de desenvolvimento para cada uma delas. Sabemos, nesse sentido, que não há apenas uma definição possível para este período, e isso

porque suas singularidades estão presentes também no contexto social, econômico e cultural do qual fazem parte. Vale destacar também, que os dados aqui apresentados sobre a adolescência no Brasil, não dão conta de demonstrar a complexidade do fenômeno, muito menos de resumir ou definir a situação em que se encontram todos os adolescentes do país, material ou psicologicamente.

Diante disso, e tendo como base o materialismo histórico dialético, a discussão se encaminha para o campo da problemática do estudo, que aborda a adolescência a partir de sua singularidade significada em sociedade, a qual implica vivenciar situações a partir das quais são desenvolvidos conceitos e internalizadas opiniões, consolidando sua personalidade. É importante destacar que tais processos de desenvolvimento discutidos até agora no texto, também estão sujeitos a mudanças históricas; a infância e a adolescência não são fenômenos imutáveis e eternos, o desenvolvimento da história da humanidade também atravessa as concepções sobre esses estágios. A esse respeito, Blonsky (1934 citado por Elkonin, 2012, p. 326) afirma,

Ao mesmo tempo, vemos que nem a juventude (isto é, a continuação do crescimento depois da puberdade) não é, de forma alguma, uma característica humana universal: no caso das nações ou grupos sociais vivendo sob condições desfavoráveis, o crescimento e o desenvolvimento cessam na puberdade. Assim, a juventude não tem sido um fenômeno eterno; antes, ela se constitui numa aquisição tardia da humanidade – na verdade, uma que surge quase exclusivamente com a época histórica.

Em concordância às considerações de Blonsky (citado por Elkonin, 2012), é um oponente às noções puramente evolutivas quanto ao curso do desenvolvimento, considerando um processo de transformações qualitativas, acompanhado por rupturas e saltos repentinos, concordando em chamar os momentos de menores crises de “estágios” ou de maiores crises de “períodos”, e ainda designando aqueles momentos na vida de uma criança que apenas fluem de um para outro como “fases”. Embasado pelas ideias dos autores postos acima, assim como pelas ideias de Vigotski (1931/2000), entendemos períodos, estágios e fases do desenvolvimento enquanto um processo dialético atrelado ao contexto produzido pela história da humanidade, que procede não ao longo de um padrão evolutivo, mas marcado por rupturas, de onde emergem novas estruturas no curso do desenvolvimento.

Para Elkonin (2012), é necessário a discriminação de “pontos críticos” no desenvolvimento mental, como “pontos de virada” que apresentam critérios objetivos das transições de um período de desenvolvimento para o seguinte (p. 154). No período da adolescência, um dos importantes pontos de virada é a formação dos conceitos, um dos elos centrais do enfoque vigotskiano no processo de aprendizagem. Para a criança em fase pré-escolar, aquilo que já existe em seu sistema de aprendizagem é denominado por Vigotski (2001) de “conceitos espontâneos”, tratam-se de meios de descrição simples da realidade empírica. Já na idade escolar, os “conceitos científicos” se unem, modificando e enriquecendo os primeiros conceitos como resultado da aprendizagem, chamados também de verdadeiros conceitos.

Segundo o autor, nesse estágio, em que se localizam os conceitos científicos, formam-se conceitos mais amplos pelo conteúdo, relacionados a toda uma classe de fenômenos que não se limitam mais a descrever, e sim explicar. Trata-se de um passo fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento infantil. O indivíduo, portanto, evolui do conceito espontâneo para o científico, passando do simples registro de fenômenos para a associação a grupos de fenômenos, atingindo a generalização (Vigotski, 2001).

Vigotski afirma que todo conceito é uma generalização e quando o sujeito é capaz de generalizar, ele toma consciência dos conceitos. A generalização é um meio importante de conhecimento científico, um procedimento de transição para um nível mais elevado de abstração. O acúmulo de desenvolvimento psíquico provocado até a chegada na adolescência permite ao sujeito operar cada vez mais com o pensamento abstrato, isto é, ele passa a conseguir relacionar as coisas a partir da consciência que adquire dos conceitos, para compreender/explicar a realidade. Isso também se reflete na forma como o adolescente se reconhece, pois a consciência de si também está se redefinindo a partir de suas compreensões sobre o mundo e a forma que pensa. Desta forma, a compreensão de uma identidade de gênero e o que é próprio para ela vai despontar nesse período da vida, no qual o indivíduo passa a compreender os signos (meio externo – Vigotski vê como uma espécie de “órgãos sociais”) que medeiam o comportamento humano. Porém, para compreender como se organiza essa categoria, precisamos também compreender a chegada da adolescência, como ela é entendida e de qual contexto social estamos falando (Vigotski, 2001).

A adolescência é entendida como uma fase da vida e muitas vezes lida como um conjunto de fatores de maturação biológica universal. Segundo Bock (2007), a adolescência foi sendo construída a partir das necessidades sociais e em consonância às representações para que as necessidades fossem cumpridas. As definições sociais, colocadas como naturais, passam a ser internalizadas pelo adolescente, que começa a constituir sua identidade. Segundo a autora, as características tomadas como naturais, até mesmo pela psicologia, como crise de identidade, busca de si mesmo, tendência grupal, necessidade de intelectualizar e fantasiar, atitude rebelde, onipotência, dentre outras, não serão tomadas aqui como naturais e sim construídas no processo histórico e cultural.

Segundo Alves e Cassim (2017), o desenvolvimento do corpo na adolescência, junto das determinações sociais, culturais e históricas, contribuíram para a constituição do indivíduo sexual, marcando essa fase como de iniciação na sexualidade. Porém, como destacado por Kahhale (2007), a psicologia sócio-histórica entende a sexualidade como um processo simbólico e histórico que expressa a identidade do sujeito. É importante compreender que o que define a sexualidade, inclusive as questões de gênero, está ligada ao momento histórico humano e às condições nas quais a pessoa está inserida, bem como a vivência de sua intimidade e significação de normas e morais dos grupos que habita. Essa apreensão é fundamental para evitar concepções estigmatizadas. Segundo os autores:

Na contemporaneidade, as questões sexuais são moldadas pelo patriarcalismo, pela formação de família e por papéis femininos ou masculinos definidos desde o nascimento, assim como a restrição ou valorização do corpo em determinados contextos (Alves & Cassim, 2017, p. 111).

Neste texto, pretendemos trabalhar com a premissa de que a constituição da adolescência é um fenômeno social, atravessado pela determinação cultural dos papéis de gênero inseridos em um contexto histórico; tal contexto é marcado pelas relações patriarcais fundamentadas na ideia capitalista de gênero, que consiste em separar as atividades realizadas por cada categoria. Entender essa concepção é importante para que se compreenda a vivência de cada pessoa inserida nessa estrutura, tratando o recorte de gênero como determinante na personalidade e sentimentos de cada indivíduo.

Martins (2020), pautando-se nos conceitos da teoria histórico-cultural, explica que aquilo experienciado pelo sujeito em diferentes momentos do seu desenvolvimento, e resulta numa representação psíquica na forma de imagem subjetiva, podemos chamar de vivência. De acordo com a autora, mais do que uma experiência direta do sujeito com o seu objeto, a vivência é o resultado de reações do sujeito em face ao objeto. Tais reações ocorrem por meio da mobilização de todo o sistema psíquico (sensações, percepções, memória, atenção, afeto, etc.), daí a formação de uma imagem subjetiva no psiquismo do sujeito.

Ao tratar das vivências conscientes, Toassa (2009), ao mencionar a teoria de Vigotski, afirma que para estas elas podem ser compreendidas e sistematizadas, reguladas pela palavra e atravessada por tons emocionais, sendo campo de conflitos. São elas que concebem o conceito de consciência a partir da noção de sistema em que se englobam processos conscientes e inconscientes, racionais e irracionais. A vivência torna-se, então, unidade dinâmica da vida consciente, marcada pela referência ao corpo, representações e ideias, sendo a lógica empregada da dialética o que faz perceber o ser em permanente movimento. “Se trata simplesmente da relação interior da consciência com o meio, generalizável na linguagem e não um estado psicológico especial” (Toassa, 2009, p. 279).

Diante disso, as interações e o acesso às informações que o sujeito terá nesse período são fundamentais para que ele construa conceitos e opiniões importantes e seguras para seu desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário orientar seus conhecimentos e compreender suas vivências, vivências essas que podem fazer parte tanto da experiência do mundo externo pelo sujeito, quanto seu mundo interno; segundo Vigotski, passíveis de simbolização e tomada de consciência. As vivências que o sujeito tem ao longo de todo o seu desenvolvimento são marcadas por uma concepção de gênero, e isso faz com que ele forme a rede conceitual da representação de gênero na sua psiquê.

Nos capítulos seguintes, aprofundaremos a compreensão de gênero, de acordo com o pensamento materialista histórico-dialético, pautado na descrição do sistema sexo-gênero realizado por Maria de Jesus Izquierdo, que fundamentará nossa compreensão e análise da categoria. Bem como o debate de como essa categoria atravessa a construção da personalidade de cada indivíduo e se estabelece enquanto concepção determinante nas relações.

2 SISTEMA SEXO-GÊNERO E FEMINISMO MARXISTA NA SOCIEDADE DE CLASSES

*“No teatro da memória,
as mulheres são uma leve sombra”*
(Michelle Perrot, *Minha história das mulheres*)

Duas autoras dos textos selecionados, Maria de Jesus Izquierdo (1988; 2013) e Heleieth Saffioti (2013), tinham como objetivo apresentar uma reflexão sobre a categoria de gênero na construção humana, fundamentada no alicerce teórico que utilizasse a perspectiva materialista-histórico-dialética. Baseada nas obras de ambas, buscaremos compreender a hierarquia de gênero à luz da Psicologia Histórico-Cultural. Pontua-se aqui a diversidade de linhas de pensamento feministas para que se compreenda a concepção de gênero na sociedade, bem como sexo, sexualidade e patriarcado, importantes conceitos a serem definidos e citados ao longo do texto, a fim de descrever a qual construção de conceito nos referimos.

Inicialmente, notamos a importância de compreender as raízes do pensamento marxista feminista para prosseguir com a caracterização dos conceitos, sendo importante ressaltar, segundo Motta (2021), que nem feminismo e nem marxismo são correntes teóricas unificadas, mas que articuladas apresentam um terreno fértil. Cadó (2021) aponta que diversas áreas do conhecimento estiveram sujeitas a mudanças após a crítica metodológica e epistemológica elaborada pelo pensamento feminista a partir da década de 1970, diante do enfrentamento ao viés androcêntrico³ que permeia as teorias econômicas e políticas tradicionais.

Foi nesse momento que, valendo-se de discussões teóricas sobre marxismo e liberalismo do século XX, “avançam as interpretações sobre as origens, efeitos, consequências e estratégias de superação da condição das mulheres” (Cadó, 2021, p.66). Segundo a autora, o desenvolvimento da perspectiva materialista no feminismo é resultado da efervescência da pauta na política dos anos 1960, que questionava a invisibilização da voz das mulheres inseridas nos partidos comunistas. Foi quando elas decidiram se organizar teórica e politicamente para disputar esse campo.

³ É um termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward (Souza, 2009), que diz respeito às perspectivas que levam em consideração o homem como foco de análise do todo. Está literalmente ligado à noção de patriarcado.

A corrente marxista do feminismo pauta-se nos escritos de Marx e Engels, entendendo que a opressão do sexo surge na consolidação da propriedade privada, tendo sua origem na constituição de uma sociedade de classes, se desdobrando na divisão sexual do trabalho diante dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Por outro ângulo, Saffioti (2013) acrescenta que seria superficial assegurar que a propriedade privada constitui a fonte exclusiva da inferiorização da mulher na sociedade, sendo ainda mais discutível o fato de que as relações entre o homem e mulher são da mesma natureza que as relações entre as classes sociais. Isso porque,

A complementaridade da relação entre os sexos no momento da reprodução constitui, pois, importante dado a ser levado em conta na análise da condição da mulher nas sociedades de classes. As categorias de sexo não apresentam aquele mínimo de autonomia necessário à sua existência contínua; ao contrário, seriam apenas capazes de produzir sua força de trabalho, não de reproduzi-la (Saffioti, 2013, p. 121).

Diante disso, Saffioti (2013) postula o fenômeno da dominação, comum na relação entre classes e entre sexos, de maior amplitude do que a propriedade, pois, ainda que a propriedade condiciona certas formas de domínio, existem outras formas de dominar que não derivam diretamente da propriedade privada. Como por exemplo,

O domínio exercido pela geração madura sobre a geração imatura vincula-se à necessidade social de injetar nos mais jovens os conteúdos da cultura vigente na sociedade, tornando-se a cultura quer enquanto a fornecedora dos elementos padronizados de interação social, quer enquanto o resultado operante de formas de ajustamento do homem à natureza que o circunda (Saffioti, 2013, p.122).

Tal exemplo nos dá a justificativa da transmissão da hierarquia de gênero posta em sociedade para as gerações mais jovens. Isso, pois, constitui uma contínua ideia existente entre os sexos, na separação do feminino e masculino, o que coloca a mulher, por exemplo, em um lugar de dominação pela sua possibilidade reprodutiva, imposta como missão ou dom de vida. O mesmo ocorre com os cuidados domésticos e com a prole. Nesse sentido, o nosso estudo se apropria dessa afirmação para justificar como os adolescentes (objeto desse estudo), acabam por internalizar as

concepções de gênero enraizadas na sociedade. Por ora, nos ateremos aos conceitos de propriedade, dominação e sociedade de classes para explicar nosso pensamento.

Segundo Saffioti (2013), a propriedade é um elemento decisivo neste processo, sobretudo no que tange a participação do indivíduo na cultura, pois o domínio das gerações adultas sobre as gerações imaturas visa socializá-las para o desempenho de papéis sociais segundo a classe social a que pertence os indivíduos. Além disso, para Engels (1984), das relações de propriedade deriva a origem da monogamia que estrutura o matrimônio e, portanto, o modelo de família burguesa⁴ que seguimos até hoje. Em suas comparações do sistema de classe com o sistema de gênero, o autor coloca que “na família o homem é o burguês e a mulher representa o proletário” (Engels, 1984, p. 80). Somos socializados conforme assistimos a esses modelos e buscamos reproduzi-los ao longo da vida. O processo socializador é subordinado aos interesses de classe e se desenvolve, em grande parte, dentro da mesma classe.

Do ponto de vista imediato, pode não existir relações de domínio entre as duas gerações em questão, assimiláveis a relações entre classes, ou seja, há tipos de dominação não diretamente derivados da propriedade privada, como exemplifica Saffioti (2013), acrescentando que, “[...] nos países socialistas, onde a propriedade privada cedeu lugar à propriedade coletiva, o poder político e a dominação tradicional e burocrática continuam a ser exercidos” (p.122). Desse modo, a categoria de sexo, como a de idade, não apresenta autonomia socioeconômica e cultural, são apenas coletividades diversas inseridas nas classes sociais, que mantêm relações de natureza diferentes entre si. Voltaremos a este ponto quando discutirmos a construção da família patriarcal e suas consequências na vida das mulheres submetidas ao trabalho doméstico, em especial no contexto privado familiar.

Ainda pensando na construção histórica de gênero e como a sociedade atravessa essa estrutura, trazemos a visão do feminismo socialista, que segundo Cadó (2021), não rompe com a interpretação marxista, mas entende ser preciso sim compreender o patriarcado sob a luz do desenvolvimento histórico, reivindicando o materialismo-histórico-dialético. O feminismo socialista também se vale de discussões da vertente radical do feminismo, entendendo que a opressão das mulheres repousa

⁴ Estrutura de família que, em meados do século XIX, se apresenta como moderna tendo as características de uma família urbana, heterossexual, onde o marido é a autoridade dominante, responsável pela manutenção econômica; enquanto a mulher é direcionada aos trabalhos domésticos internos e privados.

no funcionamento do patriarcado, sendo uma formação anterior ao capitalismo onde o poder é dos homens. Ou seja, é na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes, que as causas originárias da opressão feminina são colocadas.

Não será nosso papel se debruçar minuciosamente sobre as divergências teóricas encontradas nessas linhas, o objetivo aqui é pontuar a construção do feminismo que orienta nossas reflexões e, portanto, a leitura da construção de gênero que fazemos na sociedade atual. As análises da condição das mulheres sob o prisma marxista tomaram diversos caminhos, e é no pensamento de Marx e Engels que o feminismo socialista de construção marxista busca ferramentas teóricas para explicar as raízes históricas da opressão e sua reprodução no processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como a estruturação do sistema sexo-gênero que fundamenta a dominação (Cadó, 2021).

A respeito disso, utilizaremos as obras da socióloga María de Jesus Izquierdo (1988, 1992, 1994, 2013), que questiona a naturalidade da situação social das mulheres, definindo que os organismos, mulheres ou homens são resultado de sua interação com o meio. Izquierdo (2013) menciona também a insuficiência biológica de explicar as causas e origens da desigualdade de gênero, afirmando que evidências nos permitem declarar que é mais fácil modificar características naturais do que a organização da sociedade, pautada nos avanços tecnológicos que nos permitem voar sem asas ou mergulhar sem brânquias, mas que a produtividade não foi capaz de acabar com a fome no mundo, assim como o desenvolvimento de tratamento a doenças não as erradicou da maioria da população.

Desse modo, evidenciamos a impossibilidade de que a desigualdade de gênero seja explicada a partir de suas características biológicas, pois diante da tese utilizada pela autora – de que as características físicas, culturais e sociais são resultado do desenvolvimento do sujeito em sua relação com o meio –, podemos afirmar que as mulheres não são objeto de discriminação e sim seu produto, pois são as condições em que se desenvolvem como organismo vivos, que as constrói inferiores, portanto, essa noção de inferioridade é efeito do sexismo (Izquierdo, 1992).

Utilizamos os termos homem e mulher para nos referir às pessoas. Segundo Izquierdo (1992), essas palavras evocam e refletem características determinadas que vão muito além do sexo biológico, tais características classificam as pessoas em dois grandes grupos. A partir daí, determinam-se também lugares sociais possíveis (ou

não) de serem ocupados pelos indivíduos de cada grupo, diante das características de personalidade que pressupõem o que cada um deve performar. Como por exemplo, a feminilidade significa um conjunto de trejeitos, gostos e comportamentos ensinados e assimilados aos indivíduos do sexo feminino, assim como a masculinidade apresenta outro agrupamento de características diferentes e contrários aos estabelecidos para a feminilidade, como coloca a autora,

Quando dizemos que alguém é uma mulher estamos supondo um sexo, mas também supomos muitas outras coisas: dona de casa, passiva, mãe, má motorista, afetiva etc. Quando dizemos homem, junto ao sexo, estamos também atribuindo qualidades como: investigador, profissional, agressividade, racionalidade, pouco detalhista, etc. (Izquierdo, 1992, p. 3).

Tais determinações também fazem referência a uma realidade complexa. Izquierdo (1992) a entende em três níveis: o sexo, o gênero e a sexualidade, responsáveis por sustentarem a identidade humana,

É comum que o comportamento feminino em um macho e o masculino em um a fêmea se definam como homossexual. No entanto, uma fêmea feminina e um macho masculino se supõe heterossexuais, mesmo quando é evidente que nem sempre o são. Se supõe que uma fêmea vestida com um uniforme branco é enfermeira, mesmo que seja médica (e o uniforme branco não seja de enfermeira e sim de médica), porque se considera que em função de seu sexo não pode estar ocupando espaço social masculino. Também se presume que uma pessoa com vestido, saltos altos e maquiada é uma fêmea pela vestimenta feminina que usa, quando pode tratar-se de um macho. Quando se comenta sobre uma briga de rua ou uma partida de futebol, acreditamos que se trata de machos, já que são atividades consideradas masculinas (p. 5).

Diante disso, explicitamos a visão da autora sobre o sistema sexo/gênero, que faz referência à forma como a sociedade se organiza, às expectativas que cria a respeito dos indivíduos, a distribuição desigual do poder, os espaços sociais ocupados, as proibições em função do sexo, sempre fundamentadas em uma base dupla: a biológica e a divisão sexual do trabalho. Sobre a divisão sexual do trabalho, nos referimos às diferentes funções atribuídas aos indivíduos, com base na concepção de gênero construída e reproduzida em sociedade. Tais concepções se

valem de determinações fisiológicas que permitem, por exemplo, as fêmeas reproduzir. Diante da necessidade social de reprodução da raça humana, frente a necessidades populacionais diversas, como mão de obra e poderio militar, a mulher passa a ser direcionada à reprodução e cuidados com a prole, inserida no contexto privado da família e deveres domésticos. Esses serviços, segundo Motta (2021), são ainda prestados majoritariamente por mulheres, e extremamente invisibilizados e desvalorizados. Essas ideias serão discutidas com maior aplicação no capítulo seguinte.

O que construímos enquanto seres singulares supera o aspecto biológico. Izquierdo (1992) afirma ser justo reconhecer que a reprodução é fundamental para garantir a sobrevivência da espécie, tornando inevitável a alusão a diferenças sexuais. Porém, a natalidade pode ser compensada com a elevação da expectativa de vida, que se multiplica em função das condições de vida que construímos. Já em outras atividades, distintas da reprodutiva, as diferenças sexuais não possuem caráter biológico.

Em vista disso, Izquierdo (1992) busca características comuns à espécie humana para entender quando as determinações são biológicas e quando são produtos da interação natureza/cultura. Entendendo que somos dotados de uma rica e variável genética, além dos caracteres adquiridos em contato com o meio e distintas para cada pessoa, os seres humanos são levados a um desenvolvimento diverso e, desse ponto de vista, não existem duas pessoas iguais. Ademais, a complexidade do nosso sistema nervoso nos permite responder de forma ativa e consciente a condições sociais e ambientais, podendo adaptar ou transformar o meio em um contínuo processo de construção cultural. Para a autora, a diferença com que esse processo decorre dos seres humanos para outros seres vivos é que já nas primeiras etapas, quando nascemos, dependemos da interação com o meio, visto que nossas funções fisiológicas e nervosas estão imaturas.

Uma vez detectado o sexo de uma pessoa ao nascer, é certificado em seu registro de nascimento e a um certo modelo, através de como os adultos a ensinam e também do que assistem nas relações a sua volta, tanto por seus aspectos físicos, como pelos interesses que é direcionada a desenvolver, a forma como aprende a ver o mundo, o tipo de relações que estabelece, etc. Nessa interação com o meio, expostos à cultura e a um modelo de sociedade, tratamentos diferenciais em função

do sexo são impostos, levando os grupos sexuais a um caráter homogêneo, como coloca a autora;

Se ao nascer se diz que alguém é fêmea, independentemente de que cometa ou não um erro de assimilação do sexo da criatura – coisa que é possível – e se sua mãe a reconhece como tal, uma vez que se reconhece a si mesma como do mesmo sexo e aceita o papel que a sociedade lhe designa, a criatura se identificará com ela, porque reconhece como sua igual. Utilizará, alimentará e exigirá de seu corpo o que a sociedade em que nasceu lhe dite e, conseqüentemente, estará modelando e desenvolvendo um corpo desigual com distintas capacidades do corpo de um macho da mesma sociedade, inclusive na mesma família (Izquierdo, 1992, p. 4).

Sendo o corpo uma construção cultural e social, e o mundo humano composto por diferenças individuais, a desigualdade entre os sexos sugere também uma indiferenciação entre os indivíduos do mesmo sexo, violentado por um sistema de obrigações, proibições e oportunidades distintas. Diante disso, entendemos a possibilidade de direcionamento e transformação dos nossos corpos de acordo com as possibilidades sociais, culturais, medicinais e tecnológicas desenvolvidas pela nossa espécie; além de que, nossas características físicas mudam ao longo do tempo, como peso, estatura, em função de estímulos naturais, alimentação ou atividade física. Posto isso, e pela nossa capacidade de mudar o entorno, Izquierdo afirma que nossos corpos são, em boa parte, o que fazemos dele, e que a biologia não marca o que somos e fazemos.

Por fim, concluímos segundo Izquierdo (1992) que aproximando a biologia do sistema sexo/gênero, percebemos que aspectos dos indivíduos comumente considerados como estritamente físicos ou biológicos, não o são, nas palavras dela

Nosso corpo não é estritamente um fato natural e por conseguinte, as diferenças entre um e outro sexo são também diferenças de gênero, ou seja, culturais. Olho por olho é impossível estabelecer qual é a fronteira entre a natureza e a cultura. As mulheres têm músculos menos desenvolvidos porque somos fêmeas, mas também porque somos femininas, nossas formas suaves são fruto do sexo, mas também do gênero (p. 7).

2.1 A família patriarcal e sua relação com a mulher e a adolescência

*Não é a consciência dos homens
o que determina a realidade;
ao contrário, a realidade social
é a que determina sua consciência.”*

(Karl Marx, *Contribuição à Crítica de Economia Política*)

No modelo de produção capitalista, a forma de existência humana também é produto das necessidades. Marx coloca que os seres humanos entram em relações determinadas, independente de sua vontade, de acordo com suas necessidades e forças produtivas materiais. A existência de gêneros, segundo Izquierdo (1992), é a manifestação de uma distribuição desigual de responsabilidades na produção social da existência, o masculino e feminino diferenciam a forma como satisfazemos nossas necessidades, o meio que utilizamos para isso e como nos relacionamos com as pessoas e as coisas na busca da satisfação e os critérios sobre os quais se estabelece a distribuição dos papéis são classistas, racistas e sexistas, “do lugar que nos é atribuído socialmente, dependerá a forma como teremos acesso a nossa própria sobrevivência como sexo, classe, raça, idade etc.” (p.10). Diante desse esclarecimento sobre a influência social que constitui nossa consciência, concluímos, então, que não pensamos, atuamos ou valorizamos determinadas coisas de maneira espontânea, mas nossas escolhas e preferências são mediatizadas pela forma que conseguimos viver ou sobreviver (Izquierdo, 1992).

Nesse sentido, o papel que desempenhamos em sociedade também está sujeito a determinações sociais impostas, pois os papéis femininos e masculinos são diferentes. Saffioti (2013) entende que as relações entre os sexos na sociedade e, conseqüentemente, a posição da mulher na família constituem parte de um sistema de dominação mais amplo, porque a mulher nunca foi alheia ao trabalho, em todas as épocas e lugares, das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços, ela contribui para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social:

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de

produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (Saffioti, 2013, p. 62).

Todavia, embora as liberdades femininas se direcionassem às atividades da mulher negociante, apenas o casamento conferia à mulher os direitos e privilégios de seu marido como sócia ou coadjuvante, podendo, assim, participar da vida social e religiosa da sociedade. Em todas as esferas, quer trabalho ou de vida ociosa, a mulher sempre foi considerada menor e incapaz, necessitando da tutela de um homem, marido ou não. Sua felicidade pessoal incluía necessariamente o casamento, sob a justificativa da proteção de que o homem deveria oferecer à mulher, devido a sua fragilidade, obtendo dela a colaboração no trabalho e o comportamento submisso, “que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família” (Saffioti, 2013, p. 63).

Em consequência ao papel subsidiário que o trabalho desempenhado pelas mulheres já assumia nos sistemas feudais e na economia de burgo, isso foi o que configurou seu processo de exclusão do sistema produtivo. No preparo para o advento da economia urbana e fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontrou sérias barreiras que impediram a penetração das mulheres ou ofereceu a elas posições menos compensadoras, conduzindo-as ao processo de marginalização da produção (Saffioti, 2013). Nesse contexto de consolidação do capitalismo, num processo de individualização, as capacidades de produção femininas são subvalorizadas e traduzidas em mitos justificadores da supremacia masculina, até porque,

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social (Federici, 2019, p.199).

Diante do cenário, o trabalho feminino foi sendo restrito à esfera doméstica da vida em sociedade, que consiste nos cuidados direcionados ao lar, enquanto as atividades masculinas produtoras da existência imbricaram nos espaços públicos, esfera própria do gênero masculino. Izquierdo (2013) caracteriza cada uma dessas esferas da seguinte forma: A esfera masculina é o lugar da transcendência do ser

humano, através da incidência sobre o controle da natureza, na transformação do mundo pela produção de conhecimento científico, invasão e proteção de territórios, ordenando por meio de políticas a sociedade em que habita. Já o gênero feminino contribui para a produção da sobrevivência, ocupando o lugar da produção e reprodução da vida humana, gerando novas vidas e restaurando as energias vitais consumidas cotidianamente; tal papel é o que faz possível as atividades transcendentais.

A esfera feminina, doméstica, está localizada na família e os papéis exercidos nesse contexto vão sendo privados dos olhares e cuidados sociais. Segundo Engels (1984), o lar perde seu caráter social com o advento da formação da família patriarcal, de modo que a sociedade já não tem mais a ver com ela. Assim, o governo do lar se transformou em serviço privado, a mulher foi convertida em primeira criada e, sem mais tomar parte na produção social, ela passou a cumprir seus deveres no serviço privado da família, excluída do trabalho social. Tal cenário vulnerabiliza a situação de independência da mulher e dos filhos, que não têm poder social ou econômico, além de centralizar o homem no papel de provedor e, portanto, chefe único possibilitado de decidir frente a suas condições econômicas e validações sociais.

De acordo com Engels (1984), “a família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais” (p. 80). Diante de tamanho poder concebido pelo homem dentro da esfera privada da vida moderna, quaisquer que sejam seus atos, são autorizados por seu próprio comando, já que seu grupo familiar está sob sua posse. Essa situação, além de toda a subjugação do papel feminino que já vem sendo construído há séculos e confere ao homem o poder, também permite que suas ordens sejam cumpridas sob qualquer tipo de violência, que não será assistida, nem repudiada socialmente, pois passa apenas por força de sua decisão e execução. Tal poder é aplicado nos membros de sua família, sejam eles seus filhos ou esposa.

O status de poder conferido aos homens passa a ter também cobertura do estado e da sociedade patriarcal, que mascara a violência exercida sob a mulher e a família através de leis, como vimos anteriormente. Somado a isso, os estigmas sociais também constroem a imagem feminina enquanto frágil ou descontrolada, levando a desvalidação da palavra da mulher que ousar atentar contra o poder do homem. Ilustrando tal realidade, em 1858, Marx já anunciava como a loucura e o tratamento

asilar-manicomial eram utilizados como forma de opressão às mulheres, na busca de seu silenciamento. O autor denuncia em seu texto publicado no *New-York Daily Tribune* em 23 de julho do referido ano, o sequestro e aprisionamento de uma mulher, Rosina Bulwer-Lytton, enquanto suposto alvo de tratamento sob o diagnóstico de “loucura”, quando na verdade teria sido alvo de violência de seu ex-marido poderoso, contra quem se voltou politicamente. Em seu texto, Marx já indicava as manobras patriarcais de silenciamento e desmoralização feminina;

As caretas amigáveis, a paciência sorridente, a persuasão infantil, a tagarelice oleosa, as piscadelas e a serenidade afetada de um bando de cuidadores treinados podem levar uma mulher sensível à loucura, assim como duchas de água, camisas de força, carcereiros brutais e enfermarias escuras. (MARX, 1858, p. 6).

Costa (2021), a esse respeito, elucida a compreensão de que a dominação na sociabilidade capitalista não se pauta apenas nas relações de exploração. Marx, nesse texto, tratava de uma mulher da burguesia inglesa. Para Costa (2021, p. 3).

A circunstância mais importante é: Enquanto Sir Edward falou, Lady Bulwer manteve silêncio ou foi silenciada, conforme é possível presumir do restante do texto e indagações marxianas. A psiquiatria, o manicômio como continuidades de silenciamento desta mulher, possibilitando a continuidade de fala e exercício de poder do homem – e da estrutura patriarcal-burguesa.

Também no texto “sobre o suicídio”, escrito por Marx em 1846 e publicado no Brasil em 2006, o autor dedicou-se à crítica social a partir da análise da vida social privada (família) em relação à produção da vida em sociedade. Não por acaso, ele apresenta quatro casos no texto, em que os três primeiros tratam-se de mulheres que, por situações diversas, foram levadas a medidas extremas, revelando a vivência particular da opressão geral contra as mulheres na sociedade de classe. Tais situações foram pontuadas pelo autor de modo a tornar evidente a consciência das relações de subordinação a que as mulheres eram submetidas.

Em um dos trechos, Marx deixa evidente a infelicidade de uma jovem que, dia a dia fora vigiada, insultada, privada de tudo aquilo que pudesse distrair uma imaginação feliz, e isso a tornou tão melancólica e triste a ponto de levá-la a tirar a própria vida. Sobre o acontecimento, ele pontua que a infeliz mulher fora condenada

à mais insuportável escravidão, afirmando que certamente aquele suicídio fora na verdade um assassinato praticado pelo esposo, que estaria amparado pelo Código Civil e pelo Direito de Propriedade, protegido por uma situação social em que o marido, nesta configuração, seria autorizado a andar por aí com sua mulher acorrentada “como o avaro com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte de seu inventário.”(p. 37)

No trecho citado acima é possível observar a compreensão do autor sobre a objetificação da mulher enquanto propriedade privada e de posse do homem. Mesmo sem a postulação e definição desses termos à época (como objetificação feminina, patriarcado e machismo), Marx já expõe sua compreensão e consciência sobre tais mazelas da sociedade. Seki (2011), a esse respeito, argumenta que

Devemos ressaltar o esforço empreendido por Marx em tratar da opressão contra as mulheres, seja pelo patriarcado já mencionado ou quando compara a posição da mulher na sociedade capitalista como a de qualquer propriedade privada. A crítica de Marx ganha dois sentidos, o primeiro em direção ao patriarcado e à tradição moral das famílias burguesas; o segundo, em direção ao direito. Se não se garante por força da ideologia a posição da mulher como mercadoria, por outro lado assegura-se isto por força da norma (p.141).

Semelhantes violências citadas no texto por Marx declaram o domínio arbitrário sofrido pelas vítimas em questão, provocadas pela autoridade dos maridos, pais e sociedade no geral, que se deleitava diante dos escândalos motivados pela cobrança da moralidade e do servilismo das donzelas.

As pessoas mais covardes, as mais incapazes de se contrapor, tornam-se intolerantes assim que podem lançar mão de sua autoridade absoluta de pessoas mais velhas. O mau uso dessa autoridade é igualmente uma compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas, de bom ou de mau grado, na sociedade burguesa. (Marx, 2006, p. 32)

Outras declarações de Marx (2006) ao longo do texto também tratam do sofrimento dos homens levados à atitude extrema de tirar a própria vida. Enquanto sofrimento produzido socialmente pelas mesmas amarras patriarcais que produzem a submissão da mulher, ensejam também a necessidade do homem de se reafirmar

enquanto detentor do poder através da imposição de sua potencialidade sexual. Em um dos trechos, Marx (2006, p. 42) expõe que “do mesmo modo, eu anotava os suicídios de homens do mundo, reduzidos à impotência na flor da idade e jogados numa melancolia insuperável graças ao abuso do prazer”.

O suicídio é entendido pelo autor ao longo do texto como último recurso, na ausência de algo melhor, contra os males da vida privada. Ao adentrar na esfera da vida privada, compreendendo que o privado é político, Marx anuncia a natureza opressiva da família burguesa, fundadas sobre o poder masculino. Segundo Lowy (2006), o pequeno artigo de Marx sobre o suicídio é uma preciosa contribuição para uma compreensão mais rica das injustiças sociais da moderna sociedade burguesa, do sofrimento que suas estruturas familiares patriarcais infligem às mulheres e do amplo e universal objetivo emancipador do socialismo.

A construção de tal modelo familiar pode ser explicada na compreensão histórica de sua formação. Engels (1984) sugere que a origem do significado da expressão “família” foi inventada pelos romanos para designar um novo organismo social, onde o chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder e o direito de vida e morte sobre todos eles. Na obra *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, publicada originalmente em 1884 (e com acesso à publicação no Brasil realizada em 1984), Engels aponta para o desmoronamento do direito materno como a grande derrota histórica do sexo feminino, pois “o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (p. 61). Tal condição da mulher, segundo o autor, vai sendo gradualmente retocada, dissimulada e até revestida de formas mais suaves, mas de maneira alguma suprimida.

Não por acaso, observamos hoje o fato de ainda nos reconhecermos tanto nos escritos de Engels realizados no século XIV sobre o modelo de família europeia, que foi trazido e imposto a nós pela colonização. Embora sua obra seja ainda primitiva em relação às análises realizadas desde o referido século até hoje sobre o lugar ocupado pela mulher, ainda é possível observar a organização patriarcal instaurada sob a formação da família e sociedade e o papel da mulher sendo encaixado em um modelo de feminilidade. Federici (2019) entende esse modelo forjado pelas características passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas, merecendo o “elogio” de “mulher e esposa ideal” (p. 205).

O patriarcado é entendido por Souza (2015) como o poder que o homem exerce por meio dos papéis sexuais. Tal poder foi constituído junto da sociedade de classes e precede o modo de produção capitalista, assumindo formas singulares e diversas faces de existência a partir das diferenças culturais e momentos históricos. O significado literal de patriarcado quer dizer “regra do pai”; na cultura patriarcal o homem assume a responsabilidade e autoridade moral, política e religiosa sobre as mulheres e filhos confiados à sua proteção.

O modelo inicial de família patriarcal, segundo Engels (1984), caracteriza uma família submetida ao poder paterno de seu chefe, assinalando a monogamia para as mulheres, assegurando sua fidelidade e, por conseguinte, a paternidade dos filhos. Exige-se essa paternidade indiscutível, pois os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia na posse dos bens de seu pai. Nesse modelo os laços conjugais já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes, “agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar sua mulher” (p. 66). Trata-se de uma forma de família baseada em condições econômicas e concretamente voltada ao triunfo da propriedade privada, sendo a monogamia uma forma de escravização de um sexo pelo outro, objetivando a preponderância do homem na família.

Esse modelo vai desenhando suas feições em nossos dias. Inicialmente os filhos tinham seus pares escolhidos pelos pais, o que ao longo do tempo foi se perdendo; da mesma forma, a infidelidade foi ficando mais rara, dando espaço para a ilusão da crença na liberdade de escolha; a mulher conquistou o direito ao divórcio na prática, bem como se libertou da maternidade compulsória, ou seja, da obrigatoriedade imposta sobre a reprodução da vida. Mas até que ponto podemos afirmar que existe liberdade de consciência e pensamento diante do cenário histórico exposto aqui? Como a estrutura social foi capaz de reproduzir durante tantos séculos a mesma opressão ao sexo feminino e dominação masculina ainda vigente?

Para responder a tais perguntas, retomaremos colocações já feitas neste texto. Começamos este capítulo com a citação de Marx sobre a consciência ser construída de acordo com a realidade social que nos circunda, nos levando a entender que nossa consciência não é livre, antes marcada pelo que alcançamos na nossa socialização, seja através da linguagem ou da observação. Também já pontuamos a colocação de Saffioti (2013) sobre o domínio exercido pela geração madura sobre a geração imatura, que acaba por introduzir nos mais jovens os conteúdos culturais produzidos em sociedade. Desse modo, fornecemos aos mais novos, nos contextos sociais como

escola e família, elementos da interação social moldados pela forma de pensar social, que ajusta papéis a serem exercidos e que, como já vimos ao longo do texto, foram construídos diferencialmente para os gêneros.

Partindo da visão de Saffioti (citada por Toffanelli, 2016), há clareza de que uma vez que as relações de produção determinam a existência, as relações de gênero são a elas atreladas, e suas concepções são internalizadas tanto pelo gênero feminino quanto pelo gênero masculino. Ou seja, as vivências humanas trazem “um colorido de classe e um colorido de gênero”. No tocante ao desenvolvimento dos papéis de gênero, chama atenção a chegada da adolescência, em que a primeira atividade principal é a comunicação íntima pessoal. Essa atividade é uma forma de reproduzir, com os outros adolescentes, “as relações existentes entre os adultos” (Anjos, 2012, p. 8). Segundo Facci (2004), o adolescente se torna crítico e busca na relação com o grupo um posicionamento pessoal diante das questões sociais reais de sua vida. É um período crítico para o desenvolvimento e onde essa pesquisa se propõe a buscar respostas para a compreensão da construção de gênero, pois, para Vygotski (1996), nessa fase se produz no adolescente um importante avanço no desenvolvimento intelectual, formando-se os verdadeiros conceitos.

2.2 Adolescência e formação da personalidade: a vivência atrelada ao gênero

Conforme abordamos nos capítulos anteriores, a adolescência é o período onde importantes conceitos são formados e, segundo Vigotski, um salto qualitativo no desenvolvimento ocorre. Para Leal e Souza (2014), com o desempenho importante da linguagem o jovem ultrapassa os limites dos dados concretos e passa a compreender conceitos abstratos e as relações entre fenômenos, compreendendo a si mesmo e formando concepções sobre o mundo, "internalizando ideias, conceitos e valores, ampliando suas possibilidades de ação na realidade social" (p. 76). Nessa compreensão de si, passa também a compreender mais os outros, determinando mudanças nas relações estabelecidas entre eles e os adultos. De acordo com as autoras, nesse período o adolescente se abre para o mundo e forma suas concepções sobre ele através das relações, do conhecimento que vai adquirindo e da comunidade de vida interna que estabelece com seus pares na atividade de comunicação.

Neste capítulo, pretendemos trazer como o desenvolvimento da personalidade do adolescente, a partir de suas vivências, está atrelado às categorias de classe, raça

e gênero, sendo esta última a de maior relevância em nosso texto, e que compõe parte da estrutura social que define e direciona nossas relações e formas de pensar.

Antes de pensar a formação da personalidade, é necessário compreender o conceito de vivência. León e Calejon (2017), atribuem à vivência o local onde o afeto e a cognição se combinam, na integração do externo e interno, do biológico e cultural, do intersíquico (entre pessoas/social) e intrapsíquico (próprias de uma pessoa), de maneira dinâmica, complexa e dialética, fazendo com que implique em uma postura de interpretação da realidade pelo sujeito, seja ele o investigado ou investigador. A vivência não se trata da experiência interna ou fenomenológica.

[...] a vivência, a unidade do diverso, pode ser entendida como a convergência dinâmica entre afetivo-cognitivo, ou externo-interno. Na nossa percepção, não há tanto sentido em explorar os componentes da vivência, mas sim em assumir o ponto de vista unitário para estudar os diferentes processos e fenômenos relacionados com o ser humano e o desenvolvimento da sua personalidade – em assumir, em outras palavras, o enfoque da vivência na sua perspectiva metodológica. (León & Calejon, 2017, p.127)

A partir do que foi exposto até aqui, abre-se o questionamento a respeito de como o social influencia na nossa constituição; ou melhor, como aquilo que é experienciado e apropriado nas relações sociais se torna um aspecto individual dos sujeitos e expresso por meio da sua personalidade. Para responder a esse questionamento, recorreremos a Vigotski (2018), para quem, muito além de conhecer e considerar o meio como um determinante do desenvolvimento, importava entender como esse meio é subjetivado pelo sujeito, considerando este um processo que ocorre de maneira indireta, ou seja, a constituição subjetiva, apesar de estar absolutamente vinculada ao meio, se dá pela mediação da vivência do sujeito em relação a esse entorno.

Para Martins (2004), uma vez que a personalidade de cada indivíduo é resultado da atividade social e não produzida por ele isoladamente, não depende da vontade de cada um, mas da trama de relações que se estabelece entre sujeito em unidade com a sociedade, “[...] portanto, a ciência da personalidade é a ciência da vida real dos indivíduos, pela qual constroem uma maneira particular de funcionamento” (p. 85).

A personalidade aqui se apresenta como um conceito histórico,

Entendemos que a formação do ser humano representa um processo que sintetiza o conjunto de fenômenos produzidos pela história humana, de tal forma que a construção do indivíduo se situa no cerne de uma construção mais ampla: a da humanidade. Neste sentido, a personalidade põe-se como atributo do indivíduo, ou expressão máxima da individualidade humana (Martins, 2005, p. 85).

Nessa perspectiva, a consciência é entendida como processo da personalidade, pois na medida em que vivenciamos relações, vamos tomando consciência sobre ela, sobre nós e sobre o mundo. O que define a essência do psiquismo humano é a natureza social dos fenômenos construídos historicamente (Aita, 2021). Cambaúva e Tuleski (2007) entendem a consciência e a subjetividade enquanto dois conceitos que se unificam e, portanto, são tomados como sinônimos, pois são entendidos como “atributo altamente desenvolvido na espécie humana pelo qual o homem toma conhecimento de sua relação com o mundo (e, posteriormente, em relação aos chamados estados interiores, subjetivos), criando a possibilidade de níveis mais altos de integração” (p. 80).

Nas palavras de Aita (2021, p. 71), “referir-se ao desenvolvimento do psiquismo humano com base neste pressuposto teórico é entendê-lo como produto da história dos homens, como movimento”. Além disso, Cambaúva e Tuleski (2007) apontam que esse entendimento depende da adoção da dialética enquanto lógica e teoria do conhecimento, pois o contexto histórico e cultural no qual o sujeito está imerso é o que possibilita a ele se desenvolver por meio da relação dialética entre subjetividade e objetividade, entre indivíduo e sociedade, entre mundo interno e externo.

Entender a consciência como construída pelas relações sociais significa situá-la como essencialmente dependente do modo de produção da vida material dos homens. A consciência transforma-se qualitativamente à medida que a qualidade das condições sociais da existência se modifica. Suas particularidades dependem das especificidades das relações sociais de produção (Leontiev, 1975/1984, p. 79).

Assim, a consciência entendida a partir do que se apreende da sociedade, pode se constituir alienada, assim como pretende a lógica social capitalista. Como coloca Aita (2021), a constituição psíquica depende do desenvolvimento tecnológico, das

forças produtivas e da estrutura da sociedade na qual o sujeito está inserido, pois a atividade humana está vinculada às relações sociais de classe (assim como de raça e de gênero). A consciência é resultado da realidade e da internalização dessa realidade, que é realizado por meio da atividade, pois “[...] o conceito de consciência está atrelado à categoria de atividade. Dialeticamente, as particularidades estruturais da atividade humana constroem as particularidades estruturais da consciência” (p.74), pois é por meio dela que o ser humano incide sobre a natureza, sobre as coisas e as pessoas e, também, apreende significados.

De acordo com Aita (2021), o psiquismo humano é uma imagem subjetiva da realidade que foi construída filogeneticamente e ontogeneticamente por meio da atividade prática, onde a consciência é mediada pela linguagem e se constitui como discurso compartilhado, dialógico, que ocorre entre pelo menos dois interlocutores. Ou seja, o sujeito primeiro conhece algo com alguém, para depois conhecê-lo consigo mesmo, mas ainda assim conhecer consigo mesmo é conhecer com alguém, ainda que se modifique no processo (Aita, 2021).

Podemos afirmar diante do que foi apontado, que a visão de mundo dos sujeitos depende do que é produzido pelos seres humanos em suas relações e consolidados na história da humanidade. Tais formas de ver o mundo e de se relacionar são expressas pelos indivíduos e internalizadas por cada um. Tendo em vista a história das relações de gênero expostas ao longo do texto, reproduzidas por homens e mulheres na sociedade, assentamos na compreensão de que o machismo que estrutura nossas relações é passado para as gerações seguintes que mantêm suas estruturas e reproduções da lógica patriarcal. Assim como a binaridade e a concordância de gênero como proposto no nascimento a partir das condições biológicas dos seres.

No âmbito da construção da personalidade, partindo da concepção de mundo que vai se consolidando na adolescência, nos deparamos com sujeitos que reproduzem papéis de masculino e feminino ensinados nos contextos sociais de grupos familiares, escolares, etc., habitados pelos adolescentes. Assim, mantêm-se as estruturas de gênero que conhecemos como comportamentos determinados para cada homem e mulher que se desenvolve nessa sociedade.

Diante disso, não podemos deixar de mencionar a situação de sofrimento e vulnerabilidade em que se encontra a população trans e não binária, também composta por adolescentes que em meio as definições binárias deterministas de

gênero apresentadas na maioria expressiva de seus contextos desde o nascimento, acabam por incorporar uma lógica que, muitas vezes, não faz sentido para si. Segundo o Jornal da USP, em uma matéria publicada em 2021, no Brasil entre a população LGBTQIAP+, além da discriminação e violência, transexuais, travestis e não binários são as pessoas mais atingidas pela ansiedade e depressão e outras patologias complexas (Lourenço, 2021).

Ainda segundo os dados da pesquisa, de acordo com o dossiê *Assassinato de Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020*, da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 94% da população trans afirma ser vítima de violências motivadas pela discriminação de gênero, que assola nossa sociedade diante da lógica patriarcal tão intrínseca nas relações, como temos visto ao longo de todo esse trabalho. E apesar de não existirem dados oficiais, o que revela o descaso governamental em relação a essa parcela da sociedade, estima-se em cerca de 31% a 50% o risco de suicídio para essas populações. Conforme a matéria, além dos transtornos psicológicos, o abandono familiar está entre as causas para o suicídio ente a população transgênero. Os autores e entrevistados ainda apontam para a necessidade de preparação dos profissionais de psicologia que devem oferecer atendimento especializado para essas pessoas, destacando a importância desse diálogo não só com as pessoas trans, mas com a sociedade.

É diante desses dados e desse tipo de pesquisa, pouco encontrada nas plataformas científicas brasileiras, que entendemos ainda mais a importância da denúncia sobre a problemática da lógica patriarcal de gênero que nos circunda e nos envolve enquanto sujeitos a uma representação de gênero binária, opressora e dominante, que pune quem não a segue e favorece um tipo de gênero, um tipo de raça e um tipo de classe.

A história da psicologia, está atrelada a história da sociedade. Uma ciência que surge com o objetivo de apreender e amparar sofrimentos, precisa abrir os olhos para a potencialidade dessas discussões, assim como, para a pluralidade de vivências, personalidades e sofrimentos, entendendo esses fenômenos enquanto produções sociais da vida que podem determinar caminhos amargos para os sujeitos.

Concluimos portanto, segundo Aita (2021), que a psicoterapia pode ser promotora do desenvolvimento da consciência do sujeito, contribuindo para que estes venham a compreender a realidade e análise, a partir daí, seu sofrimento psíquico, para que construa novas formas de atuação social e de enfrentamento individual e

coletivo para seu sofrimento, bem como para que possa também construir projetos de transformação da realidade social, rumando as transformações em contraposição a formas alienadas de ver o mundo.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo encontra-se estruturada a metodologia utilizada na pesquisa, descrição dos participantes, como foram selecionados, como as perguntas foram construídas e como as entrevistas foram conduzidas. O campo da pesquisa foi o cenário da Psicologia brasileira, pensando nisso, os profissionais entrevistados são de diferentes estados do Brasil, compartilhando entre eles apenas o mesmo fundamento teórico de utilização na clínica, a Psicologia Marxista, pelas abordagens Sócio-Histórica e Histórico-Cultural. A residência dos participantes em questão se encontra em 4 estados brasileiros, sendo eles: Paraná, São Paulo, Rio Grande do Norte e Ceará.

Em relação a escolha das(os) participantes, a pesquisadora buscou indicações a partir de páginas de estudos marxistas nas redes sociais e também de indicações através de grupos de whatsapp que reúnem estudiosos da teoria. As entrevistas aconteceram em chamadas de vídeo através do aplicativo *google meet* e tiveram a duração média de 1 hora. Sobre o perfil das(os) entrevistadas(os), três são do gênero feminino e um do gênero masculino. Todas(os) as(os) entrevistadas(os) atuam ou já atuaram na clínica por 3 ou mais anos de sua vida profissional, além de outras experiências como docência, residência e pós-graduação. A maioria realizou a graduação em universidades públicas no estado do Paraná e todas as pessoas entrevistadas possuem pós-graduação em nível *lato sensu* ou *stricto sensu*. As(os) profissionais partem da experiência de atuação na clínica autônoma particular, na qual, vale destacar, a maioria dos sujeitos relatados adolescentes atendidos são predominantemente brancos e do sexo feminino.

Abaixo, as informações sobre as fontes da pesquisa, bem como o procedimento e perguntas utilizadas na entrevista semi-estruturada⁵. A discussão da metodologia da construção da informação, utilizada para essa pesquisa, que consiste na análise de núcleos de significação, também será descrita neste capítulo.

3.1 Fontes da pesquisa

⁵ É importante enfatizar que durante a transcrição das entrevistas e na citação delas no texto, respeitamos a linguagem utilizada pelos(as) participantes, de modo que algumas frases encontram-se transcritas da forma coloquial, a fim de manter a integridade das respostas.

Participantes

Foram entrevistados três profissionais de diferentes estados brasileiros, sendo duas mulheres e um homem, obedecendo a proporção de sexo/gênero presente na profissão de Psicóloga no Brasil. Segundo o Censo PSI 2022 do CFP (Conselho Federal de Psicologia), a Psicologia brasileira é uma profissão predominantemente feminina, com 79,2% das participantes mulheres e 20,1% de homens. Idade variável, desde que tenha o mínimo de três anos de experiência ou de graduação; essa última por inferência nossa, no intuito de aprofundar os níveis de sentido com os participantes, o que em nossos termos exige um mínimo de experiência com a vivência clínica. Foram quatro profissionais entrevistados no total.

Procedimentos

Entrevista semiestruturada virtual pela plataforma *Google Meet*. Os critérios de inclusão foram: 3 anos de vivência profissional, experiência em atendimento de adolescentes e referenciar a psicologia sócio-histórica ou histórico-cultural como aporte teórico-metodológico do trabalho.

Entrevista

- Qual sua experiência profissional clínica com adolescentes?
- Como você entende o processo da psicoterapia com adolescentes?
- Você teve contato com a discussão de gênero na sua formação ou após sua formação em Psicologia? Como?
- Qual sua opinião sobre a discussão de gênero no processo terapêutico?
- Como você enxerga o atravessamento de gênero na vida dessas pessoas?
- Como você trabalha gênero no processo terapêutico?
- Quais sentimentos você pode me descrever que sente quando lida com esse assunto?
- Como você descreve a importância desse tema?
- Você acredita que a psicoterapia possa reforçar ou desconstruir esses estereótipos sociais?
- Você acha que essa discussão é relevante para o processo?

- Você acredita que essa discussão possa influenciar nas habilidades sociais do adolescente – por exemplo: diálogo, empatia, verbalização, criação de vínculos, entre outros? Como?

As perguntas descritas acima foram formuladas com o objetivo de compreender inicialmente a formação e familiarização dos participantes com a temática e compreensão de sua trajetória de estudos e experiências profissionais. Em seguida apreender a concepção de cada entrevistado sobre o tema abordado para posterior análise de concordâncias com a teoria histórico-cultural, a qual todos os entrevistados foram escolhidos por basear suas compreensões e análises clínicas. Por fim, buscamos redigir perguntas específicas sobre a compreensão da importância do tema, com o intuito de investigar também como e se o tema é abordado dentro do trabalho clínico terapêutico de cada um.

Vale lembrar que, trata-se de uma entrevista semi-estruturada, portanto, nem sempre todas as perguntas foram realizadas ou foram modificadas pela entrevistadora, a fim de direcionar da melhor forma possível a entrevista e coletar os dados considerados necessários para a pesquisa, que fundamentalmente concerne em: 1. Averiguar a fidelidade teórica dos participantes à Psicologia histórico-cultural ou sócio-histórica. 2. Identificar a proximidade e/ou interesse pelo tema gênero e adolescência. 3. Compreender a importância que o participante direciona a temática de gênero. 4. Saber de que forma ele introduz e trabalha a categoria gênero dentro dos processos psicoterapêuticos com adolescentes.

Essa entrevista tem como objetivo analisar os sentidos produzidos por profissionais de Psicologia acerca do direcionamento terapêutico aplicado pelos mesmos no contexto da psicoterapia clínica. Para a obtenção das informações, foram realizadas entrevistas orientadas pela metodologia de construção da informação (Aguiar & Ozella, 2006), apoiadas na ideia inicial da necessidade de se abordar a temática de gênero com as pessoas atendidas no período da adolescência. Os profissionais foram selecionados regionalmente, baseados em seu tempo de atuação, considerados a partir de três anos, diante da necessidade de experiência clínica e tempo hábil para atender uma considerável diversidade de casos e diante de sua atuação com adolescentes. Entendemos o processo da entrevista, segundo os autores acima, enquanto “um instrumento rico que permite acesso aos processos psíquicos que nos interessam, particularmente os sentidos e os significados” (p. 308).

De modo geral, este procedimento vai evidenciar semelhanças e/ou contradições que irão revelar o movimento do sujeito, consistindo em uma exploração verbal das técnicas e/ou conhecimentos utilizados pelos profissionais no processo terapêutico. Posteriormente, esse conteúdo será submetido a análises pela pesquisadora, a fim de buscar respostas para a pergunta de pesquisa. Partindo do pressuposto evidenciado por Aguiar e Ozella (2006), de que a análise é construtiva e interpretativa com a finalidade de ultrapassar o fenômeno na sua aparência e, assim, atingir novas zonas de inteligibilidade, utilizaremos a categoria mediação, que segundo os autores,

Nos permite romper as dicotomias interno/externo, objetivo/subjetivo, significado/sentido, assim como nos afastar das visões naturalizantes, baseadas numa concepção de homem fundada na existência de uma essência metafísica. Por outro lado, nos possibilita uma análise das determinações inseridas num processo dialético, portanto não causal, linear e imediato, mas no qual as determinações são entendidas como elementos constitutivos do sujeito, como mediações (Aguiar & Ozella, 2006, p. 301).

A utilização dessa categoria nos permitirá compreender que o sujeito em sua relação com o mundo revela, em todas as suas expressões, o social e o individual, nos permitindo pensar em processos ausentes até então. Assim como a categoria de historicidade, que nos permite olhar para a realidade e pensá-la em movimento, com o objetivo de apreendê-la. (Aguiar & Ozella, 2006)

Nossa tarefa, portanto, foi realizar a coleta das entrevistas a partir do mês de outubro de 2022 para a posterior análise dos conteúdos obtidos. Com isso, não estamos afirmando a possibilidade de produzirmos um conhecimento acabado, definitivo, mas sim de alcançarmos uma apreensão maior da realidade e dos sentidos da atividade do(a) Psicólogo(a) no trabalho clínico terapêutico com adolescentes, que consiste em investigar a inclusão da discussão de gênero em determinada prática.

3.2 A metodologia de construção da informação

Segundo Aguiar e Ozella (2013), para que se discuta a categoria sentido e suas implicações metodológicas, faz-se necessário destacar alguns aspectos teóricos

metodológicos desenvolvidos por Vigotski, como linguagem e pensamento, sentido e significado, para que se caracterize o método materialista dialético.

Método é aqui entendido, para além de sua função instrumental, como algo que nos permite penetrar no real, objetivando não só compreender a relação sujeito/objeto, mas a própria constituição do sujeito, produzindo um conhecimento que se aproxime do concreto, síntese de múltiplas determinações (Aguiar & Ozella, 2013, p. 300).

Destaca-se, segundo os autores, a importância de um método que dê conta da complexidade do que se entenda como objeto da psicologia, que é o ser humano e suas funções psicológicas, anunciando, assim, a necessidade de uma teoria que faça a mediação entre o método materialista histórico-dialético e os fenômenos psíquicos, criticando visões reducionistas. Desse modo, a reflexão metodológica desenvolvida e aperfeiçoada por Aguiar e Ozella (2006-2013), trata-se da apreensão de sentidos, pautada em uma visão que parte do empírico, mas com a clareza de que é necessário ir além das aparências, não se contentando com a descrição dos fatos, mas buscando estudar o objeto em seu processo histórico, levando em conta a impossibilidade de se construir um método alheio a uma concepção de ser humano.

Entende-se por ser humano, portanto, um sujeito único e singular, constituído em uma relação dialética com o social e com a história, fundamentado pela atividade ao produzir sua forma de existência humana, revelando em suas expressões a historicidade social, ideologia, relações sociais e modos de produção, ao mesmo tempo que expressa sua singularidade, o que é capaz de produzir, os significados sociais e sentidos subjetivos adquiridos e desenvolvidos em sociedade, entendendo que o indivíduo em sociedade mantém uma relação onde um constrói o outro (Aguiar & Ozella, 2013).

Diante das concepções expostas, faz-se necessário apresentar, segundo Aguiar e Ozella (2013), categorias importantes para a perspectiva adotada. A primeira categoria apresentada é a de mediação, que é o centro organizador objetivo da relação entre a singularidade e a universalidade. Ela nos possibilita uma análise das determinações sociais inseridas num processo dialético, enquanto elementos constitutivos do sujeito. Portanto, entendemos que o ser humano singular é síntese de múltiplas determinações nas relações com o social (universal) constituindo sua

singularidade através das mediações sociais (particularidades), como afirmam os autores,

A categoria mediação não tem, portanto, a função de apenas ligar a singularidade e a universalidade, mas de ser o centro organizador objetivo dessa relação. Ao utilizarmos a categoria mediação possibilitamos a utilização, a intervenção de um elemento/processo em uma relação que antes era vista como direta, permitindo-nos pensar em objetos/processos ausentes até então (Aguiar & Ozella, 2013, p. 302).

À vista disso, a mediação nos permite romper com as dicotomias interno/externo, objetivo/ subjetivo, significado/sentido⁶, na medida em que nos permite compreender que o sujeito, na sua relação com o mundo, revela em todas as suas expressões o social e o individual, e, portanto, para que ele seja entendido é necessário investigar, observar e conhecer ambas perspectivas.

Outra categoria que alicerça esse método é a historicidade, que nos permite pensar e apreender a realidade em movimento. Tal categoria, segundo Aguiar e Ozella (2013), “[...] é alçada ao princípio fundamental deste pensamento metodológico, pelo seu potencial de dar conta da gênese e do processo de transformação dos objetos.” (p. 303). O importante agora é investigar a fim de compreender como surge, se movimenta e se transforma a realidade, destacando que a história não se trata de um movimento simples, sem rumo ou desgovernado, mas determinado por relações que se constituíram no curso da existência, sem que isso se torne um determinismo histórico.

Tendo exposto essas importantes categorias do método, alguns conceitos precisam ser discutidos a fim de compreender o objetivo da investigação empírica, são eles sentido e significado e a relação pensamento e linguagem. Entende-se a linguagem enquanto instrumento fundamental no processo de humanização, que permite a transformação do social em psicológico, o pensamento se realiza na palavra, portanto, para compreendê-lo é necessário analisar seu processo que se expressa na palavra com significado. Ao apreender o significado da palavra, entendemos o movimento do pensamento (Aguiar & Ozella, 2013).

⁶ Conceitos que serão explicados no decorrer dessa discussão.

Para Vigotski (2001), o significado da palavra é a generalização de um conceito, uma unidade indecomponível de pensamento e linguagem. “A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra” (p. 399). Assim,

[...] o significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno de discurso e intelectual, mas isto não significa a sua filiação puramente externa a dois diferentes campos da vida psíquica. O significado da palavra só é um fenômeno de pensamento na medida em que o pensamento está relacionado à palavra e nela materializado, e vice-versa: é um fenômeno de discurso apenas na medida em que o discurso está vinculado ao pensamento e focalizado por sua luz. É um fenômeno do pensamento discursivo ou da palavra consciente, é a unidade da palavra com o pensamento. (VIGOTSKI, 2001, p.399)

Assim como Aguiar e Ozella (2013), temos que a relação pensamento-linguagem é de mediação, ao mesmo tempo que não se confundem, não podem ser compreendidos sozinhos. O pensamento, segundo Vigotski (2001), passa por transformações para ser expresso em palavras, passando pelo significado e sentido. Assim, entender a discussão dessas categorias é indispensável. Ambas as categorias, sentido e significado, não podem ser compreendidas descoladas uma da outra.

Para Vigotski, entre o sentido e a palavra há muito mais relações de independência que entre o significado e a palavra. As palavras podem dissociar-se do sentido nelas expresso, podem mudar de sentido, assim como os sentidos mudam as palavras. O sentido tanto pode estar separado da palavra que o exprime quanto pode ser facilmente fixado em outra palavra. O sentido se separa da palavra e se conserva. Ao perceber que o significado das palavras muda, que o sentido é móvel, mais amplo e mais rico que o significado, e que todo o comportamento humano é mediado por signos (Bezerra, 2001, p. 6).

Entendemos o sentido enquanto um fenômeno complexo, móvel, que muda em conformidade com o contexto. Assim, o sentido da palavra é inesgotável,

A palavra só adquire sentido na frase, e a própria frase só adquire sentido no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, o livro no contexto de

toda a obra de um autor. O sentido real de cada palavra é determinado, no fim das contas, por toda a riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por uma determinada palavra (Vigotski, 2001, p. 466).

Segundo Aguiar e Ozella (2013), é importante compreender sentido e significado “[...] como sendo constituídos pela unidade contraditória do simbólico e do emocional.” (p.304). Desta forma, buscando compreender melhor o sujeito a quem estamos ouvindo, entendemos que os significados contêm mais do que apresentam, e por meio de um trabalho de interpretação e análise caminhamos para as zonas mais fluidas e profundas, ou seja, para o sentido.

Já o sentido destaca a singularidade historicamente construída, se aproximando mais da subjetividade, que expressa o indivíduo com mais precisão, analisar o sentido é analisar a subjetividade de um sujeito histórico e singular. “Subjetividade é aqui entendida como uma possibilidade humana de organizar experiências convertidas em sentidos” (Aguiar & Ozella, 2013, p. 305).

Postas as categorias fundamentais para a construção do método, relembramos o objetivo dessa metodologia guiada pela explicação de Aguiar e Ozella (2013), que é apreender mediações sociais constitutivas do sujeito, saindo do imediato e buscando o processo, investigando o não dito e o sentido, afastando-se da aparência. Na perspectiva adotada pelos autores, não há separação entre pensamento e afeto, “pois a análise do pensamento pressupõe necessariamente a revelação dos motivos, necessidades e interesses que orientam o seu movimento” (p. 305).

Destacamos, com isso, a importância de descrever as necessidades e motivos, categorias essenciais na compreensão dos sentidos para o sujeito. As necessidades, aqui, segundo Aguiar e Ozella (2013), são abordadas enquanto um estado de carência do indivíduo que o leva à busca de sua satisfação; elas se revelam em um processo de configuração das relações sociais, destacando que o sujeito nem sempre tem consciência do movimento de constituição de suas necessidades. “A constituição das necessidades se dá de forma não intencional, tendo nas emoções um componente fundamental” (p. 306),

Afirmamos, assim, que a necessidade completa sua função quando “descobre” na realidade social o objeto que poderá satisfazê-la. Entendemos que esse movimento se define como a configuração das necessidades em motivos. Com

isso estamos dizendo que os motivos se constituirão como tal somente no encontro com o sujeito, no momento que o sujeito o configurar como possível de satisfazer as suas necessidades (Aguiar & Ozella, 2013, p. 306).

Os motivos são aquilo que estimula a atividade ao mesmo tempo que é gerado por ela. O motivo revela o sentido, mas ambos não estão na aparência, geralmente o próprio indivíduo os desconhece. Entender nosso sujeito, os profissionais de Psicologia em questão, implica necessariamente aproximar-se das zonas de sentido; nesse caso, os sentidos da atividade de clinicar e como isso influencia na forma de condução dos processos com os sujeitos. Ao descrevermos uma possível concepção de ser humano, a que adotaremos aqui, e as categorias essenciais para compreendê-los, vamos encaminhar a proposta de análise do discurso da pesquisa.

Temos que, nesse processo, considerar a dialética objetividade/subjetividade e compreender que a realidade social encontra múltiplas formas de ser configurada pelo sujeito, podendo tal configuração ocorrer sem a desconstrução de velhas concepções e emoções calcadas em preconceitos, visões ideologizadas, fragmentadas etc. (Aguiar & Ozella, 2013, p. 307)

Utilizando da concepção dialética do discurso e da investigação, buscaremos compreender a realidade das(os) entrevistadas(os) utilizando uma estrutura de perguntas que nos permite a análise dos sentidos e significados das falas. Neste estudo, trabalhamos com entrevistas entendidas, segundo Aguiar e Ozella (2006-2013), como um instrumento rico que permite acesso aos processos psíquicos. Durante o procedimento, buscamos consultar o sentido, eliminando dúvidas e aprofundando colocações e reflexões, procurando construir núcleos de significação, como proposto na metodologia dos autores.

A compreensão dos núcleos de significação consiste em identificar conteúdos, articulando semelhanças, complementos e contradições com a teoria utilizada pelos entrevistados, no caso a Psicologia Histórico-Cultural ou Sócio-Histórica, bem como a percepção saudável da construção e desconstrução dos papéis de gênero envolvidos na estrutura social das relações. Além de verificar as transformações que ocorrem no processo de construção dos sentidos e significados, “que possibilitará uma análise mais consistente que nos permita ir além do aparente e considerar tanto

as condições subjetivas quanto as contextuais e históricas.” (Aguiar e Ozella, 2013, p. 310).

Segundo os autores, os núcleos de análise devem ser construídos de modo a sintetizar mediações que constituem o sujeito no seu modo de pensar, sentir e agir, expressando aspectos essenciais do indivíduo, sendo entendidos como um momento superior de abstração, avançando em direção ao concreto pensado, quer seja as zonas de sentido. Sendo assim, o processo é construtivo-interpretativo, já que é atravessado pela compreensão crítica da pesquisadora em relação à realidade.

Os núcleos resultantes devem expressar os pontos centrais e fundamentais que trazem implicações para o sujeito, que o envolvem emocionalmente e que revelem as determinações constitutivas do sujeito. Uma sugestão para a nomeação dos núcleos é extrair da própria fala do informante uma ou mais de suas expressões, de modo a compor uma frase curta que reflita a articulação realizada na elaboração dos núcleos e que explicita o processo e o movimento do sujeito, considerando os objetivos do estudo, ou o próprio pesquisador construir uma frase que contenha as características apontadas (Aguiar & Ozella, 2013, p. 310).

A análise dos núcleos deve buscar revelar o movimento do sujeito, que não necessariamente estão manifestadas na aparência do discurso, por isso precisam ser apreendidas a partir da análise e interpretação, de acordo com o objetivo crítico da pesquisa. Desse modo, as falas dos entrevistados devem ser articuladas com o contexto social, político e econômico que possibilita acesso à compreensão da totalidade do sujeito. Só assim avançaremos na compreensão dos sentidos à luz do contexto social histórico e da teoria utilizada.

Caminhando na compreensão dos sentidos, relembramos a importância da análise das determinações constitutivas do sujeito, e, para isso, é importante apreendermos as necessidades, de alguma forma, colocadas pelos sujeitos e identificadas a partir dos indicadores. Entendemos que tais necessidades são determinantes/constitutivas dos modos de agir/sentir/pensar dos sujeitos. São elas que, na sua dinamicidade emocional, mobilizam os processos de construção de sentido e, é claro, as atividades do sujeito (Aguiar & Ozella, 2013, p. 311).

Pretendemos, com determinada análise, produzir um campo de reflexão importante na ciência psicológica, de compreensão das estruturas sociais de significados e sentidos produzidos historicamente que moldam o comportamento e pensamento de grupos, delineando uma cultura que leva o sujeito a internalizar⁷ formas de se relacionar e de pensar o outro e o coletivo. Para compreender um pouco mais da potência transformadora da psicoterapia e de suas possibilidades de desenvolvimento e alcance de consciência, a seguir será melhor retratado o campo da pesquisa, a clínica psicológica de fundamento marxista.

A partir da análise dos núcleos de significação proposto pelos autores supracitados, buscamos compreender tanto o cenário clínico autônomo da psicologia em relação à compreensão de gênero, quanto a concepção dos participantes sobre a temática em sua experiência clínica. Com esse objetivo proposto, não pretende-se esgotar o tema ou produzir um conhecimento definitivo, mas sim e, principalmente, alcançar uma apreensão maior da rede de determinações constitutiva dos sentidos da atividade (Aguiar & Ozella, 2013). Sabe-se da complexidade da tarefa, acreditando possibilitar, com isso, o estímulo de pesquisas sobre o tema, destacando a importância de sua investigação.

⁷ Segundo Martins (2013), a dinâmica de internalização é entendida pela Psicologia Histórico-Cultural como processo de transmutação dos processos interp-síquicos em processos intrapsíquicos.

4 PSICOTERAPIA DE ORIENTAÇÃO MARXISTA E NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Após a transcrição das entrevistas, entre leituras e releituras do conteúdo, foi construído juntamente com a banca avaliadora de qualificação da pesquisa os Núcleos de significação que trabalharemos a seguir. Inicialmente foram separados os pré-indicadores e indicadores que deram origem aos núcleos, levando em consideração, segundo Palmieri (2021), que “as palavras são fragmentos da consciência, capazes de nos mostrar os sentidos pessoais das profissionais sobre o fenômeno estudado.” (p. 97)

Nesse campo, se enquadra o acompanhamento psicoterapêutico⁸, que vai proporcionar aos jovens a possibilidade de conhecer o mundo através de lentes críticas e analíticas, para a formação de suas concepções e valores. A Psicoterapia de orientação marxista, pode fazer parte das vivências do adolescente e se caracterizar como um lugar seguro onde a pessoa em questão trará suas dúvidas, medos e inseguranças vividos em sua experiência. É um espaço de troca que pode proporcionar vivências ao sujeito em terapia e também ao terapeuta.

Neste capítulo exploraremos a práxis clínica marxista, que servirá de base para as análises dos núcleos de significação, entendendo que a prática psicoterapêutica pode auxiliar na promoção do desenvolvimento psíquico dos adolescentes. Considerando segundo Martins (2013), que o desenvolvimento das funções psíquicas é condicionado pelas apropriações culturais, presentes sob condições históricas diferentes para cada sujeito. Do mesmo modo, o ser humano age sobre a natureza criando, por meio das transformações que nela provoca, novas condições para a sua própria transformação, e é acreditando nisso que apresentamos a intervenção psicoterapêutica de pensamento marxista como ferramenta para transformação da consciência e realidade dos adolescentes inseridos nesse processo.

4.1 A clínica psicoterapêutica na perspectiva marxista

Diante das ideias já colocadas neste trabalho, buscamos defender que é possível ensinar, educar e humanizar os indivíduos dentro de suas vivências em

⁸ Por acompanhamento terapêutico, entende-se o processo psicoterapêutico direcionado por um(a) profissional de psicologia.

sociedade, pois é se relacionando com outros seres humanos, que os sujeitos, a partir das atividades realizadas socialmente, produzem sua existência. (Gonçalves, 2007). Tal existência é repleta de ideias, concepções e sentimentos que são aprendidos nas relações, desse modo nos organizamos enquanto sociedade e assumimos diferentes papéis sociais de acordo com as nossas vivências.

Em vista disso, tratamos as relações como vivências importantes para a transformação do sujeito, entendendo que a partir delas o sujeito pode acessar a consciência sobre as coisas. Segundo Martins (2013), essa consciência não pode ser identificada exclusivamente com o mundo das vivências internas, mas como expressão de suas relações com as pessoas e com o mundo. Visto isso, buscamos aqui compreender como a vivência do processo psicoterapêutico pode influenciar na constituição da personalidade do indivíduo e de suas compreensões e consciência de mundo, partindo do pressuposto de que a(o) psicoterapeuta pode ser um agente que auxilia na construção de ferramentas para lidar na vida do sujeito. A esse respeito, González-Rey (2007) afirma que por meio do trabalho psicoterapêutico o sujeito vai desenvolvendo novos sentidos subjetivos e alterando suas relações e seus modos de vida para além do consultório. Essa ideia ilustra a importância desse/dessa profissional e do seu trabalho, para que novos processos psíquicos sejam internalizados.

A psicoterapia no enfoque histórico-cultural, segundo González-Rey (2007), parte de alguns princípios que influenciam a prática, primeiramente da compreensão de um sujeito historicamente constituído em sua subjetividade, rompendo o dualismo do social individual, entendendo-o dentro de um contexto histórico e culturalmente determinado, promovendo o diálogo como co-substancial aos processos de configuração subjetiva da pessoa e com um caráter transformador sobre seus processos. Da mesma forma, também abarca a visão de que cada época histórica implica aspectos ideológicos diferentes que irão constituir significados e sentidos para a patologia, sendo ela portadora de um valor contextual, o que impede sua compreensão como estrutura universal. Isso ocorre mesmo reconhecendo o caráter histórico da configuração patológica como uma forma de organização dos processos vitais do indivíduo num contexto determinado que pode ter infinitas formas de organização e mudança. Por fim, existe a crítica ao exercício da terapia a partir de uma posição neutra ou superior do terapeuta, que permite elucidar o problema através do seu saber, se centrando na compreensão da psicoterapia como "processo

dialógico, no qual os processos de mudança se inscrevem na constituição progressiva do diálogo e no impacto deste nos sujeitos implicados na relação terapêutica” (p.196).

No que diz respeito diretamente à práxis⁹ psicoterapêutica no contexto clínico, Aita (2020) articula uma construção na perspectiva histórico-cultural. Diante da análise de diversos autores da teoria, apresenta etapas importantes para o processo terapêutico, que por sua vez, consiste no estabelecimento de vínculo, mapeamento da queixa e do potencial de desenvolvimento do sujeito, levando à estruturação de uma intervenção por meio de um processo dialógico, mediado e ativo para ambas as partes. Dentro desse processo, almeja-se o desenvolvimento de consciência e autoconsciência do indivíduo, perpassando outras questões teóricas importantes como patopsicologia, psicopatologia, o problema do diagnóstico, a periodização, as emoções e o inconsciente, explorados neste texto mais adiante.

Aita (2020) entende que o(a) profissional de psicologia deve trabalhar buscando o desenvolvimento da consciência do indivíduo, que por sua vez, pela mediação do psicoterapeuta, pode desenvolver consciência de seus conflitos, colaborando para a resolução dos mesmos. Trata-se, pois, de pensar o sujeito e como ele é em suas relações reais e concretas de vida. Segundo Giannoni (citado por Aita, 2020), o objetivo não pode ser adaptar o sujeito às condições que produzem sofrimento, mas proporcionar meios para que ele altere tais condições e a sociedade em que vive, ao mesmo tempo que transforma a si mesmo, dentro dos limites da realidade social.

Outro autor que colabora com discussões clínicas da teoria histórico-cultural é Clarindo (2020). Suas análises chamam atenção para as diferentes crises, nas diferentes idades, que fazem com que o sujeito se depare com a necessidade de mudança. Diante disso, o autor expõe que o desenvolvimento ocorre por meio do domínio de novas formas de mediação, que levam o sujeito a lidar com o mundo material de maneira distinta, tendo seu repertório ampliado e suas possibilidades tornando-se mais complexas.

Nesse contexto, a clínica de fundamento marxista aparece como possibilidade de mediação para a compreensão e desenvolvimento do sujeito, seguindo os mesmos

⁹Práxis é um conceito filosófico que define a atividade teórico-prática do ser humano. Trata-se de uma categoria central do materialismo histórico dialético que, segundo Silva (2017), surge na teoria marxiana na busca de capturar o mundo humano em seu movimento real e direcionar ações práticas em prol da transformação do mundo.

princípios epistemológicos advindos do materialismo histórico e dialético marxista. O processo de reflexão terapêutico mediado pelo materialismo histórico colabora para a apreensão dos “mecanismos velados pela sociedade capitalista e das leis gerais de determinação histórica e social que não estão dadas imediatamente à consciência, contribuindo para o desvelamento da realidade em sua totalidade” (Aita, 2020, p.162). Trata-se de tomar consciência sobre as construções e propósitos, de modo que o psicoterapeuta tratará de explicar e não descrever situações, investigando a causalidade em termos de construção histórica objetivando determinar sofrimentos psíquicos. Isso, pois, sustenta a possibilidade de compreender melhor suas determinações pessoais e históricas, de modo a poder intervir melhor sobre sua própria vida, permitindo que o sujeito tenha maior controle voluntário sobre seu próprio comportamento, maior capacidade de planejamento e possibilidade de ações (Aita, 2020).

Para tanto, não basta descrever o que se observa externamente, é necessário entender quais pensamentos mediaram a ação, como se deu seu planejamento e quais são as tarefas necessárias para que se concretize. As aparências do fenômeno não explicam sua totalidade, ao invés disso, é necessário compreender sua origem dinâmico-causal, seu surgimento e seu desenvolvimento, afirmando o princípio da investigação terapêutica, o qual deve se ater às minúcias (Carlindo, 2020). Ou seja, os indivíduos, quando não conscientes de suas ações e modos de pensar, apenas reproduzem a lógica social imposta, que oferece a eles opiniões e comportamentos prontos, apenas direcionando o sujeito a determinados papéis. O psicoterapeuta, nesse contexto, pode ser entendido como um mediador da consciência, que busca direcionar reflexões pessoais a partir das quais seja possível alcançar a compreensão das raízes reais de suas ações, permitindo suas transformações. Como propõe Palmieri (2021, p. 126);

O espaço da clínica precisa fomentar possibilidades de o sujeito refletir, criar e de se desenvolver dentro do mundo, isto é, uma produção da vida social e não apenas sua reprodução. Para isso acontecer, o psicólogo precisa refletir sobre os impactos da sua prática na sociedade, porque o sujeito, ao expressar seus conteúdos subjetivos, também expressa o social.

Para Aita (2020), a ação empreendida pelo profissional de psicologia é produto da visão de mundo e do ser humano que sustenta sua prática. Logo, para pensar o

sofrimento psíquico nos marcos do capitalismo, é necessário pensar o processo de alienação que atravessa a saúde e a doença (que discutiremos mais detalhadamente adiante), e que precisa ser constantemente revisitado pelo(a) profissional para que o olhar sempre se volte para o desenvolvimento da consciência e não acabe na alienação do pensamento, proporcionado pelo modo de vida e produção capitalista, presente em diversos grupos sociais como escola, família, etc (Almeida, 2018). O modo de vida dos grupos sociais determina os padrões de reprodução, com centralidade para a inserção de classe, gênero e raça/etnia (Aita, 2020). Vale salientar, como propõe Almeida (2018), que a alienação expropria os seres humanos inclusive de si mesmos, do autoconhecimento, do autocontrole de suas condutas e também de seu próprio processo de sofrimento e de adoecimento.

Portanto, para pensar uma clínica marxista, faz-se necessário aproximar-se de um trabalho educativo, pelo qual seja possível promover consciência e avaliar, inicialmente, as condições reais e concretas de vida do sujeito. Este método possibilita entender qual a concepção da pessoa a partir do que ele(a) já aprendeu, entendeu e internalizou sobre o mundo. Dito isso, para um trabalho educativo ao qual a clínica de orientação materialista se propõe, é importante avaliar qual o nível de apreensão de mundo o sujeito se encontra, identificando a zona de desenvolvimento proximal para só então traçar a prática terapêutica.

Segundo Vigotski (1984), a zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se determina através da solução de problemas independente de orientação de companheiros mais capazes e do nível de desenvolvimento potencial do indivíduo. A zona de desenvolvimento proximal define as funções que ainda não amadureceram e que estão em vias de, ou seja, podendo vir a se desenvolver com a orientação de um terceiro. Segundo Conceição (2016), a ZPD (Zona de desenvolvimento proximal) direciona a estimulação da aprendizagem com base em tarefas que promovem o desenvolvimento, constituindo enquanto essencial no modo como o indivíduo adquire progressivamente controle e responsabilidade individual pela resolução de problemas. Assim, o processo de desenvolvimento implica que o indivíduo seja orientado e guiado, aprendendo através da observação e interação com outros mais experientes na resolução de atividades (adequadas à sua Zona de desenvolvimento proximal), num processo que se torna progressivamente interiorizado e autorregulado.

No contexto dessa discussão, entendendo que quando inseridos em um processo de psicoterapia os sujeitos terão suas reflexões guiadas pela psicoterapeuta, notamos a importância desse profissional no processo. Para a teoria vigotskyana, é na ZPD que o mediador deve atuar e auxiliar, por meio da linguagem, na construção e reconstrução do conhecimento dos seus aprendizes. Desse modo, a(o) psicóloga(o), entendida como mediadora, para ser eficiente, deve conhecer as ideias da pessoa atendida, e agir adequadamente na situação-problema, para que o sujeito entenda o desafio e alcance a zona de desenvolvimento proximal.

Sobre isso, Tavares-Silva (2006) aponta para o conhecimento como resultado da interação sociocultural, de forma que a origem dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano está nas relações e na interação com outros indivíduos. Assim, a pessoa sabe que tem o apoio do mediador (nesse contexto, do profissional de psicologia), para fornecer pistas sobre a situação-problema, e também sabe que pode contar com a colaboração do(a) profissional, visando a resolução em conjunto das demandas. Além disso, através da visão da(o) psicoterapeuta, a pessoa poderá ter acesso a outras visões de mundo e de vivências na atualidade.

A partir disso, nos cabe fundamentar a discussão do cenário em que as atuais vivências se mostram a partir de uma profunda necessidade de compreender a dinâmica de gênero posta em sociedade, analisando a diversidade de sofrimentos a qual os seres se encontram diante de tal funcionamento das relações. Isso porque, há uma regra que postula os papéis a serem exercidos sobre e pelas pessoas. A divisão dos seres humanos em gêneros, segundo Souza (2006), determina opressiva e autoritariamente modelos de ser, estar e amar no mundo, manifestando uma desigual distribuição de responsabilidades na produção social da existência, como a forma e meios de satisfazer as necessidades, de se relacionar com pessoas e coisas, que diferem entre si conforme o gênero a que se pertence, feminino ou masculino.

Nas sociedades patriarcais, os critérios sobre os quais se estabelece a distribuição de responsabilidades são classistas, racistas e sexistas. A posição, que é atribuída socialmente para cada pessoa, determina a forma como ela tem acesso à sobrevivência como classe, etnia e sexo. Não só a sobrevivência é determinada por esta posição ocupada, mas também a consciência e a atuação no mundo, o que significa que a forma como os homens produzem a vida é diferente da forma como as mulheres o fazem, ou dito de outra forma, há um atuar masculino e um atuar feminino na produção da vida. Essa atuação

diferente para o masculino e o feminino também ocorre em espaços diferentes, socialmente determinados, que se dividem, no patriarcado capitalista, em duas esferas, que são a pública e a doméstica (ou privada). (Souza, 2006, p.133)

Desse modo, também a personalidade de cada indivíduo vai sendo direcionada para uma construção determinada, onde mulheres se tornam mais meigas, delicadas, atentas ao cuidado e, portanto, também silenciadas e submissas, e os homens mais comunicativos, eloquentes, centralizados, vistos e mais estimulados a se manifestar e comandar. A personalidade vai se moldando às permissões e limitações que a sociedade apresenta para cada um dos gêneros. Por isso, faz-se tão importante atentar-se para esses traços e pensar criticamente o que eles proporcionam ou privam para cada pessoa. Pensar a construção da personalidade influenciada pelo estímulo dessas características que difere para cada gênero é indispensável para pensar a saúde, possibilidades e necessidades de transformação para que a consciência da culpabilização e oportunidades sejam acessadas por todas(os). Afinal, como propõe Aita (2020),

Aquilo que se caracteriza como personalidade, vai se construindo a partir da apropriação da cultura, das relações sociais da pessoa, de sua atividade. A atividade de cada indivíduo depende de seu lugar na sociedade, das condições que o afetam, e de como as circunstâncias individuais, que são únicas, vão se formando. Também depende da vivência do sujeito, de como ele vai construindo sentido para as experiências que vivencia. (p.126)

Nesta discussão, a atividade aparece novamente como ponto importante de análise, pois segundo Aita (2020), o que move o ser humano – ou seja, o motivo de sua ação (seja ele consciente ou não) – é construído na atividade social do sujeito, em sua vida concreta, que advém da cultura. Os motivos ocultos (ou inconscientes) que orientam o comportamento, segundo Leontiev (2017), só se revelam a partir da análise da dinâmica da atividade. Para o sujeito, portanto, os motivos aparecem de forma indireta como desejos, anseios e tendências. Dito isso, faz parte da análise terapêutica identificar essa dinâmica e suas raízes sociais, que podem, por exemplo, advir da concepção de gênero feminino e masculino que socialmente são incentivados e ensinados.

Além disso, segundo Leontiev (1975/1984 citado por Aita, 2020), a conscientização dos motivos em forma de conceitos e ideias não se produz espontaneamente, mas antes por meio de um movimento do sujeito de reflexão sobre seu mundo interno. A partir desta compreensão, é importante destacar o papel do(o) terapeuta no auxílio a pessoa para que compreenda seu mundo interno e como o mundo externo influenciou sobre sua construção (seja através do sistema de significações e conceitos apreendidos por ele, conforme o motivo se torna consciente), tornando possível mudar sua influência sobre a conduta.

Por fim, trata-se de uma importante função do(a) profissional de psicologia a busca dos motivos que orientam o comportamento do sujeito, que nem sempre são conscientes. Para compreender a formação cultural complexa expressa no comportamento do sujeito, precisamos ir até a essência de seu desenvolvimento, analisando os motivos não aparentes e os conteúdos não conscientes/inconscientes do psiquismo, pensando a personalidade mutável como a própria vida, ao mesmo tempo em que conserva sua auto identidade (Aita, 2020). Para a autora, a forma como dadas condições sociais são vivenciadas pela pessoa produz certa regularidade em seu modo de autoconstrução de si e na sua relação com o gênero humano. A personalidade é resultado da atividade do indivíduo, que é condicionada por circunstâncias objetivas. “Ela não é produzida isoladamente, mas sim é resultado da atividade social, da trama de relações que os indivíduos estabelecem entre si. Este entendimento não retira deste conceito seu aspecto subjetivo, mas firma sua objetividade” (p.135).

As explicações dos conceitos, visões de mundo e reflexões expostas neste tópico são pontos necessários para pensar a condução do processo terapêutico com o período recorte deste estudo, a adolescência, que como já discutido anteriormente, marca a transição para o pensamento por conceitos, constituídos plenamente nesta fase. Assim como coloca Aita (2020), concordamos que o desenvolvimento do pensamento por conceitos está dialeticamente relacionado ao desenvolvimento da consciência, da personalidade como um todo e da concepção de mundo do sujeito. Nesse sentido, considerar o acompanhamento profissional a um adolescente que está entendendo o mundo e desenvolvendo conceitos pode ser uma importante ferramenta de ajuda a esse pensamento que está se consolidando na vida, entendendo que este, ao se relacionar com outros, pode ser vítima ou agente de comportamentos violentos, preconceituosos e problemáticos para a vida em sociedade, ou agente de mudanças

e transformações sociais que trazem a reformulação dessa realidade, que como já mencionada aqui, muitas vezes se coloca como androcêntrica, misógina, racista e violenta. A partir dessas compreensões é que nos propomos pensar o papel da psicologia na análise das entrevistas e dos núcleos de significação, discutidos a seguir.

4.2 Discussão das entrevistas e a construção dos núcleos de significação

Nosso desafio a partir daqui foi, através do método de construção da informação, fundamentar uma análise das entrevistas realizadas, a partir dos núcleos de significação definidos para a discussão. Tal desafio foi enfrentado retomando os direcionamentos apontados por Aguiar e Ozella (2006; 2013), de modo que as entrevistas foram analisadas a partir da unidade afetivo-cognitiva e sentido-significado. Também foram levados em consideração os mecanismos de similaridade, complementaridade e contradição na hora de aglutinar os indicadores na formação dos núcleos de significação. Baseados nas leituras e na aplicação do método dialético desenvolvido pelos autores, construímos dois núcleos de significação, sempre buscando avançar na formação dos sentidos elaborados nas entrevistas e ligados aos objetivos da pesquisa.

Trabalhando com o conteúdo das entrevistas, e entendendo seus conteúdos, segundo Aguiar e Ozella (2013), enquanto instrumento que permite o acesso a processos psíquicos, particularmente os sentidos e significados, organizamos as ideias centrais que apareceram nas entrevistas, relacionadas ao objetivo da pesquisa abaixo, para assim definir os núcleos de significação que serão discutidos na sequência. (Quadro 1).

Quadro 1- Indicadores e núcleos de significação das entrevistas

Pré-indicadores	Indicadores	Núcleos
1. Como os adolescentes chegam até a psicoterapia. 2. Os pais pedem que o adolescente faça psicoterapia. 3. A expectativa sobre o processo terapêutico com adolescentes.	1) O atendimento psicoterapêutico a adolescentes e a construção de vínculos.	VIVÊNCIA DO PSICOTERAPEUTA DE ORIENTAÇÃO MARXISTA

<ol style="list-style-type: none"> 4. Aproximação dos interesses do adolescente. 5. Ferramentas para acessar sentimentos 6. O processo psicoterapêutico com adolescentes tem algumas especificidade 7. Construção de vínculo com o adolescente. 		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Aproximação da discussão de gênero através da militância. 2. Dificuldade para ser orientada em pesquisa sobre gênero. 3. Discussões de gênero não sistematizadas. 4. Resistência ao tema dentro da teoria. 5. Discussão de gênero sendo escorregada pós-moderna. 6. Na faculdade não tinha esse lugar enquanto uma discussão de gênero. 7. Me aproximei muito mais da discussão de gênero na residência 	<p>2) A construção do feminismo dentro da Psicologia Sócio-Histórico-Cultural no contexto de ensino.</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos perpassados pela questão de gênero. 1. Padrões de gênero que as pessoas estão submetidas nas vivências. 2. Autonomia dos adolescentes. 3. Não naturalização das questões de gênero. 4. Gerações mais novas têm apropriação melhor que a nossa assim, da vivência. 5. Idealização sobre o corpo bonito. 6. Construção de autoimagem e autoestima, que é extremamente atravessada por violências de gênero. 7. Constrói muito sua personalidade 	<ol style="list-style-type: none"> 3) Gênero como elemento atravessador da personalidade e do sofrimento atendido na clínica. 4) O gênero é uma categoria central na psicoterapia? 	

<ol style="list-style-type: none"> 8. Potencialidade gigantesca, dessa menina poder construir voz, vez, fala. 9. A gente corre o risco gigantesco de uma naturalização. 10. Uma personalidade que a gente considera que está em constante transformação. 11. Gênero como um fenômeno mais cultural do que biológico. 		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sensibilidade do olhar da Psicóloga(o). 2. Há muitos relatos com violências veladas. 3. Necessidade de apropriação teoria sobre o tema. 4. Trazer reflexões que elucidem a situação de gênero. 5. Buscar ferramentas para pensar e tomar consciência 6. Trabalhar a desculpabilização. 7. Gênero como temática essencial. 8. Julgamentos de gênero em relação ao cliente por parte de Psicólogos precisam ser problematizados. 9. Atuar na Zona de Desenvolvimento Próximo. 10. A desconstrução do discurso médico começa pelo ambiente e postura. 11. Psicoeducação dentro do processo terapêutico. 12. Não precisa ser uma psicóloga distante e neutra na relação, porque isso faz muita diferença. 13. Construir com ela um lugar para pertencer. 	<ol style="list-style-type: none"> 5) Habilidades, conhecimentos e posturas necessárias aos Psicólogos(as) para se trabalhar a temática de gênero na clínica. 6) Os profissionais se sentem preparados teoricamente para lidar com essas situações? 	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sentimento de angústia da Psicóloga ao ouvir os relatos. 	<ol style="list-style-type: none"> 7) Efeitos da discussão de gênero no terapeuta. 	

<ol style="list-style-type: none"> 2. Sensação de revolta. 3. Sensação de impotência. 4. Sensação de raiva. 5. Empatia com o/a cliente . 6. Esperar que as mulheres vão trazer algum relato nesse sentido. 7. Me atravessa na minha própria história, me atravessa no meu desenvolvimento. 		
<ol style="list-style-type: none"> 1. As meninas vêm muito atravessadas por uma perspectiva de gênero. 2. Não pode falar palavrão, tem que reproduzir o pacote menininha. 3. Ela sofre bullying na escola, porque ela não é calada. 4. Eu sei que se fosse um menino a gente não estaria falando sobre "como meu corpo deveria ser". 5. relações de gênero é um ponto muito mais atravessado no feminino. 6. Construção de gênero que coloca pra mulher um desenvolvimento natural das habilidades, por exemplo, manuais, de saber cuidar de uma casa, saber ser mãe. 7. É muito normal atender mulheres que trazem questões que tenham o tema do gênero como um tema transversal nas suas demandas. 8. O tema do gênero é mais central, por exemplo quando você atende pessoas LGBT. 9. O que se espera de um homem na sociedade. 	<ol style="list-style-type: none"> 8) A separação de gênero na vivência e na consciência. 9) Desconstrução de papéis fossilizados é um caminho na mediação gênero-terapia? 	

<ol style="list-style-type: none"> 1. Como homem cisgênero heterossexual às vezes me sinto um pouco inseguro em falar sobre o tema 2. Abordo de maneira mais indireta, sei que essa discussão perpassa o tema do gênero, mas não vou, por exemplo, fazer uma intervenção psicoeducativa ensinando a pessoa qual a diferença entre isso e aquilo, deixo a pessoa procurar por ela mesmo. 3. Tensão por um lado, mas contentamento por outro por saber que tô contribuindo para processos de desconstrução. 4. É uma discussão extremamente importante, que deveria ser mais publicizada. 5. Na clínica dessa maneira que te falei, não tem como fugir desse tema, você precisa se preparar um pouco. Mas tive algum contato, mas eu particularmente, não era um tema que eu me aprofundava, mas se quisesse teria como. 6. Confesso pra você que não era um tema que eu me aprofundava, né, meus temas de pesquisa acabavam não sendo esses temas especificamente sobre gênero. Mas tive contato sim. 	<p>10) O gênero na profissão. O que significa as diferentes experiências para os diferentes gêneros?</p>	<p>DESENVOLVIMENTO HUMANO E DESNATURALIZAÇÃO DA ADOLESCÊNCIA E DA SAÚDE MENTAL</p>
--	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2023.

4.2.1 A vivência do psicoterapeuta e a psicoterapia de orientação marxista

Tal como apontado na introdução, neste ponto também damos início à discussão do núcleo trazendo a vivência individual que despertou o interesse e a urgência da pesquisa sobre o tema. Na prática clínica, podem ser observados diferentes casos de sofrimento produzido pelo modo de produção capitalista que, entre suas diversas consequências, nos coloca diante da opressão de gênero, já tão desdobrada ao longo desta pesquisa. Surgiu um particular interesse sobre o tema, diante da vivência enquanto mulher na escuta, e também a constante tentativa de lidar com os mal-estares de *ser* uma mulher na sociedade. Na busca de recursos teóricos que pudessem orientar a práxis de tal experiência, me deparei com a escassez de produções teóricas implicadas em auxiliar a prática clínica psicoterapêutica marxista, a fim de instrumentalizar profissionais para a compreensão do atravessamento de gênero nas vivências humanas.

Assim, em contato com outros(as) profissionais da área que manifestaram semelhante dificuldade, comecei a buscar o tema em outros espaços que não existiram na formação em Psicologia durante a graduação – ou até mesmo na pós-graduação. Como coloca Lúcia, a primeira entrevistada, esta relata que começou a se aproximar da discussão de gênero na militância do centro acadêmico enquanto se organizava em grupos estudantis e partidos políticos:

[...] Eu tinha intenção de trabalhar gênero no mestrado e aí me orientaram que, eu não ia conseguir, que se eu fosse com um projeto de mestrado que tivesse com o tema gênero, eu não ia conseguir orientação né, não ia passar no mestrado, então eu tive que recorrer a outro tema que eu também tinha interesse, mas tive que descartar completamente ali né, inclusive, tenho experiência no mestrado de tentar incluir essa discussão na minha dissertação e ser barrada. (Lúcia)

A segunda entrevistada, Neide, também relatou o contato com a discussão no contexto da residência, acessado após a graduação, trazendo que “[...] na faculdade não tinha esse lugar enquanto uma discussão de gênero [...]”. Ao longo das quatro entrevistas realizadas, apenas o Psicólogo Maurício relatou ter tido contato com a discussão na universidade, mesmo não tendo se aprofundado nela durante o curso. Já a Psicóloga Letícia, por sua vez, atentou para a realidade da importância do estudo no âmbito da adolescência, dizendo: “[...] hoje esses assuntos perpassam muito a

vida dos adolescentes, então, por experiência clínica, eu já percebi que tem muitos psicólogos que não se atentam sobre isso, uma pesquisa boa faz diferença para tratar esses temas.[...]”

Assim como três das psicólogas entrevistadas, também não tive contato com a discussão de gênero oferecida pela formação em psicologia, apenas no enlace das relações pessoais que o tema surgia e passava a ser pauta para pensar as experiências juntamente com outras colegas que viviam à semelhança do ser mulher na sociedade. Assim como essa temática de gênero, vale destacar que o letramento racial também não era pauta na formação em psicologia, e muitas vezes na prática da profissão diante desses atravessamentos, profissionais se veem sem ter desenvolvido recursos suficientes para isso, como coloca a Psicóloga Letícia

[...] quando me formei, eu fui tendo contato com esses atendimentos, e conversando com amigas, pensei "como assim não sei o que é feminismo, não sei o que é gênero, não sei entender as questões da negritude, sofrimento, do racismo. Como sou psicóloga e não sei dessas coisas?" Então fui buscando leituras, e conversando com colegas, amigas, para ir me apropriando disso tudo.[...]”

Essa situação de distanciamento dos estudos de gênero no contexto universitário e de formação ilustra o poder de dominação patriarcal. A manutenção dessa hierarquia também está na não discussão da pauta, afinal, a opressão de gênero, que está presente nas origens do patriarcado, se estabelece sobre a garantia aos homens da posse da riqueza gerada pelo trabalho (seja essa riqueza monetária, de sucesso ou valorização), e as mulheres ao destino do trabalho não pago e da subordinação (Engels, 2010). Esse cenário remonta a posse dos homens sob os meios de produção e seus resultados, mesmo que não sejam eles a realizá-los. O contexto acadêmico iniciado por homens e “seus conhecimentos” desenvolvidos em nome da ciência, que desde muito tempo só se conhecia através de vozes masculinas, reproduz essa lógica que pode ser observada na composição dos corpos docentes, por exemplo, nas figuras de poder dentro das universidades e nos destaques de autores homens em obras de produção do conhecimento (principalmente do século passado), mesmo que as mulheres sejam a maioria das profissionais.

No estado do Paraná, por exemplo, de acordo com o último CENSO Psi (2022), de 21.766 profissionais de psicologia, 18.825 são mulheres e apenas 2.936 são homens. Considerando o país como um todo, 79% de profissionais se identificam com o gênero feminino. Essa estatística ainda conta com a constatação de que mesmo sendo uma profissão predominantemente feminina, a desigualdade de gênero se faz presente na renda, onde a remuneração das mulheres é significativamente menor do que a dos homens (Conselho Federal de Psicologia, 2022). Não saber dessas informações, não as trazer a público, não as discutir em sala de aula é, de certa forma, não dar espaço para o desconforto, não dar voz a um problema social existente na classe.

A formação do(a) profissional de psicologia passa a chamar atenção nessa parte da discussão. Como os cursos de graduação da profissão e as universidades, departamentos e docentes estão preparando esses profissionais para a vivência e atuação destes na psicologia, sem incluir em suas formações discussões tão importantes como as de gênero e raça? Uma pergunta que, por sua vez, provavelmente necessite de outra dissertação inteira para ser respondida. Mas e no contexto da Psicologia de fundamento marxista, está sendo dada a devida atenção e tratadas com a devida seriedade e urgência a discussão dessas pautas? Dito isso, buscamos aqui dar destaque para a importância dessas discussões e ao menos iniciar, ainda que de modo breve, o amparo teórico necessário para a instrumentalização das(os) profissionais de psicologia que, no atendimento ao público, esbarram constantemente com as demandas de gênero que permeiam a vida dos indivíduos.

Diante do exposto e nos valendo dos estudos de gênero e adolescência, sob a referida organização metodológica, buscamos entender um pouco dessas vivências a fim de fundamentar e instrumentalizar a prática clínica da e do psicoterapeuta de orientação marxista, sob a pauta da necessidade de se ampliar a discussão de gênero dentro das abordagens teórico-metodológicas marxianas. Tal objetivo não é tão simples ou fácil de ser alcançado, como aborda a entrevistada Lúcia, que relata ter passado a graduação inteira ouvindo que, por muito tempo existiu a ideia, dentro da psicologia histórico-cultural fundamentada no Marxismo, de que a discussão de gênero seria algo que dividiria a classe, uma pauta identitária ou até mesmo uma escorregada “pós-moderna”, tendo assim dificuldades de inserir as discussões de

violência de gênero em suas temáticas de estudo e pesquisa nos âmbitos acadêmicos.

Trazer a discussão de gênero para dentro da psicologia marxista é entender a exploração não só do trabalho produtivo, mas do trabalho reprodutivo por parte do capitalismo que busca se perpetuar. Nas palavras de Menconi (2020, p. 13),

Lavar, passar, cozinhar, alimentar, vestir e amparar afetivamente as pessoas. A reprodução social diz respeito a todas essas coisas, mas não se limita a elas. Diz respeito também aos serviços relacionados à saúde, como o trabalho de profissionais nos hospitais ou no postinho do bairro. Lugares onde levamos nossos filhos e pais em consultas médicas e onde exigimos atestado para justificar nossa ausência no trabalho naquela data. É uma reprodução social não apenas da socialização das crianças no lar, mas dos serviços sociais de educação. O que há de comum nessas mais diversas atividades, sejam elas remuneradas ou não? É quase automático lê-las pensando em uma mulher as executando, uma vez que se trata de atividades desempenhadas historicamente, em sua maioria, por mão-de-obra feminina, não remunerada ou mal remunerada.

Excluir essa discussão das demandas de estudo é também invisibilizar esse trabalho, perpetuar a sobrecarga feminina não remunerada, ou seja, permitir a continuação da exploração capitalista sem torná-la, também, parte da luta anticapitalista. Segundo a autora, o aprofundamento neoliberal marcado pelas privatizações e cortes de políticas públicas não só exige mais horas de trabalho por unidade familiar, mas também aumenta a carga de trabalho doméstico que é destinado às mulheres, aumentando a exploração e opressão. Dito isso, defendemos o argumento da urgência de estudos acerca do tema, que aumentem a demanda por direitos das mulheres, parte da população marginalizada pelo capitalismo. Afinal, Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2010), já apontava que a primeira opressão de classe ocorre com a opressão do masculino sobre o feminino.

Reforçando a discussão a partir das falas de nossas pessoas entrevistadas, trazemos os apontamentos feitos por Lúcia, quando nos conta que observa sim o crescimento da discussão dentro da teoria, entendendo que existiu um processo de abertura para essa possibilidade ao longo dos últimos anos, e que agora já tem muita

gente se apropriando da teoria, entendendo esse tipo de debate como essencial. A entrevistada acredita que para o trabalho clínico, essa reflexão é fundamental, colocando o gênero como um pilar estruturante da personalidade que perpassa todos os atendimentos de formas diferentes e também semelhantes.

A Psicóloga Letícia narra que mesmo tendo tido uma formação teórica muito boa, a formação da prática clínica deixou a desejar. Incomodada com isso, buscou uma boa supervisora após a formação acadêmica e um programa de mestrado onde também pudesse contribuir com a construção da práxis. Todos os entrevistados apresentaram semelhante dificuldade em acessar conteúdos ligados tanto à discussão de gênero, quanto à discussão clínica dentro da perspectiva marxista de atendimento. O que ilustra isso é o fato de que a maioria deles têm produções teóricas acerca do tema em contextos de pós-graduação. Não obstante, todos relatam a importância do estudo em questão, bem como a necessidade de mais estudos que contemplem a temática clínica dentro da abordagem marxista histórico-cultural.

Diante da necessidade apresentada pelos profissionais entrevistados de compreender essa clínica, faz-se necessário contextualizar qual é a psicologia clínica da qual estamos falando, partindo da compreensão universal dessa construção para depois entender as particularidades do processo de construção da clínica marxista. Os estudos de Patto (2022), publicados originalmente em 1987, sobre a história da Psicologia no Brasil, denunciaram a constituição tradicional da psicologia que naturalizava ou patologizava comportamentos a fim de definir parâmetros de normalidade e anormalidade dentro da sociedade. Palmieri (2021) acrescenta o estabelecimento de normas pela psicologia para a orientação de crianças e adultos de forma a moldar suas condutas, tendo como referência a classe burguesa. Na área clínica, uma das primeiras áreas de atuação da psicologia do século XX que segue sendo prevalente, a ideologia burguesa também se manifesta, segundo a autora, posicionando a(o) psicóloga(o) como orientador(a) da adaptação dos indivíduos a essas normas.

De acordo com o Censo psi de 2022, ainda hoje uma das áreas de atuação dominantes na psicologia é a área clínica, representando 73% da área de atuação das Psicólogas e Psicólogos ativos profissionalmente no país. Ademais, 82% dos estudantes ou recém formados em Psicologia almejam atuar na clínica. Trata-se de um número expressivo que caracteriza a profissão, e, segundo Ferreira Neto (2011), é uma tradição de décadas de ensino em psicologia voltado para o exercício

autônomo e liberal da profissão em consultórios particulares, que foi absoluto até meados da década de 1990, produzindo efeitos sentidos até hoje. “Um deles é o da identificação do perfil do psicólogo com o de um profissional que atua na clínica” (Neto, 2011, p. 393).

A partir da entrada do profissional de psicologia no SUS, associada à reforma psiquiátrica inicia-se a criação do campo chamado saúde mental. Que de acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), trata-se de um estado de bem-estar que não se limita apenas ao que o sujeito sente individualmente. É uma rede de fatores relacionados a vida do indivíduo que possibilita o desenvolvimento de suas habilidades pessoais para responder aos desafios da vida e contribuir com a comunidade. Além dos aspectos individuais, a saúde mental também é determinada por aspectos sociais, ambientais e econômicos, que influenciam psicológica e emocionalmente, mas também condições como a da saúde física, apoio social e condições materiais de vida. Ou seja, é uma interação de fatores biológicos, psicológicos e sociais.

Diante disso a psicologia se apresenta como uma frente da saúde que deve vir a proporcionar reflexões que levam o sujeito a compreender seus sentimentos e também o contexto que produz seu sofrimento. Sofrimento este, que pode motivar as pessoas a procurarem um profissional de psicologia. E a psicoterapia é uma das possibilidades de pensar esse trabalho com o sujeito, que consiste em acolher demandas individuais, entendendo que elas partem de um coletivo e social, trabalhando para desculpabilização do sujeito e desenvolvimento de lidas psíquicas e habilidades que podem promover saúde emocional, no intuito de atingir a complexidade da definição saúde mental. Sabemos, que tal atuação da psicologia não dá conta de abranger todo o enredo da saúde buscado pelo indivíduo na sociedade, mas o objetivo é fazer parte dessa busca, sendo rede de amparo para as pessoas. Diante das várias modalidades da psicologia atuantes na sociedade que buscam esse feito, trataremos aqui da prática clínica da psicologia encontrada tanto em serviços de saúde pública, como em consultórios particulares.

Desse modo, Ferreira Neto (2011) aponta algumas diferenças entre a prática desenvolvida em consultórios particulares e as desenvolvidas na saúde pública, que podem promover saúde aos sujeitos, dentre elas o encontro da psicologia com outros saberes e fazeres da saúde, que demandam o desenvolvimento de uma articulação necessária entre a prática clínica e o contexto da saúde coletiva e do cuidado

ampliado. O autor também destaca o contato com uma nova clientela, até então distante da psicologia clínica, oriunda das classes populares e mais pobres da população, que passa a promover novos questionamentos impondo alterações na atuação e formação das(os) psicólogas(os). Assim, diante de uma situação de endogamia social, muitas vezes terapeuta e sujeito procedentes da mesma classe social permanecem indiferentes para as determinações sociais da prática.

Tais determinações sociais, como a dos papéis de gênero ensinados e impostos socialmente, podem passar despercebidos por um olhar que não abranja o contexto social e cultural no qual o sujeito está inserido. Partir da sociedade de classes como uma sociedade ideal, sem questioná-la, pode estabelecer, por exemplo, a crença na possibilidade de igualdade de oportunidades, que resulta na responsabilização do indivíduo por suas dificuldades e sofrimentos. Diante disso, acrescento o que afirma Patto (1987), sobre uma importante composição da teoria materialista histórica da vida social, que se desprende da ideia de que existe uma sociedade enquanto entidade abstrata, atemporal e a-histórica, na qual a imposição de um patrimônio comum se faz da geração adulta para a geração jovem, em benefício de todos e de cada um. Segundo o filósofo e sociólogo francês Henri Lèfebvre;

Cabe aos dominados, no processo do fazer histórico, o papel revolucionário, ou seja, o papel de superar, através da oposição explícita, as condições vigentes; no modo de produção capitalista, o papel de acabar com a alienação advinda da divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção cabe ao proletariado, por ser ele a classe social a vivê-la em sua totalidade, por ser ele a sofrer todo o peso da tirania e da exploração (Lèfebvre, 1960, pp. 57-58).

Neste contexto, o posicionamento político da psicologia, longe de ser um ato ditatorial de regras, apresenta-se como sintoma de enfrentamento a uma sociedade que produz exploração e preconceitos fundada em um discurso patriarcal e racista de sujeito. Essa análise social só é possível a partir da observação, escuta e leitura da realidade, que leva a(o) profissional de psicologia partir da compreensão de sociedade e da cultura em que o sujeito está inserido para, só assim, conseguir compreendê-lo, entendendo que cada um de nós se constrói e se entende inseridos nesta mesma

sociedade que compartilha da estrutura de princípios marginalizantes, já esmiuçada e explicada neste trabalho.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) também se posiciona sobre esse tema, convidando a categoria profissional a refletir sobre o lugar da psicologia no cenário político atual, afirmando que a psicologia é política quando defende o que está previsto no código de ética. Isso significa, para o CFP, trabalhar na defesa dos direitos humanos e contra qualquer forma de discriminação, violência, crueldade e opressão, nutrido diretamente pela democracia. (SINPSI, 2023)

Sobre isso, os participantes das entrevistas compartilham do posicionamento proposto por nós e pelo CFP, como afirma o Psicólogo Maurício, quando diz que

[...] O nosso trabalho ele não é neutro né, não existe neutralidade dentro da ciência de uma maneira geral, da psicologia menos ainda, da psicologia histórico-cultural menos ainda, a gente sabe que não existe neutralidade, a gente precisa ter transparência no nosso trabalho e entender quais são as filosofias, as ideologias que a gente traz na nossa prática né, então, entendendo isso a gente lança perguntas e intervenções que vão ter essa finalidade [...] são sempre intervenções que não são neutras, são enviesadas sim, nós temos nossa teoria que já nos leva pra determinado lugar, nós temos uma base epistemológica que carrega consigo alguns princípios, então todas as nossas intervenções são intencionais, têm intencionalidade ali. No entanto, nós somos psicoterapeutas, psicólogos e psicólogas, e precisamos, e isso é uma coisa boa, não é um porém, como se fosse uma coisa ruim, mais é uma coisa boa que complementa nossa prática, é fundamental para nossa prática, nós somos psicólogos que precisamos seguir os princípios do nosso código de ética, certo? (Maurício)

A neutralidade supostamente contida nas técnicas tradicionais em que repousa o exercício profissional – proposta pela psicologia que classifica capacidade intelectual e manipula consciência para torná-la mais compatível com a lógica social e os interesses do sistema – é a que está desempenhando uma função conservadora, nuclearmente política-ideológica (Patto, 2022). Afinal, é ético permanecer neutro(o) em situações de violência? É possível não se emocionar, comover ou se sentir movimentada diante de situações de sofrimento? Que tipo de acolhimento oferecemos

quando neutralizamos, por exemplo, nossas próprias emoções dentro da relação terapêutica?

Não falamos sobre manifestar opiniões ou interferir nas decisões do sujeito, mas sim de humanizar-se diante da situação do outro, afinal, humanizamos também o outro, passando pela sensibilidade de o(a) profissional acolher fazendo com que o sujeito se sinta compreendido. A neutralidade enquanto distanciamento emocional também transparece nos direcionamentos dos comportamentos e posturas clínicas da terapia tradicional, e também é questionada pelas entrevistadas quando falamos sobre vínculo com a pessoa. Essa neutralidade tem a funcionalidade de distanciar a profissional do sujeito, a fim de não interferir em seu processo, o que, por vezes, desumaniza o papel da psicóloga em sua função, assumindo um recolhimento de suas emoções diante do indivíduo que está atendendo.

Ou seja, antes de trazer a pessoa possíveis saídas para o sofrimento, o(a) profissional em questão precisa compreender qual a origem social do surgimento desse sofrimento, escutando para avaliar a apreensão da realidade existente em cada caso. Desse modo, a formação de um bom vínculo com o sujeito torna-se importante componente da relação terapêutica. Sobre essa temática, todos os entrevistados salientaram sua importância. Essa proposta de distanciamento e neutralidade de emoções no vínculo, segundo as entrevistas, pode afastar a pessoa do cuidado. Como afirma Neide, *"não precisar ser uma psicóloga distante e neutra na relação, porque isso faz muita diferença, porque quando recebo uma mulher e ela está chorando e ela está falando, eu posso chorar junto eu posso estar com ela e [...] proporcionar uma mediação que seja de cuidado"*.

Para Leontiev (1975/1984), a qualidade do vínculo que o indivíduo estabelece com o meio circundante rege o desenvolvimento de sua personalidade. Portanto, a etapa do estabelecimento de vínculos com o sujeito é fundamental para o trabalho que se estabelece em prol do processo, como afirma Aita (2020):

Ao longo do processo, o psicoterapeuta também pode realizar reflexões sobre suas próprias intervenções. Essas reflexões objetivam explicar para o sujeito o motivo ou significado de determinada intervenção realizada, tornando possível a ele compreender o processo de pensamento do psicólogo, bem como podem ter como objetivo verificar como as intervenções terapêuticas são apreendidas pelo sujeito. Essas mediações possibilitam estabelecer o vínculo terapêutico

em uma relação de reciprocidade, na qual o terapeuta se coloca como pessoa.
(p.180)

A partir do exposto até aqui, se voltarmos nosso olhar para as questões da adolescência, temos que este é um período, de acordo com Facci (2004), onde a comunicação íntima pessoal se torna atividade dominante, juntamente com a atividade profissional de estudo. Neste período o adolescente forma seus pontos de vista sobre o mundo, suas relações, seu futuro e sobre si mesmo. Um bom estabelecimento de vínculo terapêutico pode ser muito importante. Para Aita (2021), a psicóloga deve levar em consideração esses preceitos da periodização Histórico-Cultural, e as especificidades que cada período da vida apresenta ao sujeito inserido nessa sociedade. Essas formulações teóricas são fundamentais para se pensar a psicoterapia voltada para cada etapa do desenvolvimento. Assim, entendendo o mundo em que o adolescente vive, também é possível encontrar pontos em comum que facilitem o vínculo, como coloca a psicóloga Neide: "*[...] com adolescentes a gente precisa ter um vínculo que seja pautado também nos interesses que eles têm. Então, quanto mais a gente se aproxima dos interesses deles, mais a gente consegue captar alguns conteúdos ali.*"

O psicólogo Maurício também destaca a importância do vínculo:

[...] uma das coisas que eu faço com adolescentes é enfatizar a questão da criação e fortalecimento do vínculo terapêutico. E pra isso é importante que você seja um pouco mais agradável, um pouco mais simpático, você enfatiza temas que sejam mais do interesse do adolescente, fala sobre o que ele gosta, atividades que ele gosta, para que aquele seja um espaço que ele gosta de estar [...] até porque muitas vezes ele não escolheu estar ali, foi trazido pelos pais [...] Aí com o vínculo formado a gente começa aos poucos trabalhar temas mais importantes pro desenvolvimento dele, pras relações dele como um todo. Então, tanto o tema que os adolescentes trazem quanto a postura do psicoterapeuta tende a ser um pouco diferente. Eu tendo a ser um pouco mais aberto, um pouco mais bem-humorado, um pouco mais dialógico quando eu lido com adolescentes. (Maurício)

A psicóloga Letícia também menciona a importância do estabelecimento e vínculos com os adolescentes diante de um acontecimento muito comum na clínica privada, que é a vinda deles à psicoterapia pelos pais:

[...] com adolescentes eu utilizo bastante jogos, bacana para criar vínculo, porque eles chegam muito resabiados, desconfiados, porque muitas vezes os pais levam por estarem com algum sofrimento, e levam para "consertar" o adolescente, ele já vai bravo [...] e aí os jogos facilitam bastante para ir conversando, ir mostrando que ali é um espaço para eles, para eles se sentirem seguros, e eu não to ali para mudar algo na vida deles, na verdade é o contrário, ajudar eles a se entenderem, se reconhecerem, e buscar o que faz sentido para eles. (Letícia)

Essa situação é muito comum aos psicoterapeutas, a chegada do adolescente na terapia pela decisão dos pais, como acrescenta também a Psicóloga Lúcia: *"[...] às vezes o adolescente vai pra terapia, muitas vezes porque os pais pedem que ele faça e aí ele não quer falar né, o adolescente não quer falar, você pergunta, pergunta, pergunta e o adolescente não quer falar nem dos interesses, nem de nada."* Essa condição pede uma articulação complexa da profissional, pois a psicoterapia na adolescência exige o contato direto com os pais, seja na primeira sessão ou ao longo do processo quando o adolescente é menor de idade.

É muito comum que os pais direcionem o adolescente até a psicoterapia para que o processo cumpra os objetivos deles em relação aos filhos. Mas, como coloca Maurício, os temas ligados à família são muito comuns de serem trazidos nesta fase, *"[...] no sentido de estarem começando a se afastar das orientações dos pais e responsáveis", pois "[...] a gente hoje tem uma adolescência, pelo menos de classe média, muito conectada na internet, muito autônoma em relação aos pais, [...].* Essa situação se diferencia de outras fases da vida, onde as relações passam por transformações, pois no início da vida da criança os pais ou cuidadores adquirem determinado significado, são os mediadores centrais em uma relação de dependência do sujeito. Já na infância *"[...] os pais são tidos quase como divindades, né, o que a mãe fala, o que o pai fala, a pessoa que criou, a avó, avô, o que eles falam são a verdade, e na adolescência eles já começam a entender que aquele outro ali não é detentor da verdade."*

Determinada valorização do que dizem os familiares, e também de como os adolescentes são valorizados ou não, passa pelo crivo capitalista de produção. Os discursos e apelos de normatização da família nuclear burguesa, a domesticação das mulheres, a permissão ou não à vida pública, a moralidade sobre sexualidade e liberdade corporal, tudo isso faz parte da manutenção do ideal da família burguesa que requer a obediência dos adolescentes e o aprendizado das regras morais das quais a família dita ter, universalizando as mulheres, sem levar em conta a diversidade das famílias.

Como posicionou Corbello (2019), a imposição das necessidades de produção tem efeito sobre todas as esferas da vida, não eximindo a sexualidade humana. O modelo hierárquico das relações capitalistas, onde um está sempre à frente do outro, onde existe competição, silenciamento e desvalidação, incluem a lógica de idade e de gênero. Trabalho e cultura retiraram o sexo do reino puramente biológico e o recondicionaram, por exemplo, na forma como tratamos diferentemente meninos e meninas. Esse modo de tratar adolescentes fica visível também na família, em que as meninas são submetidas a maior quantidade de trabalhos domésticos e meninos mais permitidos a socializar. Os próprios brinquedos infantis são voltados a essas atividades. Meninas brincam de casinha, exercendo cuidados com bonecas que representam bebês, enquanto meninos brincam de bola na rua, fantasiando dirigirem carros e serem super-heróis.

O significado dessas atividades mencionadas, geralmente realizadas na infância, permanecem na adolescência, onde diversas habilidades de socialização já estão em desenvolvimento mais avançado. Sendo assim, as meninas e meninos desenvolvem seus interesses em torno de temáticas determinadas. Observar esse contexto, buscando verificar a lógica da realidade de cada um a fim de fazê-los também enxergar, faz parte da rotina dos(as) Psicólogos(as). Enquanto isso, a família performa o papel de perpetuar essas práticas, assim como foram ensinados. É comum que, principalmente no contexto privado de atendimento (onde provavelmente a família pague pelo serviço da psicóloga), exista a exigência pela adequação *dos adolescentes às práticas indicadas pela moralidade familiar burguesa*.

Essa característica do processo psicoterapêutico com adolescentes é muito presente, o que requer uma atenção e dedicação muitas vezes cansativa ao profissional. Sobre isso, a fala da participante Letícia também apresenta essa visão de rompimento com as ideias e ideologias familiares, apontando que isso pode gerar

uma angústia intensa, em razão de que os adolescentes estão entendendo o mundo pelos seus olhos nesta fase, passando a habitar diferentes grupos e ter contato com diferentes opiniões, assim;

[...] É uma exigência que eu percebo que os adolescentes têm de nós que é muito grande, e com razão, porque a diferença dos adultos é que eles têm um nível de sofrimento absurdo, que as vezes é muito maior que dos adultos, por estarem extremamente deslocados, da sociedade, o que vou fazer, o que eu acredito, não acredito, porque eles querem romper com muitas coisas das famílias, dos pais, e tem uma ansiedade de mudança muito grande, e não tem os recursos para isso, é onde breca muito a questão do sofrimento, então tem que instrumentalizar esse ser humano, por isso que falo desse processo muito ativo, porque eu preciso auxiliar nessa instrumentalização para eles desenvolverem esses recursos, e muitas vezes os adultos já têm esses recursos, e conseguem caminhar um pouco sem eu gastar tanta energia.
(Letícia)

Parte dessa instrumentalização, mencionada pela entrevistada, está no processo de desenvolvimento da consciência, que vai se constituindo a partir da linguagem e das relações sociais. De acordo com Aita (2020),

[...] No atendimento psicoterápico, o psicólogo parte da compreensão da formação psicológica do sujeito, da investigação da atividade dominante que guiou e guia seu desenvolvimento, da análise de sua história de vida, de suas vivências, que têm lugar no interior de suas relações familiares, comunitárias, culturais e sociais e simbólicas. Então, ao compreender o processo de formação da consciência e da personalidade do sujeito se pode entender seu comportamento, suas motivações, angústias e o sofrimento psíquico que se apresenta atualmente. Também por meio deste processo o sujeito pode se tornar consciente de suas potencialidades e de seus recursos para a ação.
(p.131)

Nesse sentido, é importante destacar a autonomia do adolescente no espaço terapêutico, a criação de um espaço onde ele se sinta confortável e que consiga confiar na profissional que está ali. A psicóloga entrevistada Neide reitera isso,

entendendo a especificidade da adolescência em relação ao cenário terapêutico e aos primeiros direcionamentos do processo:

[...] a pessoa adolescente chega muito assim, não por demanda própria, então chega muito por um pai, uma mãe, uma cuidadora que chega, e aí já tem uma diferença ser com esse pessoal responsável, e aí eu prefiro organizar o encontro especificamente com a pessoa responsável primeiro, sem a pessoa adolescente junto e depois eu faço o segundo encontro com a adolescente já, porque me organizar melhor ter esse encontro onde não vai ficar aquela pessoa, bem estilo consulta médica né a pessoa falando por você e a adolescente sentada de lado, não faz sentido pra mim e acho que inclusive fragiliza o vínculo, na construção do vínculo, porque vai parecer que eu vou ser a informante pra mãe né, eu vou ser a que colhe da adolescente e passa pra mãe, aí eu organizo desse jeito, de fazer apenas a partir do segundo encontro com a adolescente. [...] E quando eu encontro com a adolescente eu costumo me colocar de uma forma diferente em relação ao próprio cenário, quando é presencial, porque aí eu já chego e às vezes já convido para sentar no chão, no tapete e aí eu já pego um lado da poltrona e falo para ela pegar do outro lado, pra gente afastar, porque aí essa pessoa já vem construindo uma relação diferente comigo no que diz respeito aos papéis ali dentro da sessão, não é um lugar de consultório mesmo, que eu estou ali bem distante atrás da mesa. Então, a gente senta no chão, tem as almofadas os tapetes, e aí geralmente eu estou descalça na clínica, isso pra todos os atendimentos eu sempre estou descalça, sempre estou com roupas confortáveis [...] com meu cabelo do jeito que ele quiser estar, não estou de maquiagem sempre. [...] Não tem essa coisa de ah isso aqui não é profissional, não. Então, eu construo esse lugar, intencionalmente para que essas pessoas não se sintam na obrigação sabe, de vir com roupa de médico, sabe porque existe uma associação do consultório ainda, a consulta médica, então chamar senhora, chamar doutora, e aí, pra ir me desvincilhando desse lugar eu faço isso.

É interessante olhar para esse relato da Neide e entender de quais ferramentas se pode utilizar uma profissional para pensar a vinculação e a ressignificação do papel da psicologia clínica na utilização de atividades que componham um espaço de

acolhimento, confiança e construção conjunta. Trata-se de romper com um espaço clínico distante e tecnicista, onde corre-se o risco, principalmente para o adolescente, de se confundir com um processo onde o sujeito é passivo e está ali apenas para ouvir ensinamentos e seguir regras. Ao contrário, o espaço terapêutico é de construção de autonomia, deve ser horizontal e confortável aos participantes.

Vale destacar que, sobre o atendimento a menores de idade, o CFP apenas aponta a necessidade da autorização de pelo menos um dos responsáveis pela pessoa para que o processo ocorra, conforme o Art. 8º do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Neste documento, tem-se que “para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente”. O Art. 13 esclarece que, “no atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício” (CFP, 2005, p. 12).

Principalmente pela exigência dessa articulação com os pais, o trabalho da(o) psicóloga(o) precisa ser minucioso para deixar evidente ao adolescente que as informações compartilhadas no ambiente terapêutico são sigilosas, ou seja, pertencem apenas ao sujeito e terapeuta, e que o objetivo não é atingir as expectativas dos responsáveis, e sim, entender a demanda pessoal do adolescente em questão. Lúcia, sobre isso, afirma “[...] *é bem complexo essa parte dos pais, por eu sempre prezar pela vontade do cliente de colocar o que ele acredita que é melhor, o que ele pensa, então respeito muito isso, e eu converso tudo o que vamos conversar com os pais durante a sessão.*” Esse posicionamento da terapeuta pode levar a diversas consequências, como acrescenta a entrevistada: “[...] *em um curto período de tempo eles fazem uma revolução na vida, e os pais que não davam conta, ficavam bravos, queriam tirar o adolescentes do atendimento, outros mantinham, outros falavam que não estavam dando conta de pagar pela questão financeira.*”

Lidar com as expectativas dos outros não é um processo fácil, muitas vezes essa dinâmica com o adolescente, por envolver a expectativa dos cuidadores, torna-se frustrante tanto para esse adolescente como também para a profissional. Lúcia aponta que: “[...] *“A gente tem que entender enquanto terapeutas, né, que é uma expectativa nossa que está sendo frustrada ali, mas que tem a ver com o processo do adolescente de elaborar os sentimentos.*”

A frustração vem também do campo do afeto. É quase impossível falar sobre relações humanas sem acessar a dimensão do afeto, principalmente quando se trata de uma relação desenvolvida com base no cuidado, no acolhimento, na escuta, na convivência frequente, como se caracteriza o processo terapêutico. Infelizmente, essa categoria não é muito explorada nas atuais condições que vivemos, como assinala Palmieri (2021),

Os afetos predominantes em um determinado tempo histórico, dizem muito sobre como organizamos a vida e as relações sociais. Com as novas condições históricas do último século, ascendeu uma grande crise afetiva. A angústia e a tristeza passaram a ser traços genéricos nas pessoas, e vieram a ser consideradas epidemias (Palmieri, 2021, p.121).

A prática clínica mobiliza muitos afetos, afinal, as emoções, afetos e sentimentos, se constroem a partir de condições materiais de produção da vida, nas relações, na linguagem e na história da humanidade. Aita (2020) explica a consciência como reflexo afetivo-cognitivo da realidade, entendendo que "cognição e afeto compõem uma unidade dialética, que se forma do plano interpsicológico para o intrapsicológico, a partir das condições históricas e sociais de construção da vida." (p.102). A autora aponta que existe uma relação de interdependência entre as esferas que constituem o psiquismo, como a consciência, pensamentos, emoções, personalidade e sentimentos.

A partir da análise de diversos autores da psicologia Histórico-Cultural, Aita (2021) conclui que essa unidade dialética se forma a partir da apropriação da cultura, dos signos e do universo simbólico construído ao longo da história da humanidade, sendo que, a partir dos conteúdos e meios da cultura, se formam os processos psicológicos superiores afetivos. "Na vivência ocorre a formação de sentidos pessoais, a formação de novas necessidades, motivos, sentimentos, ideias, e outros tantos conteúdo da consciência e da personalidade." (p.111). Os sentimentos têm caráter histórico e são desenvolvidos e adquiridos na história da humanidade, entendidos na linguagem. As emoções se expressam por traços corporais, faciais, e também pela fala e pelo próprio pensamento, incluem as manifestações somáticas, e também às formas específicas de reações às sensações, o que lhe confere um tono emocional agradável ou desagradável, as sensações emocionais, especificamente,

são mobilizadas por estímulos específicos e por elementos ou propriedades isoladas dos objetos ou fenômenos. (Aita, 2021)

Para Sawaia (1999), é preciso considerar as emoções por uma perspectiva crítica como fenômeno político determinado pelos interesses de classe, de poder e de dominação. A ênfase na emoção pode levar a afetividade a uma supervalorização ideológica, com ênfase no próprio eu, afastando o sujeito da vida pública. Um exemplo disso é a diferença de como as emoções se constituem na subjetividade das mulheres e homens de formas diferentes.

Esta política de afetividade define emoções e sentimentos diferentes por sexo, idade, raça, classe, momento histórico, como exemplo, pode-se lembrar os padrões diferentes do envergonhar-se para homens e mulheres, o enaltecimento de emoções alegres para uns e tristes para outros de classes sociais diferentes. Para os pobres, o enaltecimento do sofrimento (o homem amadurece com o sofrimento e o provérbio: muito riso, pouco siso), para os ricos, a alegria do ódio, alegria estranhamente compensatória, indireta, envenenada pela tristeza inicial, como a alegria consumista, de tirar vantagem de tudo e de todos, e a alegria narcísica, do imperativo categórico do seja feliz, consigo e por si mesmo, a qualquer custo. (Sawaia, 2000, p. 21)

Ou seja, o contexto de convivência, criação e crescimento de cada um vai interferir na forma como o sujeito sente e significa suas emoções e sentimentos. No cenário psicoterapêutico, onde falamos, justamente, sobre esses sentimentos, é necessário entender como eles perpassam os indivíduos de maneiras diferentes, por exemplo, relacionadas ao gênero que estão inseridos. Sobre isso, o psicólogo Maurício apontou o seguinte:

[...] o tema do gênero ele perpassa o processo terapêutico de uma maneira fundamental, certamente é um dos temas que a gente precisa se apropriar, porque não tem como a gente não discutir sobre gênero direta ou indiretamente quando a gente trabalha com a psicoterapia e ainda mais pensando em uma psicoterapia histórico-cultural que enfatiza muito a construção histórica da personalidade e o sujeito, ele precisa ser entendido a partir de linhas de desenvolvimento que não são só linhas de desenvolvimento biológicas, mas também linhas de desenvolvimento culturais e históricas né. E aí, no entrelaçamento dessas linhas a gente vai formando a personalidade do sujeito.

Uma personalidade que a gente considera que está em constante transformação, não é uma personalidade que se torna cristalizada ali eternamente e não muda mais né. E gênero né, a gente entende dentro da psicologia de uma maneira geral, não só dentro da psicologia histórico-cultural, a gente entende o gênero como um fenômeno mais cultural do que biológico né, quando a gente fala de sexo a gente está falando mais de fenômenos, de fenótipos, de funcionalidades, de fisiologia, né. Mas quando a gente fala de gênero a gente está falando de construção histórica, construção social, construção cultural. E aí a gente sabe que, quando a gente lida com pessoas trazendo pra você os seus conteúdos mais íntimos, trazendo pra você os seus traumas e a sua vida, trazendo pra você fatos históricos que marcaram o seu processo de desenvolvimento, você começa a ir percebendo os elementos de gênero que vão sendo construídos ali né, tanto pessoas que acabam percebendo que não se identificam com o mesmo gênero que a sociedade as impõe, como também características de gênero no sentido de a pessoa começar a perceber que muito daquilo que ela considerava natural fazer não é tão natural assim fazer né, que aquilo ali foi imposto a ela. (Maurício)

Essa percepção da não naturalização de comportamentos, de sentimentos, é permitir ao sujeito tomar consciência de seus processos de vida, dos motivos de suas ações e também das origens dessas construções, o que se faz muito importante para a desculpabilização em relação a estruturas de personalidade que podem ser problemáticas e trazer sofrimentos. Essa intervenção, que denuncia fatores sociais e históricos que determinam a forma como os indivíduos sofrem e se constituem no mundo, é papel dos psicoterapeutas. Concordamos com Aita (2020) que os motivos que orientam o comportamento humano nem sempre são conscientes para o sujeito e para compreender essa formação cultural que é complexa, é necessário ir a essência do seu desenvolvimento, analisando motivos não aparentes e conteúdos não conscientes do psiquismo, na medida em que a pessoa se questiona sobre algo que não entende, ele posiciona o fenômeno enquanto objeto da consciência, o possibilitando de progressiva tomada de consciência. Por exemplo, segundo Souza (2006), a generalização da imagem da mulher enquanto alguém que se adapta ao novo com capacidade de olhar o todo, que os homens não têm, propicia a execução da multifuncionalidade, acarretando em sobrecarga de trabalho. Isso sem que a

mulher perceba que a motivação de sua sobrecarga tem origem condicionada socialmente pelo discurso aparentemente elogioso da mulher multitarefas.

No sistema capitalista, o resultado (produto) esconde o processo, por isso torna-se necessário avaliar com acuidade o que, no que se refere ao gênero (questão central deste trabalho), aparece como uma grande mudança, mas pode esconder o seu contrário, uma cristalização da opressão. (Souza, 2006, p. 257).

O trabalho de Souza (2006), denuncia a forma de inserção das mulheres no mundo do trabalho, no mundo público e na reprodução da vida, utilizando-se da divisão entre razão e emoção, que opera no sistema capitalista com o uso das emoções das mulheres para implantar novas formas de acumulação produtiva. Por esses motivos, estar atenta às emoções que aparecem no processo terapêutico, entendendo suas raízes sociais, como se manifestam e para onde levam as pessoas, é imprescindível. Segundo Aita (2020), pensar sobre os afetos e estabelecer relações entre vivências singulares e contexto social, possibilita o sujeito a ter controle de seu comportamento de forma mais consciente e ativa. Souza (2006) acrescenta que, para conhecer o pensamento de alguém:

[...] busca-se conhecer sua tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último 'porquê' da análise de pensamento. A emoção está sempre na base de um pensamento, seja ele emocional ou lógico, o que significa que o processo cognitivo nunca existe independente da emoção, embora, às vezes, ela não seja explicitada. (Souza, 2006, p. 260)

Vigotski (1930/2004f), citado por (Aita, 2021), afirma que as emoções humanas estão conectadas com a autoconsciência e com a consciência da realidade. O conhecimento dos afetos, os transforma de um estado passivo para um estado ativo. Pensar sobre os afetos e situá-los em outras relações são fatores que alteram a vida psíquica do sujeito. Por isso, fazem parte importante do processo de análise. Para o psicoterapeuta, ajudar o sujeito a ter consciência de seus afetos pode ser transformador. Mas em semelhante importância, para a psicoterapeuta, ter consciência de seus próprios afetos e sentimentos, também compõe parte importante do processo.

No encontro dialógico das entrevistas, ao falarem dos atendimentos realizados com adolescentes, que passam pelas questões de gênero, as entrevistadas falam

sobre seus sentimentos e emoções mobilizadas em razão das temáticas abordadas. Lúcia, por exemplo, relata a angústia que sente diante de relatos de violência de gênero, mesmo que seja gratificante ajudar uma mulher a compreender as situações de violência de gênero que vive. Acrescenta também o sentimento de revolta e impotência, principalmente quando se trata de situações semelhantes às que já viveu por ser mulher, concluindo o entendimento de que:

[...] Não é na clínica que a gente vai resolver né, não é nem na clínica, nem no atendimento no serviço público, a gente não vai resolver aquela relação ali, a gente pode ajustar expectativas, a gente pode oferecer um acolhimento, mostrar que tem empatia, e isso é importante pra pessoa, mas que a gente vai dar conta de resolver aquilo, não né. (Lucia)

Sobre isso, Neide relata:

"[...] me atravessava na minha própria história, me atravessa no meu desenvolvimento [...] isso conta minha história também, e é um lugar que me faz muito sentido e me convoca muito, me mobiliza [...] não tem como trabalhar com a discussão de gênero e não ser também tocada com o que você vê também te atravessa. [...] tenho o meu processo de terapia, outras coisas que me respondem fora da clínica para que eu consigo acessar o cuidado, mas diante da atuação isso me faz sentir pertencente e ao mesmo tempo violentada, ao mesmo tempo com muita raiva e aí cada vez mais a gente vai se dando conta da construção estrutural em que estamos inseridas e isso é uma prova. E ao mesmo tempo ver as mulheres se desenvolvendo nos processos é incrível, é potente, também me mobiliza, também me coloca no lugar de olhar esse processo, a potência dessa pessoa que se desenvolve, porque ela pode agora falar, sentir, explorar, ser ela e a gente constrói histórias e processos gigantescoamente lindos e potentes e também responde demais.

Maurício relata a angústia pela complexidade temática de gênero nos atendimentos, contando a tentativa de trazer o tema em tom de discussão, fazendo mais perguntas que afirmações, como acrescenta:

[...] me dá certa angústia por ser um tema muito complexo, as discussões sobre gêneros são muito novas e muito mutáveis, a gente tá constantemente reconstruindo esse campo, eu como homem cisgênero heterossexual às vezes

me sinto um pouco inseguro em falar sobre o tema porque não me sinto muito apropriado sobre isso, [...] Mas não fujo do tema, por saber que é importante, tanto é que, como eu disse, ele é abordado na psicoterapia, mas pelo menos por mim, dificilmente de maneira mais direta, abordo de maneira mais indireta.

Maurício ainda contribui com o discurso da importância de abordar a temática, mesmo diante da complexidade do tema verbaliza um sentimento misto, colocando que por um lado também se sente bem fazendo a discussão, sabendo que: *“é tão importante, e ajudando as pessoas a enxergarem a realidade de maneira não convencional, saírem de padrões heteronormativos, padrões conservadores que acabam cristalizando a forma como o sujeito age.”* (Maurício)

Nesse sentido, todas as entrevistadas levantam a importância de se discutir gênero em psicoterapia. Neide destaca que *“ter essa construção e essa discussão de gênero atravessada nesse desenvolvimento muda muita coisa [...] tem uma potencialidade gigantesca, de poder construir voz, vez, fala, de um lugar totalmente diferente, de um lugar que não precisa ser dito pelo outro.”*

Lúcia acrescenta: *“quando a gente propõe essa reflexão pra pessoa na clínica, ela desenvolve novas ferramentas de análise da própria vida, de análise da sociedade em geral e aí me parece que ela vai ganhando mais voz mesmo, pra falar, para se posicionar.”*

Lúcia ainda descreve como uma temática essencial:

acho até que, entra numa discussão de que agora as pessoas estão procurando, por exemplo uma pessoa LGBT, quando é LGBT, uma mulher, quando se é mulher, uma pessoa negra, quando é uma cliente negra também né, aí os psicólogos falam que não pode acontecer, porque em tese, pelo código de ética a gente tem que dar conta né, de atender todas as vivências. Só que assim, a nossa graduação não prepara a gente pra atender todas as vivências, e a pessoa ela precisa compreender que o terapeuta está compreendendo a vivência dela, porque é muito tênue a linha de cometer uma violência dentro da clínica, invisibilizando ali a vivência da pessoa né, não sendo empática, não prestando atenção em detalhe, e a gente só vai conseguir fazer isso, se a gente se apropriar da discussão, se você tiver apropriação de gênero, apropriação do racismo, da vivência LGBT, aí você vai dar conta de

atender, se nao, nao é algo que está intrínseco aos psicólogos, eu penso dessa forma, então, todo muito teria que se apropriar da discussão de gênero. (Lucia)

Diante dessas questões, a entrevistada Neide ainda aponta as problemáticas de nao se discutir gênero dentro do processo terapêutico, o que pode levar a profissional a uma tentativa de adequação da pessoa nas normas vigentes da sociedade, reproduzindo uma psicologia tecnicista e problemática como a descrição de Patto (1987) que trouxemos no texto.

Já teve psicóloga que apontou isso pra ela né (uma cliente), por exemplo, ah... você não raspa a perna, mas isso é uma questão de higiene, sabe. Ou, ah... mas você quer conseguir trabalho com essas roupas que você está usando, que não são roupas ditas comportadas, nem vou falar expressão de gênero feminina ou masculina, nem era essa a questão dela, era de usar roupas que ela se sentia bem. Mas aí a psicóloga dizia, ah mas você não vai conseguir encontrar emprego se você continuar usando esse tipo de roupa. Então veja, tá bom que aí atravessa outras coisas, que a gente não fica fazendo esse tipo de julgamento mas, reforçou ali um padrão de gênero, um estereótipo. Se a gente não se apropriar a gente vai fazer isso e não é só com a questão de gênero. (Neide)

Nesse trecho, a Psicóloga Neide relata a vivência de uma jovem que atendeu na clínica, que vinha de um processo terapêutico anterior onde sofreu esse tipo de abordagem. Esse exemplo ilustra as problemáticas da não apropriação da discussão pelos profissionais de psicologia, como descreve Neide:

O problema disso é a gente ter as naturalizações de desenvolvimentos que são atravessados por violências, quando eu tenho a menina calada que em outro momento, se uma pessoa não considera a situação de gênero, ela pode ser só tímida. Mas se a gente considera uma construção de desenvolvimento a partir de um olhar que se passa pela situação de gênero, eu tenho uma história silenciada, eu tenho um desenvolvimento onde eu nunca pude falar, e ai eu nao sou tímida, eu nunca pude falar, eu fui silenciada, é diferente, é muito diferente.

Diante desses relatos, destacamos a importância de se ter uma compreensão das temáticas de gênero e raça na atuação profissional, mas isso só é possível se

dada a devida importância a essa temática dentro da formação em psicologia. A defasagem desses estudos no contexto da graduação é evidente em todas as entrevistas, e também nas pesquisas de produções sobre o tema. O intuito aqui é salientar essa importância, não apenas na pós graduação ou nas articulações externas da profissão, pior ainda, é o profissional entrar em contato com o tema apenas quando se depara com uma situação extrema, até lá várias violências podem ter sido reproduzidas, como estas citadas acima, das adequações morais e naturalização de comportamentos e posturas tidas como femininas ou masculinas.

A temática se faz importante em todas as áreas da vida, e precisa começar a ser vista. Enquanto psicólogas e psicólogos precisamos nos responsabilizar, para assim atingir também outras áreas da vida das pessoas, oferecer essa visão aos adolescentes, pode transformar suas relações e um pouco do mundo que o circunda também.

A vivência dessa temática é sim angustiante, por vezes contraditória e dolorida, mas também um caminho necessário de ser construído. No próximo núcleo discutiremos a desnaturalização desses papéis, dos processos psicoterapêuticos e da adolescência, na busca de tentar destacar a importância do estudo e da formação em psicologia, da visão do profissional sobre o tema e não só na área clínica da psicologia, mas também.

A partir das análises das entrevistas realizadas neste primeiro núcleo de significação, fica nítido o atravessamento da vivência de gênero na forma como os terapeutas recebem e conduzem os processos, como foi possível observar, por exemplo, no desconforto de Maurício ao falar sobre as questões de gênero, e na dor de Lucia, Neide e Letícia ao receber os relatos de violência, com a qual também se identificam. A situação de dominação histórica da masculinidade se expressa na linguagem, pois internalizamos o mundo a partir dela e constituímos nosso psiquismo pela sua mediação. Observar como a temática de gênero adquire significados diferentes a partir das vivências e do gênero dos próprios terapeutas, é essencial para se pensar a necessidade da formação pessoal de cada profissional sobre o tema, sendo uma demanda necessária a ser atingida, afinal, todos fazemos parte de uma mesma sociedade que reproduz valores patriarcais.

4.2.2 Desenvolvimento humano, desnaturalização da adolescência e da saúde mental

Faz-se importante situar que o ponto de partida da pesquisa em estudo, está na clínica privada, que se depara com o sofrimento de uma parcela da sociedade de classes, a parte que tem acesso a psicoterapia individualizada e continuada em diferentes moldes. Diante disso, é importante ressaltar que o público adolescente atendido pelas entrevistadas em questão, em sua maioria, pertence a uma classe social que contempla o privilégio de atenção e cuidado integral. A clínica da qual estamos falando não é universal, muito menos no acesso. A via pública de acesso à psicoterapia no Brasil, pelo SUS, apresenta recortes de diferentes classes, como pontua Ferreira Neto (2006), e, portanto, possivelmente é afrontada pela situação social.

Pensando nesse recorte, há possíveis particularidades de classe que podem fazer parte ou não da realidade dos adolescentes atendidos pelas entrevistadas. O acesso à psicoterapia impulsionado por questões de gênero, por exemplo, não é sempre possível, principalmente em uma realidade onde os adolescentes são dependentes financeiramente de seus cuidadores, que podem ser os autores das violências de gênero sofridas pelas meninas e meninos. Entretanto, a própria apreensão das discussões de gênero pode ser uma importante abertura para compreensão das relações e da própria personalidade. Também é possível que o recorte de atendimento de cada profissional em questão seja singular de acordo com seu contexto. Como menciona Lúcia sobre os adolescentes atendidos, trazer as discussões de gênero foi muito fácil. *“Não sei se pode ter a ver com a característica dos adolescentes que eu atendo, que eu atendi né. Mas, me parece que eles tinham uma consciência muito grande assim da discussão de gênero.”* (Lúcia)

Cabe destacar também que, segundo o projeto da UNICEF Brasil: “Promover para prevenir em saúde mental de adolescentes” (2020-2021), um fator importante sobre a realidade social de adolescentes e jovens no Brasil, que diz respeito ao acesso aos serviços de saúde no campo da assistência em saúde mental;

[...] Especialistas apontam uma distribuição desigual dos serviços entre as diferentes regiões do país; falta de financiamento adequado para os serviços comunitários, carência de avaliações e participação de usuários e familiares;

dificuldade de integração da Saúde Mental na Atenção Primária e falta de integração e delimitação de competências entre os serviços de Atenção Primária e Centros de Atenção Psicossocial. Na atenção à saúde, estudiosos entendem que há também uma lacuna por falta de informações sobre esta fase do desenvolvimento, preconceito ou dificuldades vividas na própria adolescência ou como responsáveis por adolescentes. Enquanto, no âmbito escolar, faltam informações confiáveis e orientação especializada para professores identificarem transtornos mentais em crianças e jovens, gerando insegurança e distorções. (p.10)

Soma-se a este panorama um crescimento ao número de agravos à saúde física e mental dos próprios profissionais da educação, saúde e assistência social, referências na atenção à saúde integral de crianças, adolescentes e jovens. Uma revisão sistemática da literatura, apontada pelo relatório, apresenta que sintomas como estresse, ansiedade e esgotamento foram os mais frequentemente observados em pesquisas realizadas com professores entre 2010 e 2015. (UNICEF, 2020-2021)

A visão da realidade pelas lentes estatísticas, nos traz uma noção do contexto em que os adolescentes estão inseridos, para pensar uma análise pautada na compreensão das condições materiais. O Guia Competências para a Vida: trilhando caminhos de cidadania (2018), do UNICEF, aponta como fatores de risco para os/as adolescentes no Brasil diversos marcadores sociais como: a pobreza; a violência; a defasagem idade-série e a evasão escolar; também marcadores de raça e gênero como: a exploração sexual e gravidez precoce, a desigualdade de raça, etnia e gênero, dentre outros contextos problemáticos como a responsabilidade por chefiar a casa; a exploração do trabalho infantil e as desigualdades regionais. Segundo a publicação das estimativas globais de saúde da OMS, mais de 800 mil pessoas morrem por suicídio por ano. Em 2016, o suicídio foi a segunda maior causa de morte de adolescentes e jovens, de 15 a 29 anos de ambos os sexos, e a terceira maior causa de morte, de adolescentes entre 15 e 19 anos de ambos os sexos, e segundo o relatório do UNICEF Brasil, a taxa de suicídio vem aumentando ao longo dos anos desde a primeira pesquisa realizada em 2006.

Diante desses contextos apresentados da vida dos adolescentes, que podem levar ao adoecimento como mostram os dados, entendemos segundo Kahhale e Motreozol (2019), que é importante destacar que a vulnerabilidade do indivíduo deve

sempre ser considerada, e o diagnóstico deve ser feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas levando em conta a história de quem está sendo cuidado. Desse modo, assim como os autores, precisamos discutir uma questão importante, que são as visões naturalizantes sobre o processo saúde-doença, sua gênese e relação com a vida social, na intensificação da exploração capitalista dos trabalhadores e, conseqüentemente, no aumento dos processos de sofrimento a partir das relações sociais pautadas em um individualismo excessivo, demandado por uma estrutura social que padroniza os papéis e relações.

Segundo Figueiredo e Fernandes (2019):

O processo saúde-doença engloba elementos das esferas material, social, política e subjetiva (mente e corpo) e deve ser analisado à luz de questões sociais, que vão explicitando a dinâmica das relações entre o Estado, capital, sociedade, bem como da forma como essas dinâmicas são vividas de forma singular por cada indivíduo. (Figueiredo e Fernandes, 2019, p. 295)

Os estudos de Almeida (2018), apontam que a determinação social da noção de saúde-doença apareceu notadamente em meados do século XIX, em meio aos processos de luta da classe trabalhadora europeia. Esse entendimento fundamenta-se em reflexões produzidas na história da humanidade atrelada às funções médicas, que acabam por também determinar a atividade clínica ligada ao médico que “examina as manifestações da doença para fazer um diagnóstico, um prognóstico e prescrever um tratamento” (Daron & Parot, 1998, p. 144).

Segundo Almeida (2018), o surgimento do campo da saúde coletiva a partir dos anos 1980 retoma e traz novas e importantes contribuições para a compreensão do processo saúde-doença. A concepção de orientação marxista propõe um modo de explicação para a relação entre o biológico, o psicológico e o social, entendendo que, já que os indivíduos se desenvolvem socialmente, “os processos de saúde e doença por eles vividos, são também determinados socialmente” (Almeida, 2018, p. 76). Assim, para a autora, os modos de vida expressos como formas de adoecimento estão intrinsecamente relacionados ao modo de produção da vida social, como acrescenta: “Com base nesta teoria, entendemos que a saúde-doença envolve os processos biológicos e psicológicos e neles se expressa, mas há uma subordinação destes processos ao social, que os condiciona a se expressar de determinadas formas” (Almeida, 2018, p. 76). Segundo a tese da autora, as relações sociais de

produção são determinadas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e se alteram ao longo da história, permitindo certos modos de vida aos distintos grupos sociais. Um indivíduo participa, em geral, de vários grupos sociais e sua singularidade está medida pelos respectivos padrões de reprodução particular desses grupos como classe social, profissão, condições de gênero e de etnia, portanto, os processos de vida podem ser protetores ou destrutivos e, a depender das carências ou valores da forma de distribuição decorrente desses processos, está a cota de bem-estar ou sofrimento a que os diferentes grupos acessam. (Almeida, 2018).

Assim, dependendo dos marcadores e categorias sociais das quais participem os indivíduos, o sofrimento vai se delineando de acordo com o que é oferecido socialmente para que se desenvolvam e os parâmetros de como deve se comportar e se comprometer com a vida social. Para Moreira (2018), a categoria de gênero, por exemplo, possibilita discutir a desigualdade e o sofrimento vivido e reproduzida pelas mulheres tanto nas relações familiares quanto naquelas estabelecidas com a rede de proteção social, “a mulher não pode ser compreendida como um sujeito universal e abstrato, mas deve ser considerada como um sujeito sócio-histórico, que se constitui em contextos concretos” (Moreira, 2018, p.165)

Do mesmo modo, a adolescência é oferecida enquanto contexto previamente determinado, já tendo suas características historicamente construídas. Segundo Facci (2009), é depreciativamente apresentada como fase de desenvolvimento com enfoque nas características negativas, enquanto um período no qual as mudanças físicas acarretam distúrbios de conduta que são fruto de uma imaturidade emocional, e a transposição desse período se dará pela idade cronológica, que conduzirá o amadurecimento. A autora questiona essa naturalização do desenvolvimento da adolescência, apontando que é a etapa do processo desenvolvimental que mais tem sido vista de maneira estereotipada. Facci (2009), sustenta a tese proposta por Marx e Engels para entender a construção do psiquismo humano, se apoiando nas concepções de que o ser humano é ao mesmo tempo natureza e história dessa natureza, assim apresenta uma nova postura quanto a construção da teoria do desenvolvimento, e uma nova compreensão de adolescência, proposta como: “imprescindível para a compreensão e análise do processo do fenômeno psíquico a necessidade de centrar a análise no processo e não em seu produto final, sendo

fundamental enfatizar a dimensão histórica do desenvolvimento psicológico” (Facci, 2009, p. 92).

Aguiar e Ozella desenvolveram um estudo em 2008, com análise de núcleos de significação a partir de um questionário com adolescentes. Entendendo a adolescência como significada na cultura e na linguagem, a partir dos conceitos criados para definir fatos sociais que surgem nas relações, os autores postulam que; Quando definimos a adolescência como isto ou aquilo, estamos atribuindo significações (interpretando a realidade), com base em realidades sociais e em “marcas”, significações essas que serão referências para a constituição dos sujeitos. A adolescência não é vista, portanto, como um período natural do desenvolvimento. [...] Reconhecemos, no entanto, que há um corpo se desenvolvendo que tem suas características próprias, mas, nenhum elemento biológico ou fisiológico tem expressão direta na subjetividade. (Aguiar e Ozella, (2008, p. 99)

Nesse estudo, concluíram que os jovens reproduzem as concepções instituídas socialmente da adolescência como fase de crise atravessada por uma concepção naturalizante, universal e a-histórica. No questionário realizado com 856 jovens, foram as meninas (todas elas), que atribuíram grande importância aos aspectos afetivos e a maioria delas falou mais sobre a família do que os meninos. Segundo Moreira (2018), na educação capitalista de classes, que é também racista e sexista, essas determinações recaem sobre os humanos em forma de gramática de gênero, e essas funções são separadas com as mulheres se especializando no trato com as emoções e os homens no trato com as questões racionais.

Nesse sentido, as palavras dos pesquisadores destacam a importância de se pensar as questões de gênero na construção da personalidade:

Insistimos no quanto a questão de gênero é diferenciadora, sendo inclusive, em alguns momentos, mais importante que classe, idade e raça. O gênero mostra-se um determinante importante para a construção da concepção de adolescência pelo grupo pesquisado. As construções sociais sobre o gênero apontam a mulher como reprodutora da ideologia dominante, pois cabe a ela a manutenção dos valores familiares burgueses. Essa manutenção inclui a transmissão da afetividade e a criação dos filhos. (Aguiar e Ozella, 2008, p. 116)

Os pesquisadores apontam que, as expectativas sociais sobre o desempenho masculino e feminino já ocupam prematuramente um espaço na constituição da subjetividade de homens e mulheres, de forma que, historicamente são produzidas diferentes necessidades sociais para cada gênero que já são incorporadas de maneira forte na adolescência. Os adolescentes do sexo masculino são bastante pressionados por uma expectativa social que coloca o peso de ser o definidor de situações, tanto familiares como profissionais, sobre os homens, e as adolescentes mulheres reforçam o que é esperado socialmente do gênero feminino. Esse cenário, nos chama atenção para pensar as questões da adolescência enquanto uma construção material de comportamentos de gêneros pré-definidos na história da humanidade e que é passado e reforçado na convivência com outras pessoas, principalmente na fase da adolescência, que já é considerada uma etapa de formação do sujeito, caracterizada como um momento onde ele vai adquirir ensinamentos e significados importantes pra vida em sociedade.

A luz das reflexões alhures apresentadas, traremos a seguir, as informações fornecidas pelas experiências trazidas pelas entrevistadas, que relataram a importância de se trabalhar a temática de gênero com os sujeitos, diante de uma intervenção terapêutica que pode tanto reformular, como reforçar estereótipos violentos da repressão de gênero.

Lúcia relata que a temática atravessa todos os atendimentos de alguma forma, como pilar estrutural da vida dos sujeitos. Acrescentando também a facilidade de trazer a discussão para os adolescentes, que segundo ela e sua experiência, possuíam uma consciência maior sobre o debate. Aponta ainda, que traz a discussão para o processo, a fim de conscientizar os adolescentes dos padrões a que estão submetidos, na busca de desenvolver autonomia e não naturalizar comportamentos agressivos ou de submissão e silenciamento. Lúcia narra sua intervenção da seguinte forma:

Passa pela sensibilização do nosso olhar mesmo, de entender que aquela demanda que está sendo trazida também é atravessada por uma questão de gênero. E as vezes é muito sutil, é muito velado assim, se a gente não tem apropriação teórica a gente não vai captar que tem a ver com isso. Então às vezes, uma forma diferente de tratamento em algum lugar né, ou até de criação ali pela família, no trabalho né, na forma como o desempenho é visto, então são coisas bem sutis que se a pessoa já tem apropriação eu aponto mais

explicitamente né, olha será que não tem uma questão de gênero aí né. Se não eu faço uma coisa mais didática né, ah... você já pensou que talvez mulheres nesse espaço são vistas de tal forma né, e homens de tal forma, ou, a questão LGBT também né. Vou apontando de uma forma mais, pra pessoa refletir né.
(Lúcia)

A segunda entrevistada, Neide, atende apenas mulheres na clínica, adolescentes em sua maioria, e nesse trecho explica como pode acontecer essa intervenção das questões de gênero:

Existe um olhar pra isso que vai atravessando o jeito que eu falo com elas e aí quando elas expressam alguma violência que é relacionada a gênero, aí eu construo com elas assim: “vamos imaginar que você fosse um menino, o que aconteceria? Você já prestou atenção que essas coisas acontecem com você, acontece com a sua prima igual...” E aí eu vou trazendo questões de gênero muito mais diante de uma aplicação prática de cotidiano, mas sem necessariamente dizer que isso é uma perspectiva de gênero, porque talvez não seja algo que faça sentido, e aí como existe uma construção nossa, social e cultural, inclusive, de sala de aula em que se tem um adulto falando e essa pessoa fala uma coisa que eu não sei, eu não vou perguntar eu só vou concordar. Então a gente vai, eu vou colocando diante dos aspectos cotidianos que ela traz, de cenas do que ela vive, de relações que ela traz com o primo, que pode coisas diferentes dela, de situações na escola que também. (Neide)

É interessante perceber as diferentes formas de apontar a discussão pelas terapeutas, mas que conduzem para o mesmo objetivo de elucidar as práticas de discriminação e violência de gênero sofridas ou geradas pelos adolescentes. Tanto Lucia quanto Neide, apontam para a sutileza das violências naturalizadas no cotidiano das adolescentes, destacando a importância de se ter um olhar treinado para essas práticas e de adentrar no assunto com as adolescentes de forma cuidadosa. Isso porque não é fácil entrar em contato com as questões de gênero, se dar conta de que sofre uma violência é delicado, mas necessário, e exige um manejo clínico responsável. O setting terapêutico configura-se, então, como assinala Oliveira (2005), como um espaço que visa proporcionar um processo de conscientização e, conseqüente, ressignificação, no qual a psicóloga coloca-se como agente mediadora

entre o sujeito e a realidade, buscando recompor a dialética singular-particular-universal na dinâmica psíquica de quem necessita.

Lúcia ainda descreve a temática como essencial, apontando novamente, que a graduação não prepara a(o) profissional para isso e que a linha é tênue sobre a possibilidade de cometimento de uma violência se não se presta atenção nos detalhes, correndo o risco de não ser empática, de invisibilizar a pessoa, seja sobre as questões do gênero feminino ou masculino, mesmo que a proporção de discussão da temática seja bem maior entre as mulheres que sofrem esse tipo de violência e finaliza:

Eu fiquei muito pensando assim, que a clínica tem seus limites né, mas tem muita potencialidade também, nessa questão da gente propor reflexões que a pessoa transforma o sentido que ela atribui às coisas, daí isso desenvolver. Pensando na lógica de que a psicoterapia atua na zona de desenvolvimento proximal né, faz todo sentido. (Lúcia)

Gostaria de chamar a atenção para um exemplo de manejo clínico muito interessante que a entrevistada Neide aplica com as adolescentes.

Eu gosto de usar uma parede que a gente tem aqui na sala que é pintada com uma tinta de quadro de giz e aí a gente tem vários gizes coloridos e eu convido essa adolescente pra gente ir pra parede e a gente vai conversando e nomeando na parede, e vai construindo o mapa mental sobre isso, aí eu circulo aqui e rodeio pra lá, pra relacionar o que ela está trazendo, aí questiono se uma coisa tem a ver com a outra que está no quadro, e aí ela vai escrevendo e eu vou escrevendo e a gente vai fazendo setas, linhas e aí as vezes a gente faz outras coisas, como por exemplo, a construção de autoimagem e autoestima, que é extremamente atravessada por violências de gênero. (Neide)

Na entrevista a Psicóloga traz um exemplo de um de seus atendimentos, implicado da seguinte maneira:

E aí quando eu recebi, por exemplo, uma menina preta, que é gorda e que tinha uma idealização sobre o corpo bonito e ela queria mudar esse corpo ouvindo áudios subliminares no youtube, áudios para emagrecer, áudios para mudar o tom da pele, áudios para ficar mais alta, áudios para aumentar o quadril, afinar a cintura, aumentar os seios e aí ela trouxe, eu pedi que ela trouxesse as

representações que ela tinha salvo enquanto um alvo de corpo e aí ela me mandou no whatsapp, eu imprimi todas essas imagens e aí usei a parede também nesse sentido, em que a gente encostou ela na parede eu contornei o corpo dela assim todo com giz e aí ela se afastou da parede e aí aquele corpo que incomoda, corpo que eu não quero e está aí na parede desenhado. E aí, a gente foi desenhar esse corpo e foi colar as partes que ela tinha me mandado que ela queria que fosse assim, aí ela foi colando em cada parte do corpo dela que ela queria mudar e aí a gente pega o giz e vai escrevendo o que ela sente e porque que ela sente e vai circulando, e vai relacionando e vai nomeando. E aí a discussão de gênero não geralmente vem nomeada assim, mas eu sei que se fosse um menino, a gente não estaria falando sobre como meu corpo deveria ser, né. Claro, que esse é um entendimento abrangente, não estou falando de especificidades e ignorando o fato de que sim, os homens podem ser atravessados por questões de corpo e autoestima e tudo mais. Mas diante de uma atuação que se volta especificamente para mulheres, com o meu olhar, entendo que diante de questões de gênero esse é um ponto muito mais atravessado no feminino, é assim que eu tenho colocado no manejo com as meninas.

Esse manejo clínico chama atenção pelo fato de envolver a adolescente na atividade, colocá-la ativa no processo de nomeação e participativa na construção de sua autoimagem, movimentando emoções e sentimentos. As implicações dessa atividade na vida da adolescente, pode atribuir sentidos pessoais importantes para sua vida, trazendo a ela consciência dos processos que vivencia. Desse modo, concordamos com Aita (2021), quando diz que;

A consciência é produto do modo como a atividade do sujeito é vivenciada e atribuída de sentido, em razão dos significados sociais e do desenvolvimento psíquico singular do sujeito até aquele momento. As vivências passadas e os sentidos construídos mediam a relação do sujeito com as vivências atuais. (Aita, 2021, p.117)

É importante que o sujeito esteja implicado e ativo em seu processo psicoterapêutico. Por isso, a nomenclatura *paciente* acaba por não atender ao sentido necessário desse contexto. A expressão de passividade ou conformidade com o

processo que está sendo construído, não condiz com o objetivo terapêutico de modificação de sentido, já que a atividade que modifica o pensamento e comportamento exige um processo ativo do sujeito para que tenha a força de transformação do psiquismo e da estrutura da consciência.

Esse apontamento se faz importante, já que a consciência está atrelada aos conceitos de atividade e personalidade, como salienta Aita (2021), sobre o conceito de personalidade e da formação da sua estrutura motivacional, que é subordinado à categoria de atividade e ao conceito de atividade dominante. Quando há a passagem de um estágio de desenvolvimento para outro, segundo Aita (2021), não muda apenas o lugar no sistema de relações sociais, muda também a consciência sobre as relações, sua compreensão sobre elas e assim o sujeito vai tomando consciência do novo lugar que ocupa nas relações e de como estas se dão, a motivação da atividade se modifica com a tomada de consciência. Na juventude, como vimos no primeiro capítulo, a comunicação íntima pessoal, juntamente com atividade profissional\estudo, são atividades dominantes. O adolescente forma seus pontos de vista sobre si, sobre o mundo, desenvolve o pensamento por conceitos científicos e passa a compreender melhor a realidade a sua volta. (Aita, 2021)

Visto isso pode-se concluir que, a atividade psicoterapêutica com a mediação da terapeuta, por ser ativa no processo de formação da consciência do adolescente, pode contribuir na construção de seu psiquismo e portanto, de sua personalidade, atribuindo sentidos às vivências e proporcionando a reestruturação da consciência sobre os processos de vida, relações sociais e sentidos adquiridos na significação do mundo através da linguagem.

Segundo as definições de Moreira (2018) com base nos escritos de Lukács (1987), o ser social não apenas se expressa por meio da linguagem, ele internaliza o mundo por meio dela e constitui seu psiquismo pela mediação central da linguagem. (p.118) Os seres humanos, segundo a autora, precisam impreterivelmente de outros seres humanos para existir, para aprender o conjunto de habilidades necessárias para se manter vivo, já que ao nascer, não são dotados de uma carga genética que, por si só, os capacite de estar vivo. É reproduzindo, moldando e aperfeiçoando técnicas já desenvolvidas que as ideias se fortalecem e passam a existir no tempo, posto que o ser humano é capaz de lembrar a ação feita no passado e projetar uma ação futura. Esse movimento só é possível por meio da linguagem simbólica.

O papel da linguagem e do pensamento em sociedade é satisfazer e mediar as necessidades do ser humano, por exemplo, de se relacionar com outros seres e de transformar a natureza. Essa mediação é realizada pela linguagem e pensamento na medida em que transformam ininterruptamente a natureza que circunda a sociedade e também os seres humanos que nela atuam, bem como suas relações recíprocas. Os seres humanos conhecem o mundo através das mediações da linguagem expressas no significado da palavra. “O nome é apenas uma representação do ser, não é o ser em si, mas traz muitas informações sobre o processo de constituição deste ser. Cada palavra traz em si um universo, toda palavra é carregada de ideologia.” (Moreira, 2018, p.122)

Nessa perspectiva, Vigotski (1998b), diz que a linguagem é que determina o desenvolvimento do pensamento, pela experiência sócio-cultural e pelos significados da palavra, e ainda, o crescimento intelectual depende do domínio da linguagem. Para o autor a fala é um meio de contato dos seres humanos, é uma tentativa intencional e consciente de influenciar ou informar os outros. E conforme escreve Moreira (2018);

Aplicar essa afirmação na análise da constituição do gênero é perceber que as ordens, que são dadas para homens e mulheres, as palavras, com as quais os/as nomeamos, são diferentes para o sexo masculino e feminino, visando configurar subjetividades socialmente definidas, como portadoras ou não de determinadas qualidades, como afetividade nas mulheres e razão nos homens. (Moreira, 2018, p.123)

Essa afirmação é atestada pela pesquisa de Aguiar e Ozella (2008), citada acima, e também pelas falas das nossas entrevistadas, como se evidencia na fala de Neide, que conta sobre outro caso que atendeu, onde a adolescente não havia aprendido a escolher ou decidir, por não ter sido estimulada a isso e sempre colocada no lugar de quem obedece e silencia.

Já teve situação de eu ter uma adolescente que era totalmente mediada por um outro que fazia tudo por ela e aí na relação comigo ela ficava me perguntando, se a gente estava desenhando no papel ela me perguntava “eu uso que cor?” e eu perguntava “que cor você quer usar?” e ela me respondia “ah, eu não sei...eu uso essa ou uso aquela?” e eu dizia “mas você quer usar qual das duas?”, aí era um processo que era extremamente demandante pra ela ter que escolher, ela terminava a sessão bocejando, já cochilando no final

da sessão, porque era extremamente demandante ter que se colocar, mas ela se colocava. (Neide)

Neide ainda acrescenta:

[...] é um exemplo pra gente perceber que uma perspectiva que considera a discussão de gênero faz com que, ela tenha um desenvolvimento através da mediação no espaço terapêutico que coloca ela enquanto uma mulher preta que fala, que se coloca, que tem toda a sua trajetória considerada e isso é muito diferente, isso constrói muito sua personalidade diante desse desenvolvimento. (Neide)

Não obstante, o psicólogo Maurício menciona outro exemplo de como as mulheres são direcionadas a determinadas atividades específicas (divisão sexual do trabalho) e ensinadas a pensar em suas faltas em relação aos papéis socialmente determinados, como por exemplo, o de cuidado.

[...] é muito normal atender mulheres, e essas mulheres trazerem questões que tenham o tema do gênero como um tema transversal nas suas demandas, né. por exemplo, quando trazem falas como, "ai, eu preciso ser uma boa mãe", uma mulher de trinta e poucos anos trazendo, que precisa ser uma boa mãe, que não pode falhar como mãe. E você faz uma pergunta problematizadora lá, do tipo "o que é ser uma boa mãe", essa pergunta, é claro que eu não vou ali problematizar e trazer uma discussão teórica do que que é gênero num processo terapêutico com aquela pessoa, mas eu ao fazer essa pergunta, a intencionalidade né que eu trago. [...] que isso que ela traz como natural, não é natural, que isso que ela traz como natural, é construído, e se é construído existe a possibilidade de ser reconstruído, ressignificado. (Maurício)

Desnaturalizar esses papéis é importante e possível a partir da análise de mundo e significados que os psicoterapeutas convidam as pessoas a pensar e analisar em conjunto. A linguagem é sexista, assim como os pensamentos significados socialmente sobre o que é ser homem, o que é ser mulher, e o que é permitido para cada um desses sujeitos, que internalizam essas construções. Como aponta Moreira (2018)

Pode-se deduzir que nas sociedades patriarcais burguesas os significados atribuídos às qualidades de fêmeas e machos são sexistas na medida em que

atribuem ao homem qualidades da vida pública e à mulher qualidades apenas da vida privada. Dessa forma, esses significados são internalizados e constroem sentidos sexistas, que são um dos pilares da opressão de gênero, visto que a dominação/violência que recai sobre a objetividade/subjetividade da vida das mulheres não só não é socialmente entendida como condenável, se bem que seus praticantes/vítimas não o considerem assim. (Moreira, 2018, p.126).

Nesse sentido, a transformação posta pela discussão de gênero em contexto terapêutico prova sua importância. As(os) 4 psicóloga(os) entrevistada(os) ressaltam a discussão da categoria gênero e a possibilidade de intervenção através dessas reflexões, que podem ser muito construtivas na personalidade. Afinal, não se trata de um tema apenas individual, mas coletivo, que oportuniza o acesso à consciência. Muitas vezes é partindo desse tema que a violência pode ser enxergada por quem a sofre e nessa identificação, novos comportamentos podem ser desenvolvidos e estimulados, bem como o alastramento da discussão na sociedade, para que situações de violência não sejam mais naturalizadas. Pois, o patriarcado, nas palavras de Moreira (2018), não é simplesmente o conjunto de regras que regem as relações, mas perpassa todos os setores da vida e a educação sexista que se opera no capitalismo provoca uma cisão entre os mecanismos intelectuais e emocionais. Trazer mulheres e homens para pensar e dialogar sobre essas relações, é sistematizar um processo onde ao acessar a consciência, pode-se internalizar e modificar comportamentos, pensamentos e linguagem.

Pensando o contexto onde segundo Vigotski (1995), a psique humana é uma instância desenvolvida em relação com a objetividade, que engloba os mecanismos conscientes e inconscientes e este movimento entre consciente-inconsciente é organizado a partir da dialética sujeito-sociedade, espaço e linguagem, a dialogicidade é importante para que psicólogo e sujeito reconstruam a realidade histórica de produção da existência, visando possibilitar novas produções de sentidos e práxis. (Moreira, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão abordada neste texto buscou, ao menos iniciar, a compreensão da atuação clínica psicoterapêutica com adolescentes que envolve as relações e compreensões de gênero. Ao longo de todo o trabalho, nosso objetivo foi o de propor uma clínica historicizada enquanto campo científico onde os profissionais sejam comprometidos com a emancipação humana, criando condições para a reorganização do sujeito, e rompendo com pressupostos alienantes do interesse da produção capitalista de subjetividade. Tal caracterização possibilita novas visões de ser humano e de mundo, negando definições normativas, respeitando a diversidade da dinâmica subjetiva individual. Assim como Kahhale e Montreozol (2019), entendemos que o cuidado clínico é direcionado pelo trabalho conjunto com o sujeito ao recompor a historicidade de sua construção, na busca de apreender os significados que historicamente possibilitam o desenvolvimento de seus sentidos na produção de sua dinâmica de existência. Consideramos que;

[...] a abordagem clínica precisa ser repensada não apenas como cenário terapêutico, mas também nos pressupostos epistemológicos, visando auxiliar o desenvolvimento de sujeitos éticos e políticos, que tenham e reconheçam em si a base de sua constituição física e psicológica, e que possam assumir posições ativas na realidade a fim de mudar não apenas seus processos subjetivos, mas a dinâmica de produção de sua própria objetividade. (Kahhale & Montreozol, 2019, p.185)

A práxis clínica tem suas limitações, mas também suas potencialidades, desde que exista uma implicação do(a) profissional voltada para uma formação crítica e que busque reconhecer a realidade. Sendo assim, este(a) não deve apenas pensar na pessoa que atende, mas também na sociedade que o circunscreve, compreendendo as relações de produção e como comprometem a vida dos indivíduos.

Sabe-se que a clínica psicológica, inicialmente, foi moldada a partir da prática médica, que verticaliza suas relações sob o preceito de um saber biologicista e complexo, não acessado pela maioria das pessoas. Na clínica da psicologia, o saber que mais importa é o do próprio sujeito, pois é a partir deste saber que a pessoa vai agir e pensar sobre o mundo. Tais saberes tão íntimos e pessoais, exigem tempo e

vínculo para que suas raízes sejam identificadas e também para que eles possam se modificar. Já o vínculo, por sua vez, passa por um pensamento afetivo-lógico, onde o indivíduo está para revelar suas crenças, inseguranças, dificuldades, sofrimentos, segredos, e isso diante de uma pessoa desconhecida, apesar de se tratar de uma profissional. Diante desse retrato, surge o questionamento: É possível que nós, psicólogas e psicólogos enquanto profissionais que estudam o afeto, o acolhimento, a escuta e também enquanto seres humanos empáticos, possamos facilitar o conforto e o bem-estar para que essas pessoas consigam realizar essa tarefa? Acredito que a via da linguagem e do afeto possa nos proporcionar respostas para tal pergunta.

A partir disso, defendo que a dimensão ético-política do sofrimento e do afeto precisa ser considerada na práxis clínica. “[...] O sofrimento ético político em síntese é a vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica... Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade.” (Sawaia, 1999, p. 56). Para Rodrigues et al. (2022), na trajetória inicial da construção do saber-fazer psicológico, o foco esteve situado principalmente no mundo interno do sujeito, fazendo com que muitas vezes fosse negligenciada sua constituição na relação com o mundo externo.

Nesse sentido, faz-se necessário um olhar pela qual seja possível entender que os processos que colaboram com estruturas desiguais sociais produzem um cerceamento subjetivo que implica em sofrimento. Em busca da construção de uma práxis que se comprometa com a transformação da realidade social, volta-se o olhar para o conceito espinosano de afeto, que possibilita reflexões sobre estratégias que podem ser empregadas nas análises e intervenções, no sentido de não colaborar com a manutenção da ordem da desigualdade social e da cristalização do sofrimento. Desse modo, o afeto se relaciona com formas de ser e estar em coletivo, na medida em que potencializa ideias na construção de relações comunitárias.

As desigualdades estruturantes da sociedade circunscrevem a dimensão material e simbólica do sujeito em uma realidade sócio-política que objetifica, mercantiliza e descarta certas existências, fortalecendo a concepção de que alguns sofrimentos não sejam politicamente lamentados (Rodrigues et al, 2022). Nesta pesquisa, de acordo com a leitura espinosana dos autores supracitados e também pela análise dos afetos da teórica Bader Sawaia (2009), observamos que o afeto enquanto práxis transformadora social atua como encorajamento contra o sofrimento ético-político legitimado e reproduzido pela desigualdade, enquanto potencializa

ações coletivas que transformem a realidade. Isso se faz possível uma vez que o afeto une as pessoas e seus esforços, constituindo um sujeito político coletivo. Pois a capacidade de ser afetado e de afetar é o que nos torna humanos, reconhecendo o exercício da reflexão política consciente para não nos tornarmos objetos da realidade, permitindo sentir os afetos e atuar, sobretudo, através deles.

Nessa perspectiva, a atuação de profissionais de psicologia precisa considerar a troca de afetos entre sujeito e terapeuta, a fim de empatizar e humanizar o processo vivido pelo sujeito no contexto psicoterapêutico. A naturalização do sofrimento dos adolescentes, enquanto corpos políticos subjetivados na lógica capitalista de existência, reforça padrões de desigualdade de gênero (discussão central deste estudo). Validar a vivência dos sujeitos nessa estrutura social, levanta a importância de considerarmos esse tema enquanto central na vida das pessoas. Soma-se a isso, a partir de todas as discussões que fizemos até aqui, que os papéis de gênero são sim estruturantes da personalidade e que motivam o sofrimento, enquanto o desenvolvimento da consciência sobre essa lógica pode transformar a vida dos indivíduos. Trabalhar uma clínica psicológica que aborde essa temática é humanizar, considerando o ser humano em sua totalidade, como postula diversas vezes a teoria marxiana, respeitando o seu direito de ser, viver, e não apenas sobreviver no mundo.

Na medida em que verbalizamos empaticamente, reforçamos o contrato de sigilo e confiança, horizontalizamos a relação e assumimos que também estamos inseridos nessa lógica. Desta forma, nos mostramos também humanas, o que nos ajuda a aproximar ainda mais e com maior facilidade desses conteúdos internos, que não nasceram com o sujeito, mas se construíram para ele, assim como em nós também, afinal, todos temos nossas construções individuais pautadas nos princípios patriarcais e sexistas.

Propomos a reformulação de uma clínica de base marxista que não abandone os pressupostos materialistas histórico-dialéticos, e que considere a construção de gênero enquanto categoria social, produzida pelas relações capitalistas de produção que separam e dividem, assim como a classe. Alcançando um pouco da compreensão clínica de direcionamento das discussões de gênero, buscamos estruturar a importância dessas reflexões para os sujeitos e também para os psicoterapeutas. Desejamos, contudo, não estagnar essas reflexões e nem encerrá-las aqui, muito menos ensimesmar as críticas apenas nesse campo da psicologia, mas reconfigurar o lugar do gênero nas concepções de desenvolvimento humano, buscando incluí-las

nas análogas pesquisas sobre saúde mental na perspectiva marxista, que tanto se empenha em alcançar a emancipação humana.

Sabendo da complexidade do fenômeno de gênero, entendemos que existem limitações, inclusive do ser mulher estudando a temática enquanto a estrutura patriarcal continua em funcionamento. Não temos todas as respostas, inclusive, muitas vezes fizemos apenas as perguntas, sem saber se de fato serão respondidas, mas almejando pela continuidade dos estudos. Apostamos e acreditamos que a psicologia estará empenhada coletivamente em responder cada vez mais os questionamentos que aqui propomos e que já estão também propostos em outros estudos aos quais tivemos acesso.

O impacto emocional de se debruçar sobre tais conteúdos reestrutura o pensamento sobre os processos de vida e a postura enquanto psicóloga, que pode proporcionar à uma fase aberta a tantas construções fundamentais de que se trata a adolescência, a possibilidade de viver em uma realidade menos desigual e de mais oportunidades e menos violências. Pontuamos que futuras pesquisas que, porventura, venham a se basear nesta, podem avançar nos aspectos estruturantes da prática clínica, propondo intervenções e atividades específicas baseadas na reflexão de gênero, em busca de instrumentalizar os sujeitos para a vida social. Assim como buscar desenvolver habilidades e funções psicológicas superiores que possam vir a contribuir com a vivência desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, W. M. J. de., & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (2), 222-245.
- Aguiar, W. M. J. de., & Ozella, S. (2013). Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *R. bras. Est. pedag.*, 94 (236): 299-322.
- Aires, J. M. Q. (2006). A abordagem sócio-histórica na psicoterapia com adultos. *Psicol. Am. Lat.*, 5.
- Basaglia, F. (1983). *Mujer, locura y sociedad*. Borrarr Libros.
- Batista, H. A. B., & Assis, N. A. de S. C. P. de. (2021). O Materialismo Histórico e Dialético na Psicoterapia Sócio-Histórica. Monografia de Especialização (Psicologia), Anima Educação, Repositório Universitário da Ânima.
- Bernardes, M. E. M., & Beatón, G. A. (2017). Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque histórico-cultural para o desenvolvimento humano. Universidade de São Paulo.
- Cambaúva, L. G., & Tuleski, S. C. (2007). A pseudo-concreticidade do conceito de subjetividade na psicologia. *Revista de Educação*, 23.
- CONCEIÇÃO, C.V. *A teoria da aprendizagem social*. Recuperado de <http://know.net/ciencsocioaiashuman/psicologia/teoria-da-aprendizagem-social/>. Acesso em: 25 ago. 2017.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2022). *QUEM FAZ A PSICOLOGIA BRASILEIRA? Um olhar sobre presente e futuro*. Vol. 2. Censo da Psicologia Brasileira, Brasil.
- Corbelo, L. G. *Vivência e gênero a partir da psicologia histórico-cultural: primeiras aproximações*. (2019). Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. (3a ed). Campinas: Autores Associados.
- Engels, F. (2010). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular. Trabalho original publicado em 1884.

- Facci, M. G. D. (2004). A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. *Cad. CEDES*, Campinas, 24(62): 64-81. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622004000100005>.
- Federici, S. (2019). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante.
- Ferreira Neto, J. L. (2010). A atuação do psicólogo no SUS: análise de alguns impasses. *Psicol. Cienc. Prof.*, 30(2).
- Gonçalves, M. G. M. (2007). A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado., (Org.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 37-53). São Paulo: Cortez.
- González-Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson Learning.
- Izquierdo, M. J. (1992). Bases Materiais do sistema sexo/gênero. *Notas esparsas utilizadas em curso da SOF – *Sempreviva Organização Feminista*. São Paulo, 1990. Tradução livre do texto Bases Materiales Del Sistema Sexo/Gênero. SOF. <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>
- Izquierdo, M. J. (1994). Uso y abuso del concepto de género. In: M. Vilanova (Comp) – *Pensar las diferencias*. I.C.D – Instituto Catalã de La Dona -Universitat de Barcelona. Seminário Interdisciplinar Mujeres y Sociedad. Barcelona
- Leal, Z. F. de R., Facci, M. G. D., & Souza, M. P. R. de. (2014). *Adolescência em foco: contribuições para a psicologia e para a educação*. Maringá: Eduem.
- Leite, H. A. (2015). A atenção na constituição do desenvolvimento humano: contribuições da psicologia histórico-cultural. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Leontiev, A. N. (1972). *Atividade e Consciência*. <https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1972/mes/atividade.htm>
- Leontiev, A. N. (1978). Atividade e personalidade. In: A. N. Leontiev. *Atividade, Consciência y Personalidad*. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre. https://www.marxists.org/portugues/leontiev/1978/activ_person/cap05.htm
- Leontiev, A. N. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. (2a ed.). São Paulo: Centauro
- Lourenço, T. (2021). Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos. In *Jornal da USP* (online). Recuperado de <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>

- Mäder, G. R. C. (2015). Masculino genérico e sexismo gramatical. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/158447/336814.pdf;sequence=1>
- Marangoni, S., & Aires, J. M. Q. (2006). A psicologia sócio-histórica na formação de psicoterapeutas. *Psicol. Am. Lat.*, 6.
- Martins, L. M. (2004). A natureza histórico social da personalidade. *Cad.Cedes*, Campinas, 24(62), pp. 82-99.
- Martins, L. M. (2004). A natureza histórico-social da personalidade. *Cad. CEDES*, Campinas, 24(62): 82-99
- Martins, L. M. (2013). O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. *Interface*, 16(40).
- Martins, L. M. (2020). Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia e educação. In: A. F. Franco, S. Tuleski, & F. W. Mendonca., (Orgs.). *Ser ou não ser na sociedade capitalista*. (pp. 32-50). Goiânia: Phillos.
- Martuscelli, D. E. (Org). (2020). *Os desafios do feminismo marxista na atualidade*. 1 Ed. Chapecó: Coleção Marxismo21. ISBN: 978-65-00-02583-5.
- Monteiro, C. J. (2020). Clínica Histórico-Cultural: caracterizando um método de atuação em psicoterapia. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/56643>
- Moreira, M. I. C., & Souza, T. M. C. (2022). Reflexões sobre as relações de gênero à luz da psicologia socio-histórica. In: *Psicologia sócio-histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Goiânia: EduPuc.
- Oliveira, R. B. da S., & Alves, A. M. P. (2015) As possibilidades de uma prática clínica na psicologia sócio-histórica. In XXIV EAIC [...]., Universidade Estadual de Maringá. <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/208.pdf>
- Patto, M. H. S. (2022). *Psicologia e ideologia*. Uma introdução crítica à psicologia escolar. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. 1987
- Rego, T. C. (1995). *A origem da singularidade humana na visão dos educadores*. *Cadernos Cedes*, 35: 79-93.
- Rodrigues, A. C. M., Oliveira, C. P. de, & Calais, L. B. de. (2022). O afeto enquanto práxis transformadora da realidade: a dimensão humana e a ação política da Psicologia. *Mnemosine*, 18(1), p. 172-192.
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.

- Saffioti, H. I. B. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. (3a ed). São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. (2a ed). São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo.
- Sawaia, B. B., Albuquerque, R., & Busarello, F. R. (2018). *Afeto & Comum*. reflexões sobre a práxis psicossocial. Brasil: Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Silva, R. A. da. (2017). *O conceito de práxis em Marx*. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- SINPSI. (2023). O lugar da psicologia no cenário político atual. In Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (online). Recuperado em <https://sinpsi.org/o-lugar-da-psicologia-no-cenario-politico-atual/>
- Souza, T. M. S. (2006). *Emoções e Capital: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, São Paulo. <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/17155>
- Souza, T. M. S. (2007). A emoção como tecnologia de poder e de gênero. *Projeto História*, 34: 49-67.
- Souza, T. M. S. (2015). *Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica*. *Temporalis*, 15(30): 475-494
- Tavares-Silva, T. (2006). *A educação baseada no paradigma da produção em massa, de servidores do Estado de São Paulo, via cursos on-line: a comunidade virtual de aprendizagem como recurso para valorizar e resgatar a capacidade de pensar, interagir e construir do aprendiz*. 2006. 295 f. Tese (Doutorado em Educação - Currículo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- Toassa, G. (2009). *Emoções e vivências em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico cultural*. Tese (Doutorado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-19032009-100357/pt-br.php>
- Toffanelli, A. C. (2016). Educar para a diferença: uma análise das relações de gênero presentes na literatura infantil sob o olhar da Psicologia Histórico Cultural e do feminismo de orientação marxista. Dissertação (mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3040>
- Unicef. (2020-2021). Promover para Prevenir em Saúde Mental de Adolescentes. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/media/16101/file>
- Unicef. Saúde Mental de Adolescentes. In Unicef Online. Recuperado de <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental-de-adolescentes>
- Vieira, E. M. V. (2020). *Medicalização do corpo feminino*. 3 ed. Editora Fiocruz.

- Vigotskii, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. (2010). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 11 Ed. São Paulo: Ícone.
- Vygotsky, L. S. (1994). *Uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Petropolis: Vozes.
- Vygotsky, L. S. (2000). El problema del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: Vygotsky, L.S. *Obras escogidas* (tomo III, Cap. 1, pp. 11-46). Madrid: Visor. (Obra original publicada em 1931).
- Vygotsky, L. S. (2008). O problema da idade. In: *The Collected works de LS Vygotsky* (v. 5, pp. 187-205). Transcrito em 2008 por Andy Blunden. Obra original publicada em 1998.
- Vygotsky, L. S. (2018). Quarta aula. In: L. S. Vygotsky. *Sete aulas de L.S. Vygotsky sobre os fundamentos da pedologia*. (pp. 73-91). Rio de Janeiro: EPapers.